

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria Executiva - SE
Superintendência Federal de Agricultura no PARÁ – SFA/PA*

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Unidade Descentralizada de BELÉM-PA

MARÇO/2014

*Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA
Avenida Almirante Barroso, 5384 – Castanheira – CEP- 66645-250
Fone: (91) 3214-8620; FAX (91) 3231-5878
E-mail: gab-pa@agricultura.gov.br*

*Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Secretaria Executiva - SE
Superintendência Federal de Agricultura no PARÁ – SFA/PA*

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno contidos na Portaria CGU nº 133/2013.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGPLAN – *Coordenação Geral de Planejamento e Modernização da Gestão*
CGU – *Controladoria Geral da União*
CNAE – *Classificação Nacional de Atividades Econômicas*
CNPq – *Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento*
DFIP – *Departamento de Fiscalização e Insumos Agropecuários*
DIPOV – *Departamento de Inspeção de Produtos Vegetais*
DN – *Decisão Normativa*
DNC – *Doença de Newcastle*
DOU – *Diário Oficial da União*
FO – *Formulário*
IA – *Influenza Aviária*
IN – *Instrução Normativa*
LOA – *Lei Orçamentária Anual*
MAPA – *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*
NBR – *Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas*
OIE – *Organização Mundial da Saúde Animal*
PI – *Programa intra-setorial do MAPA*
PLOA – *Proposta de Lei Orçamentária Anual*
PNCRC – *Programa Nacional de Controle de Resíduos Contaminantes*
PPA – *Plano Plurianual do Governo*
PRP – *Programa de Redução de Patógenos em aves*
DAD – *Divisão de Apoio Administrativo*
SDA – *Secretaria de Defesa Agropecuária*
SEFAG – *Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários*
SFA – *Superintendência Federal de Agricultura*
SGQ – *Sistema de Gestão da Qualidade*
SIAFI – *Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal*
SIF – *Serviço de Inspeção Federal*
SIFISA – *Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal do MAPA*
SIFISV – *Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal do MAPA*
SIFISV – *Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal do MAPA*
SIPLAN – *Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária*
SISA – *Serviço de Inspeção e Saúde Animal*
SISV – *Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal do MAPA*
SPEO – *Serviço de Programação Produção e Execução Orçamentária e Financeira*
SIOR – *Sistema de Informações Orçamentárias*

LISTA DE QUADRO ANEXOS E FIGURAS

- Quadro A.1.1.1** – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual
- Quadro A.2.2.3.1** – Ações - OFSS
- Quadro A.3.2** - Avaliação do Sistema de Controle Interno
- Quadro A.4.1.2.1** – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa
- Quadro A.4.1.2.2** – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa
- Quadro A.4.1.3.5** – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
- Quadro A.4.1.3.6** – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
- Quadro A.4.3** – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.
- Quadro A.4.4.1** – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.
- Quadro A.4.4.2** – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.
- Quadro A.4.4.3** – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação técnica e de contratos de repasse.
- Quadro A.4.4.4** – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contrato de Repasse.
- Quadro A.4.5.1** – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio de Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)
- Quadro A.4.5.3** – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador
- Quadro A.4.5.4** – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Contas tipo “B” e CPGF)
- Quadro A.5.1.1.1** – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12
- Quadro A.5.1.1.2** – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ
- Quadro A.5.1.2.1** – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ – Situação em 31/12
- Quadro A.5.1.2.2** – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação até 31/12
- Quadro A.5.1.2.3** – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – Sit. 31/12
- Quadro A.5.1.3** – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores
- Quadro A.5.1.4.1** – Composição do quadro de servidores inativos – Situação até 31/12
- Quadro A.5.1.4.2** – Instituidores de Pensão – Situação apurada até 31/12
- Quadro A.5.1.5.1** – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)
- Quadro A.5.1.5.2** – Atos sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)
- Quadro A.5.1.5.3** – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC
- Quadro A.5.2.3** – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
- Quadro A.5.2.4** – Contratos de prestação de locação de mão de obra
- Quadro A.5.2.6** – Composição do Quadro de Estagiários
- Quadro A.6.2.1** – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Prop. da União
- Quadro A.6.2.2** – Discriminação dos Bens Imóveis de Uso Especial sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional
- Quadro A.7.1** – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada
- Quadro A.8.1** – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
- Quadro A.8.2** – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água
- Quadro A.9.2.1** – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
- Quadro A.9.4.1** – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR
- Quadro A.9.6** – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV
- Quadro A.11.2.1** – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada

SUMÁRIO

1- IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE	9
1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	9
1.2 – Finalidade e competência institucional da Unidade	9
1.3- Organograma funcional	11
1.4 – Macroprocessos finalísticos da Unidade Jurisdicionada	12
1.5 – Macroprocessos de apoio.	22
1.6 – Principais parceiros:	22
2- PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	23
2.1 – Planejamento da Unidade.....	23
2.2 – Programação Orçamentária e Financeira e resultados alcançados	24
3 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	85
3.1 – Estrutura orgânica de controle no âmbito da UJ	85
3.2 – Funcionamento do sistema de controle interno	85
3.3 – Estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade.....	87
3.4 – Cumprimento, pela correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007 da CGU.	87
4 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	88
4.1 - Execução das Despesa	88
4.1.1 – Movimentação Orçamentária Interna por grupo de despesa	88
4.1.2 – Movimentação Orçamentária Externa por grupo de despesa.....	88
4.1.3 - Despesas por modalidade de contratação - Créditos de Movimentação.....	89
4.1.4 - Despesa por grupo e elemento de despesa – Crédito de Movimentação	90
4.2 – Movimentação e saldos de restos a pagar de Exercícios Anteriores.....	91
4.3 – Transferências de Recursos	91
4.4 – Suprimentos de Fundos	95
5 - GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	96
5.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade	96
a) Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre elas.	96
c) Custos associados à manutenção de Recursos Humanos	100
d) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.	102
e) Informações sobre os atos de Pessoal sujeitos a Registro e Comunicação.	102
f) Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos	103
5.2 – Terceirização de Mão de Obra empregada e Contratação de Estagiários	104
6 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	105
6.1 – Gestão de frota de veículos próprios e locados de terceiros	105
6.2 – Gestão de Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob responsabilidade da Unidade.	107
7 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	108
7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da UJ.....	108
8 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	109
8.1 – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	109
8.2 – Política de separação de resíduos reciclados descartados	110
8.3 – Medidas para redução do consumo de papel, energia elétrica e água.	110

9 – CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	111
9.1 – Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei 8.730 de 10/11/1993 relacionadas à entrega da DBR	111
9.2 – Declaração de dados no SIASG e SICONV	112
10- RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	113
10.1- Descrição dos canais de acesso ao cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc.	113
10.2 – Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos – usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da Unidade.	114
10.3 – Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.	114
11 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	114
11.1 – Declaração do contador responsável por UJ que tenha executado sua contabilidade no SIAFI.....	114
12 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.	116

INTRODUÇÃO

Registra-se no presente Relatório de Gestão, elaborado pela Seção de Planejamento e Acompanhamento – SEPA com apoio da Divisão de Defesa agropecuária, de maneira sucinta e objetiva as atividades executadas pela Superintendência Federal de Agricultura no estado do Pará – SFA/PA no decorrer do exercício de 2013 em conformidade com a DN TCU nº 127/2013.

As ações da Superintendência foram realizadas com base no planejamento estabelecido para o exercício, consubstanciados nos Programas constantes do Plano Plurianual do Governo Federal – PPA para o quadriênio 2012-2015 e nas diretrizes emanadas pelo órgão central, cujos itens encontram-se na ordem a seguir:

Ítem 1 – Identificação da UJ, no caso, trata-se de Relatório Individual no qual está demonstrado por meio do Quadro A.1.1.1 a finalidade e competência legal, bem com o organograma funcional, macroprocessos finalísticos e de apoio e parcerias.

Ítem 2 - Planejamento e Resultados alcançados – neste item serão apresentados o planejamento da unidade e os resultados das ações, sobretudo as finalísticas, com abordagem textual e por meio do Quadro A.2.2.3.1.

Ítem 3 –Estrutura de Governança e de autocontrole da Gestão –

Itens a serem tratados:

Estrutura de governança – apresentação textual

Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ- Quadro A.3.2

Sistema de correição – apresentação textual

Cumprimento pela instancia de correição da Portaria nº 1.043, de 24/07/2007 da CGU.

Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade a que se refere a governança e controle.

Itens não aplicáveis:

- Remuneração paga a administradores – Quadros A.3.2; A.3.3 e A.3.4.

Ítem 4 –Execução Orçamentária e Financeira

Itens a serem tratados

- Execução de Despesa: Movimentação Orçamentária Interna e Externa por grupo de Despesas – Quadros A.4.1.2.1 e A.4.1.2.2

- Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação - Quadro A.4.1.3.5

- Despesa por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito de Movimentação – Quadro A.4.1.3.6

- Restos a pagar de Exercícios Anteriores– Quadro A.4.3

- Transferências de Recursos – Quadros A.4.4.1; A.4.4.2; A.4.4.3 e Quadro A.4.4.4

- Suprimento de Fundo – Quadros A.4.5.1; A.4.5.3 e Quadro A.4.5.4

Itens não aplicáveis

- Programação de Despesas – Quadro A.4.1.1 – não se aplica a UG, por não ser UO

- Execução de despesa com créditos originários – por tratar de unidade executora, o item não se aplica- Quadros A.4.1.3.1; A.4.1.3.2; A.4.1.3.3 e Quadro A.4.1.3.4

- Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos – Quadro A.4.2

- Despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos de Conta tipo “B” – Quadro A.4.5.2

- Benefícios Financeiros e Creditícios Geridos pela UJ – Quadro A.4.6.1.1

- Renuncia Tributária sobre a Gestão da UJ – Quadros: A.4.6.2.1; A.4.6.2.2; A.4.6.2.3; A.4.6.2.4.1; A.4.6.2.4.2; A.4.6.2.5.1; A.4.6.2.5.2; A.4.6.2.6; A.4.6.2.7; A.4.6.2.8; A.4.6.2.9; A.4.6.2.11 ; A.4.7.1 e Quadro A.4.7.2

Ítem 5 –Gestão de Pessoas, Terceirização de mão de obra e Custos relacionados

Itens a serem tratados:

- Força de trabalho da UJ – Quadro A.5.1.1.1
- Situação que reduzem a força de trabalho da UJ – Quadro A.5.1.1.2
- Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ – Quadro A.5.1.2.1
- Servidores da UJ por faixa etária – Quadro A.5.1.2.2
- Servidores da UJ por nível de escolaridade – Quadro A.5.1.2.3
- Custo de pessoal no exercício em referência – Quadro A.5.1.3
- Servidores Inativos – Quadro A.5.1.4.1
- Instituidores de Pensão – Quadro A.5.1.4.2
- Atos sujeitos a registro junto ao TCU – Quadro A.5.1.5.1
- Regularidade do Cadastro do Atos no SISAC – Quadro A.5.1.5.3
- Prestação de serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva – Quadro A.5.2.3
- Prestação de serviços com mão de obra – Quadro A.5.2.4
- Quadro de estagiários – Quadro A.5.2.6

Itens do não aplicáveis

- Atos sujeitos a comunicação ao TCU – Quadro A.5.1.5.2 – não houve ocorrência no período
- Atos sujeitos a remessa física ao TCU – Quadro A.5.1.5.4 – não houve ocorrência no exercício
- Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ – Quadro A.5.2.1 não houve ocorrência no período.
- Autorização para realização de concurso público ou provimento adicional autorizados – Quadro A.5.2.2 – não se aplica.
- Ações adotadas para adotar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal. – Não houve ocorrência.
- Providências adotadas nos casos identificados nos casos de acumulação remunerada de cargos e empregos públicos nos termos do art. 133 da Lei 8.112/93.- Não houve ocorrência no período.

Ítem 6- Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

Itens a serem tratados

- Gestão da frota de veículos - informação textual
- Gestão do Patrimônio Imobiliário sob responsabilidade da UJ – Quadro A.6.2.1 e Quadro A.6.2.2

Itens não aplicáveis

- Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ – Quadro A.6.2.3
- Distribuição espacial dos Bens Imóveis de uso especial locados de terceiros – Quadro a.6.3 – a UG não possui imóveis locado.

Ítem 7 – Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

- Gestão de Tecnologia da Informação – Quadro A.7.1- Todas as decisões relativas a Tecnologia da Informação partem do órgão central. Cabe as Unidades Gestoras tão somente a execução de tais decisões.

Ítem 8 – Gestão do uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Itens a serem tratados

- Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – Quadro A.8.1
- Política de separação de resíduos reciclados descartados
- Consumo de Papel, Energia elétrica e Água – Quadro A.8.2

Ítem 9 – Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

Itens a serem tratados

- Demonstrativo do cumprimento, por autoridade e servidores da UJ da obrigação de entregar a DBR – Quadro A.9.4.1
- Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV – Quadro A.9.6

Itens não aplicáveis:

- Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício. Não houve ocorrência para o exercício sob exame. – Quadro A.9.1.1
- Situações das Deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício. Não houve demanda para o exercício – Quadro A.9.1.2
- Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI – Não houve ocorrência no período. Quadro A.9.2.1
- Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício. Não houve ocorrência no período sob exame. Quadro A.9.2.2
- Medidas adotadas em caso de Dano ao Erário – não houve ocorrência no período- Quadro A.9.5

Ítem 10 – Relacionamento com a Sociedade

Itens a serem tratados

- Canais de acesso ao cidadão com o fim de solicitação, reclamações, denúncias, sugestões etc,
- Mecanismos para medir satisfação
- Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas.

Ítem 11 - Informações Contábeis

Ítem a ser tratado

- Declaração do contador responsável – Trata-se de Declaração emitida pelo órgão central.

Ítem 12 – Outras informações sobre a Gestão

1- IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Objetivos:

A Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Foi criada pela Lei Delegada nº 09 de 11/10/1962, tendo suas atuais atribuições definidas pela Portaria Ministerial nº 428, de 14/06/2010.

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará			
Denominação abreviada: SFA/PA			
Código SIORG: 002795	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 130094
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do poder Executivo / CNPJ: 00.396.895/0016-01			
Principal Atividade: Fiscalização			Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax contato:	(091) 3214.8620	(091) 3214.8630	(091) 3231.5878
E-mail: gab-pa@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Av. Almirante Barroso, 5384 – Castanheira – Belém/PA - CEP: 66610-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criada pela Lei Delegada nº 09 de 11/10/1962, tendo suas atuais atribuições definidas em Portaria nº 428 de 14 de junho de 2010, as SFAs, unidades descentralizadas diretamente subordinadas ao Ministro de Estado consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e das Subsecretarias de Assuntos Administrativos e do Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portarias, Instruções Normativas, Decretos etc.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Instruções de Serviços, Ofícios Circulares e Manuais diversos			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130094	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará – SFA/PA		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
130094		0001 – Tesouro Nacional	

1.2 – Finalidade e competência institucional da Unidade

Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Titular da Pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de :

I – defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;

II – fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura;

III – assistência técnica e extensão rural;

IV – infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;

V – produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool.

VI – administração de recursos humanos e de serviços gerais;

VII – programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;

VIII – qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e

IX – aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

O universo de atuação (jurisdição) da Superintendência Federal de Agricultura no Pará corresponde à totalidade do território da unidade da Federação, podendo haver alteração desse limite mediante ato do Ministro de Estado.

Objetivos Estratégicos

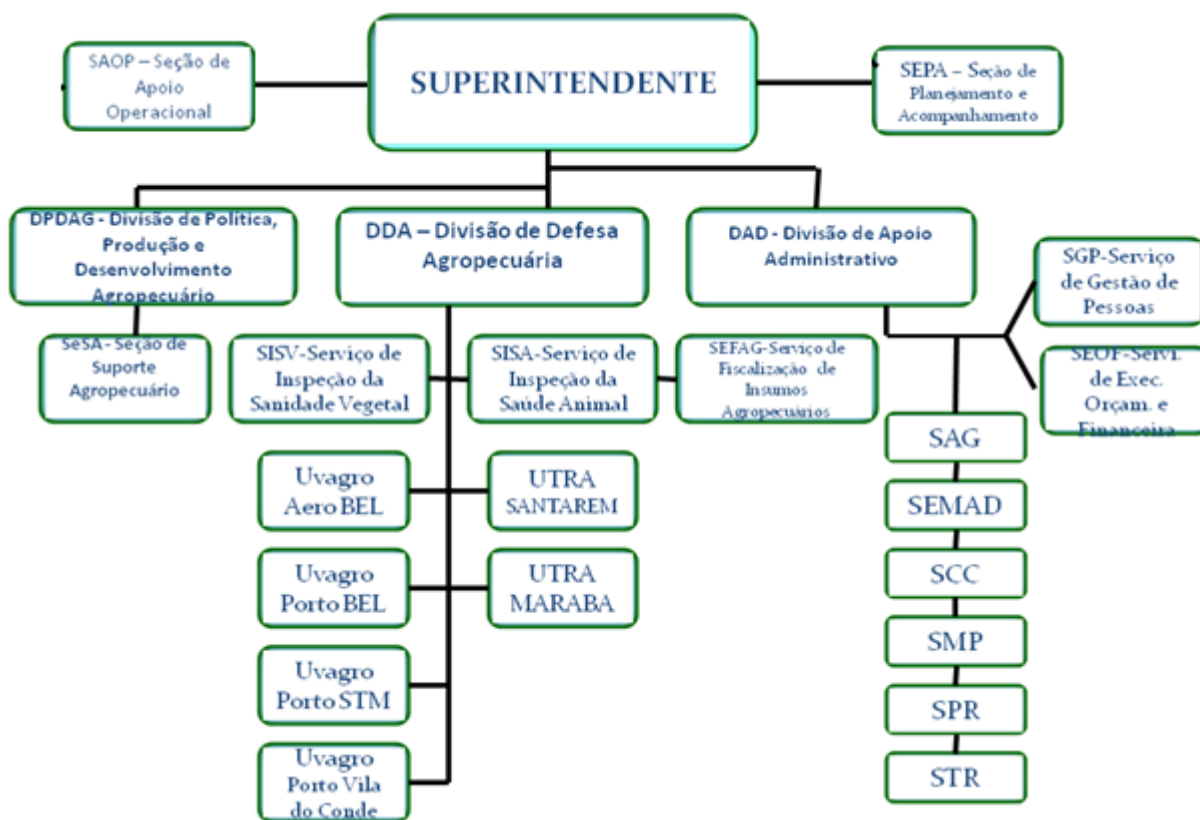
Os objetivos e metas estabelecidos para o exercício estão alinhados ao texto do Plano Plurianual 2012/2015 que, com jurisdição no âmbito do estado e competência regimental, executa as ações do PPA, via gerenciamento dos Planos Internos (PIs) – desenvolvidos por meio de atividades e ações de defesa agropecuária que visa garantir a segurança dos alimentos com custos competitivos, tendo como objetivo a minimização do risco de introdução e disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária nacional.

Os programas executados pela área finalística da Unidade podem ser divididos em dois grupos:

- Defesa Agropecuária: Coordenado pela DDA/SFA-PA
- Política Agrícola e Desenvolvimento Agropecuário: Executado pelo DPDAG/SFA-PA

1.3- Organograma funcional

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Legenda:

Unidades de Assistência Direta

SAOD –Seção de Apoio Operacional e Divulgação: Promover o processo de gestão estratégica aliado à estratégia corporativa do MAPA; Promover atividade de comunidade visual e auxiliar na divulgação de notícias

SEPA –Seção de Planejamento e Acompanhamento: Elaborar e consolidar o POA – Plano Operativo Anual, da programação físico-orçamentário; Internalizar, orientar e acompanhar o PPA; Fazer mensalmente a programação orçamentário via sistema; Elaborar o relatório anual de gestão.

Unidades Centrais de Execução Finalísticas

DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário: Promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário.

DDA – Divisão de Defesa Agropecuária: Coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades de vigilância zoonosológicas e fitossanitárias; Prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais e das pragas dos vegetais; Fiscalização do trânsito internacional de animais vivos; Educação sanitária.

Serviços

SISV – Serviço de Inspeção da Sanidade Vegetal: Vigilância fitossanitária; Fiscalização das atividades relacionadas os organismos geneticamente modificados; Fiscalização do trânsito interestadual e internacional de vegetais, partes de vegetais quando da ocorrência de pragas.

SISA – Serviço de Inspeção da Saude Animal: Vigilância sanitária e epidemiológica; Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais; Autorização de importação para animais vivos e de material genético de animais..

SEFAG – Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários: Produção, importação e exportação de agrotóxicos, fertilizantes e biofertilizantes; Produção, certificação, comercialização de sementes e mudas; Produção, importação e exportação de produtos de uso veterinários e destinados à alimentação animal.

INSPEÇÃO ANIMAL: Inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que procedem abate de animais de açougue e que industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matérias primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal destinados ao comércio interestadual e internacional.

INSPEÇÃO VEGETAL: inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos e derivados de vinhos, bebidas e vinagres.

UVAGRO – Unidade de Vigilância Agropecuária: Atua na Defesa Agropecuária dos Portos e Aeroportos.

Unidades de Apoio Operacional

DAD – Divisão de Apoio Administrativo: Coordena os apoios operacionais como:

SGP – Serviço de Gestão de Pessoas: responsável pelo Recursos Humanos

SEOF – Serviço de Execução Orçamentária e Financeira.

SAG – Seção de Atividades Gerais: Orienta a execução das atividades de transporte, material, patrimônio, almoxarifado, protocolo, limpeza, conservação e vigilância.

SCC – Setor de Compras e Contratos, subordinado à Seção de Serviços Gerais: apoio operacional e administrativo à Comissão Permanente de Licitação – CPL e ao pregoeiro; Providências requeridas para formalização de compra ou de contrato de prestação de serviços e de execução do obra.

1.4 – Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada

- Defesa Agropecuária
- Desenvolvimento Agropecuário
- Cooperativismo e Associativismo Rural
- Política Agrícola

A Cadeia de Valor da Administração do MAPA foi elaborada considerando a competências do MAPA estabelecidas no art. 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que organiza a Presidência da República e os Ministérios. O aspecto considerado é que a cadeia deva funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do MAPA, dentro do que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal – SIORG.

A Coordenação Geral ainda não detalhou a Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA até o nível de processos. Os resultados estão no bojo do Relatório.

Enquanto não ocorre o pleno mapeamento dos micro processos por parte da Coordenação Geral, a SFA-PA atua de acordo com o estabelecido em suas competências regimentais e as diretrizes das secretarias do MAPA.

A estrutura e abordagem das ações e atividades está sumarizada abaixo, e devidamente detalhada nos capítulos correspondentes deste relatório.

PROGRAMA 2028 - SANIDADE AGROPECUÁRIA

As ações de defesa agropecuária de competência do Governo Federal são executadas de forma direta por Fiscais Federais Agropecuários – FFA, localizados nos serviços técnicos das Superintendências Federais de Agricultura em cada Unidade da Federação, subordinados técnica e administrativamente à Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) e coordenados em nível central pela Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA.

O planejamento das atividades é feito, combinando-se os dados de avaliação da capacidade operacional do serviço, as necessidades em nível local, as orientações e diretrizes técnicas dos Departamentos e Coordenações da SDA/MAPA e as estimativas de dotação orçamentária para o exercício seguinte, conforme apresentadas e discutidas nas reuniões de cada Departamento ou Coordenação da SDA.

As unidades técnicas subordinadas à DDA/SFA-PA são as seguintes:

- Serviço de Inspeção e Saúde Animal- SISA/DDA/SFA-PA
- Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV/DDA/SFA-PA.
- Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG/DDA/SFA-PA

Unidades Descentralizadas de Execução Finalística

- Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Belém;
- Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Internacional de Val-De-Cans;
- Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Santarém;
- Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Vila Do Conde.

SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SAÚDE ANIMAL – SISA/DDA/SFA-PA.

Conforme estabelecido na portaria 428/2010, cabe a este serviço técnico realizar atividades de Defesa Agropecuária em duas áreas específicas:

- **Saúde Animal;**
- **Inspeção de Produtos de Origem Animal;**

SAÚDE ANIMAL:

Subordinada em nível central ao Departamento de Saúde Animal – DSA/SDA, esta área do SISA busca atingir os objetivos estratégicos de caracterização, estabelecimento, ampliação e manutenção de áreas livres de doenças dos animais, executar programas de controle zoossanitário, fortalecer o Serviço Oficial de Defesa Animal, melhorar o sistema de quarentena animal, certificação de propriedades agropecuárias, etc.

As responsabilidades incluem, entre diversas outras atividades, supervisionar, auditar e avaliar Serviço Oficial de Defesa Animal do Estado do Pará, representado nesta unidade da federação pela ADEPARÁ. A estrutura física e operacional deste serviço compreende diversas gerencias regionais, unidades locais de saúde animal (ULSAs) distribuídas em mais de 120 municípios e os postos de vigilância do trânsito localizados nos pontos de entrada e saída do estado e nos limites internos de áreas com *status* epidemiológico diferente.

Diversas doenças dos animais tem sido objeto de ações de controle/erradicação, destacando-se:

Febre Aftosa

o Programa de Erradicação da Febre Aftosa, considerado atualmente o principal programa do MAPA na área de saúde animal, tendo o Brasil assumido a meta de erradicá-la. Uma vez que atualmente o estado do Pará ainda apresenta duas situações sanitárias distintas para esta doença, tem-se buscado

intensamente a uniformização do *status* sanitário do estado, por meio da criação das condições para o reconhecimento de todo o território como *livre de febre aftosa com vacinação*.

Influenza Aviária

A prevenção da Influenza Aviária, doença letal para aves e mamíferos, inclusive o homem é realizado por meio do PNSA (Programa Nacional de Sanidade Avícola). Este tem como objetivos promover o controle sanitário a ser realizado nos estabelecimentos avícolas, bem como impedir a introdução de doenças exóticas (incluindo a influenza) e controlar e erradicar aquelas existentes no estado. Visa o desenvolvimento da avicultura integrando os aspectos de mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais, para o atendimento dos consumidores do estado, do país e do exterior, promovendo a segurança alimentar e a saúde pública e assegurando a geração de renda e emprego. As atividades incluem: Vigilância epidemiológica e sanitária das principais doenças aviárias, destacando-se as doenças de notificação à OIE, através da investigação nas propriedades onde houver comunicação de mortalidade acima dos níveis esperados, ocorrência de sintomatologia compatível com suspeita de doenças de notificação, e outras comunicações que o serviço julgar relevantes, Cadastramento, registro e fiscalização das propriedades avícolas comerciais, conforme preconizado na IN 56 de 04 de dezembro de 2007, Cadastramento e fiscalização dos estabelecimentos que comercializam aves vivas, Treinamento e habilitação de médicos veterinários da iniciativa privada para a correta emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA) e controle do trânsito de aves e da numeração de GTA's, Controle da movimentação animal através das fichas de produtores rurais cadastrados nas Unidades Locais de Atenção Veterinária, Monitoramento da presença de vírus da Influenza Aviária em sítios de aves migratórias nos municípios de Salinópolis e Vigia, Treinamento de médicos veterinários da ADEPARA e da iniciativa privada visando prepará-los para situações de emergência sanitária, além de orientá-los sobre as formas de contenção e erradicação de foco de doenças de aves, Realização de reuniões com o Comitê Estadual de Sanidade Avícola, com médicos veterinários habilitados e com técnicos da ADEPARA.

Encefalopatia Espongiforme Bovina - BSE (Mal da vaca louca)

Doença também letal para mamíferos. Os trabalhos são em nível de prevenção, por ser tratar de enfermidade ausente no estado no Pará e no Brasil. Em articulação com a área de Fiscalização de Insumos Pecuários e a ADEPARÁ são realizadas ações para evitar o consumo por ruminantes de alimentos contendo proteína de origem animal, principalmente as “camas de aviários”.

Raiva dos Herbívoros

Doença endêmica em nosso Estado. Usa-se como medidas de prevenção a vacinação e/ou o controle da população de morcegos hematófagos (*Desmodus rotundos*), sendo que a 1ª providência imuniza os animais e a segunda diminui o número de vetores e conseqüentemente da atividade viral. Foram realizados treinamentos para técnicos agrícolas em captura e tratamento de Morcegos Hematófagos com formação de equipes em cada Regional e de médicos veterinários na coleta de amostras para raiva e BSE .

INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Área subordinada em nível central ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA/SDA e corresponde, no Estado do Pará, ao Serviço de Inspeção Federal (SIF), sistema do MAPA que atesta a qualidade dos produtos de origem animal, sob o aspecto sanitário e tecnológico, oferecidos ao mercado consumidor nacional e internacional pelos estabelecimentos

industriais que possuem registro no sistema. As atividades incluem inspecionar, verificar, fiscalizar e supervisionar todas as atividades de produção, desde a chegada na indústria, processamento, embalagem e expedição destes, visando a constatação da aplicação de procedimentos de autocontrole por parte do fabricante de forma a minimizar ou eliminar o risco sanitário inerente ao produto ofertado ao consumidor final. orientar e fiscalizar a implantação de estabelecimentos processadores desde a vistoria do terreno proposto, passando pela análise do leiaute operacional das instalações e equipamentos de forma a garantir a adequação do estabelecimento ao processo produtivo proposto. Os abatedouros com registro no SIF também utilizam a modalidade de inspeção permanente, com a presença de Médico Veterinário Oficial e Agentes de Inspeção, durante todo processo de abate.

Do ponto de vista operacional interno as atividades se distribuem nas subáreas abaixo:

- *Inspeção de pescado e derivados:*
- *Inspeção de Carnes e derivados:*
- *Inspeção de leite e derivados– SILEI*
- *Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC*
- *Inspeção de mel e derivados*

Inspeção de pescado e derivados:

A dinâmica adotada na execução do serviço objetivou as verificações de conformidade do beneficiamento de produtos nas indústrias sob o Serviço de Inspeção Federal – SIF de acordo com as normas vigentes de modo a garantir a inocuidade dos produtos elaborados, como também, o atendimento às exigências internacionais pelos estabelecimentos habilitados à exportação..

Inspeção de Carnes e derivados:

Desenvolveu suas atividades com a fiscalização de estabelecimentos com registro no SIF – Serviço de Inspeção Federal visando garantir o cumprimento das normas sanitárias, para segurança do consumidor e cumprimento de acordos internacionais por estabelecimentos habilitados à exportação.

Inspeção de leite e derivados - SILEI

Cabe a esta subárea a Coordenação e gestão (administrativa e técnica) dos estabelecimentos de Leite e Derivados com registro no SIF, no que se refere aos aspectos legais e regulamentares previstos na legislação específica (Lei nº 1.283/5, regulamentada pelo Dec. 30.691/52, alterado pelo Dec. 2244/97; Lei nº 7889/89; Lei nº 9.712/98, regulamentada pelo Dec. nº 5.741/2006 entre outras normas de natureza interna do MAPA: portarias, instruções normativas e de serviço. As atividades abrangem: Inspeção Sanitária do Leite e Derivados; Fiscalização de estabelecimentos industriais com registro junto ao SIF e de forma suplementar, nos estabelecimentos com Serviço de Inspeção Estadual ou Municipal; reinspeção de produtos do Leite e Derivados no comércio em geral; ações de combate à clandestinidade de toda ordem; Orientação técnica e tecnológica para usuários e interessados pelo SIF.

Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC

As atividades incluem a coordenação e gestão (administrativa e técnica) frente às atividades próprias do plano, observadas, além das legislação de natureza geral da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, a específica IN SDA nº 42/2008. Coordenação do órgão executor Estadual, na esfera das suas competências delegadas pelo MAPA, na condução dos procedimentos dos Subprogramas do PNCRC. Em 2012 foram fornecidas orientação e treinamentos dos atores envolvidos (FFA's, Médicos Veterinários, pecuaristas e industriais sobre o PNCRC, seus

procedimentos e prerrogativas), a coordenação e acompanhamento "in loco" das violações ocorridas, obtendo-se resultados satisfatórios na mitigação das violações.

Inspeção de mel e derivados

Assim como nas demais subáreas da inspeção, cabe a esta inspecionar, verificar, fiscalizar e supervisionar todas as atividades de produção de mel e demais produtos apícolas, desde a chegada na indústria, processamento, envase e expedição destes, visando a constatação da aplicação de procedimentos de autocontrole por parte do fabricante de forma a minimizar ou eliminar o risco sanitário inerente ao produto ofertado ao consumidor final, orientar e fiscalizar a implantação de estabelecimentos processadores desde a vistoria do terreno proposto, passando pela análise do layout operacional das instalações e equipamentos de forma a garantir a adequação do estabelecimento ao processo produtivo proposto.

SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SANIDADE VEGETAL – SISV/DDA/SFA-PA.

Esta unidade técnica atende a duas áreas específicas da Defesa Agropecuária:

- **Sanidade Vegetal;**
- **Inspeção de Produtos de Origem Vegetal**

SANIDADE VEGETAL

Subordinada em nível central ao Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA, esta área do SISV tem como objetivos estratégicos a ampliação e manutenção de áreas livres de pragas e/ou sistemas de mitigação de risco de pragas, executar programas de controle fitossanitário, fortalecer o Serviço Oficial de Defesa Vegetal, definir rotas de risco de disseminação de pragas dos vegetais, etc.

As ações são executadas por meio de sensibilização da cadeia produtiva; levantamento fitossanitário, auditorias, implantação de medidas preventivas e de controle, capacitação, manutenção de banco de dados; elaboração de relatórios, supervisão de área delimitada, etc.

A exemplo do que ocorre com a área de Saúde Animal, as atividades em Sanidade Vegetal são em grande parte, realizadas pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal, também neste caso representado no Pará pela ADEPARÁ e sua estrutura física e operacional (gerências regionais, unidades locais, postos de vigilância do trânsito localizados nos pontos de entrada e saída do estado e limites internos de áreas com *status* fitossanitário diferenciado). Visando garantir a conformidade dos procedimentos realizados em relação às normas vigentes o SISV realiza supervisões e auditorias nas unidades locais e postos de controle de trânsito.

Varias pragas agrícolas tem sido alvo das ações do SISV – Sanidade Vegetal:

Mosca Da Carambola

Em 2013 a principal atividade continua sendo tem sido a manutenção da área de dispersão da praga quarentenária mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*) nos limites do Estado do Amapá, sem o que, todo o mercado internacional de frutos brasileiros *in natura* poderia se tornar alvo de restrições.

Monilíase do Cacauero

Em estreita articulação com outros órgãos e unidades do MAPA como CEPLAC e EMBRAPA, SFA-AM, SFA-RO e SFA-AC, instituições de ensino e pesquisa como a UFRA e com a ativa participação da ADEPARÁ, o SISV tem atuado na prevenção da introdução do fungo fitopatogênico *Moniliophthora roreri* agente causal da enfermidade conhecida como Monilíase do Cacauero. Trata-se de patógeno bem mais agressivo do que o causador da conhecida *Vassoura de bruxa*, e atualmente infesta cacauais nos países vizinhos do Brasil.

Ferrugem Asiática da Soja

O monitoramento da Ferrugem asiática da soja tem sido mantido, inclusive com a manutenção do calendário de *vazio sanitário*, metodologia que visa diminuir a quantidade de *inoculo* (fonte de contaminação) do fungo *Phakopsora pachyrhizi* no campo.

Broca do Cacau e Cupuaçu

A exemplo da Monilíase do Cacaueiro, diversas ações multiinstitucionais foram implementadas para restringir o avanço em direção às áreas de produção da coleobroca *Conotrachelus humeropictus*, importante praga não quarentenária das culturas do cacau e cupuaçu no Brasil, hoje presente na região oeste do Estado do Pará (região de Santarém e Belterra).

INSPEÇÃO VEGETAL:

Subordinada em nível central ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV/SDA.

Subáreas:

- Fiscalização de Vinhos e bebidas;
- Classificação de Produtos de Origem Vegetal;

Fiscalização de vinhos e bebidas:

Atividades sob sua responsabilidade: Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização; Registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; Capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.

A elaboração da programação das metas físicas e financeiras eleitas como prioridades e consignadas no Plano Operativo do exercício de 2012, levantou-se especialmente e considerou-se os n.ºs dos registros das séries históricas das demandas internas e externas dos últimos 03 (três) anos sobre as atividades desenvolvidas e executadas.

Registre-se no presente relatório, que na execução do Plano Operativo do Exercício de 2012, não houve problemas e nem pontos limitantes ocasionados por falta de recursos orçamentários e nem financeiros, haja vista, o atendimento integral por parte da Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas - CGVB/DIPOV/SDA/MAPA, da programação mensal/anual encaminhada, dentro dos prazos fixados para tal.

Classificação de Produtos de Origem Vegetal

Cabe a esta subárea, entre outras atividades, a fiscalização e supervisão técnica da classificação de matérias primas, produtos e subprodutos e derivados de origem vegetal; coleta de amostras de monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes; estudar e propor alterações de padrões e especificações de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS - SEFAG/SFA-PA

As atividades do SEFAG divide-se em 08 (oito) áreas técnicas, denominadas de Plano Interno (PI), as quais os seus objetivos são estrategicamente definidos em função de suas necessidades e peculiaridades.

FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS PECUÁRIOS

As três primeiras áreas técnicas são coordenadas em nível central pelo Departamento de fiscalização de Insumos Pecuários – DEFIP/SDA e são os seguintes:

- *Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE*
- *Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal – FISCINAN*
- *Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET 1*

Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE

Cabe a esta subárea salvaguardar a produção e a produtividade na área animal pela garantia da qualidade e a conformidade dos materiais destinados à multiplicação por meio de inspeção e fiscalização da produção e comercialização de material genético; registro de estabelecimentos industriais, importadores e comerciais de sêmen e embriões; registro de estabelecimentos prestadores de serviços na área de reprodução; promoção de auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades e projetos pertinentes à área.

Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal – FISCINAN

Atividade que visa assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal por meio de ações direcionadas para o registro e a fiscalização dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados, suplementos e aditivos; o registro dos produtos; a fiscalização de conformidade de produto, mediante realização de análises fiscais; a implementação das Boas Práticas de Fabricação - BPF nos estabelecimentos e; a participação em reuniões voltadas para a área de nutrição animal.

Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET 1

Garantir a oferta de produtos de uso veterinário em conformidade com as normas de sanidade. Conferindo aos criadores em geral, níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais por meio de registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais e, - controle da importação de produtos.

FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

As demais áreas técnicas do SEFAG são coordenadas em nível central pelo Departamento de fiscalização de Insumos Agrícolas – DEFIA/SDA e são os seguintes:

Fiscalização de Sementes e Mudas – FISCALSEM

Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

- *Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – FISAGROTOX*
- *Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISAGRIC 1*
- *Fiscalização de atividades com Organismos Geneticamente Modificados FISCORGEN*
- *Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM*

Proporcionar a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade e certificar a produção de sementes e mudas, buscando garantir conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética por meio de: registro, fiscalização e inspeção da produção e da comercialização de sementes e mudas; análise laboratorial de amostras coletadas para a verificação dos padrões estabelecidos; certificação da produção de sementes e mudas.

Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI

Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais por meio de: registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais; inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos; realização de reuniões técnicas, participação em cursos, estágios, treinamentos em serviço e, elaboração e revisão de normas relativas à padronização.

Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – FISAGROTOX

Fiscalizar as empresas prestadoras de serviços fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de produtos vegetais e seus subprodutos, além de embalagens de madeira. Não há registro de estabelecimento produtor em nosso estado.

Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISAGRIC 1

Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos. Busca-se compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental por meio de: registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos;

Fiscalização de atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGEN

Acompanhamento e fiscalização de plantios comerciais de milho e soja, que envolvam organismos geneticamente modificados para garantir o cumprimento das determinações da CTNBio e demais legislações referentes a OGM.

VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL – VIGIAGRO.

A extensão do País e os desafios da vigilância nas fronteiras exigem grande cobertura e efetividade das ações em todo território brasileiro. Para tanto é necessário as Unidades responsáveis, estrategicamente, funcionem como a primeira linha da defesa agropecuária brasileira. Estas unidades, denominadas de UVAGRO, são localizadas nos pontos de ingresso e egresso (portos, aeroportos, fronteiras e aduanas especiais). Sua missão é realizar ações de vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais, suas partes, produtos e subprodutos, insumos agropecuários, além de embalagens e suportes de madeira que acondicionem quaisquer classes de mercadorias destinadas à exportação ou importados pelo Brasil, são de responsabilidade privativa do

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com o estabelecido no Artigo 55 do Decreto no. 5.741/2006.

Em nível de Órgão Central, os Serviços/Unidades são tecnicamente ligados à Coordenação Geral do VIGIAGRO - CGV, que por sua vez é diretamente ligada à Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA. O Sistema possui mecanismo de autogerenciamento e está organizado em um Comitê Gestor e Sub-Comitês de Gestão por segmento, a saber: Portos, Aeroportos, Fronteiras e Aduanas Especiais. Os Subcomitês periodicamente realizam reuniões para discussões de assuntos pertinentes ao Sistema, tanto de ordem operacional como estratégica e de planejamento de ações.

No Pará, as Unidades de Vigilância, atuam como braço operacional dos Serviços Técnicos da SFA (SISA, SISV e SEFAG), realizando atividades regidas por normas técnicas emanadas dos Órgãos Específicos Singulares do MAPA e afetas especificamente às atividades daqueles Serviços, atuando no momento da chegada e saída de produtos e insumos agropecuários.

Em nível local o sistema funciona subordinado diretamente a DDA e consiste em 04 (quatro) Unidades operacionais, a saber:

1. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Belém;
2. Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Internacional de Val-de-Cans;
3. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Santarém;
4. Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto de Vila do Conde.

O atendimento do Serviço é feito ainda nos pontos de egresso/ingresso, conforme segue:

Ponto de Ingresso/Egresso Município Unidade Responsável

- Porto Seco METROBEL Belém Porto de Belém
- Terminal de Containeres - CONVICON Barcarena Porto de Vila do Co
- Terminal Graneleiro - Cargil Santarém Porto de Santarém
- Porto Seco Center Cargo Juruti Porto de Santarém

Dentro dos objetivos estratégicos definidos e atingidos para 2012, tivemos a oficialização de três das quatro unidades em operação no Estado do Pará, e avanços significativos na qualidade da estrutura e dos equipamentos das unidades.

A melhoria e padronização dos procedimentos vêm sendo implementada em âmbito nacional, devendo atingir resultados mais significativos com a entrada em funcionamento do sistema informatizado SGVIG que deverá integrar todas as unidades operacionais do Sistema, com Sede em Brasília e as SFAs.

PROGRAMA 2014 – AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Responsável pela execução:

DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.

Atua de forma mais sistemática na organização, promoção, fomento capacitação de agentes atuantes em produção orgânica de alimentos, na fiscalização de convênios e na viabilização de emendas parlamentares. Em todos os segmentos, a estratégia adotada pelo DPDAG consistiu na busca de demandas do setor rural por meio de reuniões, seminários, oficinas e câmaras setoriais com parcerias institucionais das diversas esferas do governo, iniciativa privada e representações dos produtores rurais, objetivando ajustá-los aos programas.

É responsável ainda no apoio a Projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria. Este apoio dar-se-á por meio de Contratos de Repasse, instrumento administrativo usado para transferência de recursos financeiros da união por meio de um agente financeiro público federal, sendo neste caso, a Caixa Econômica Federal.

Em todos os segmentos, a estratégia do DPDAG consistiu na busca de demandas do setor rural por meio de reuniões, seminários, oficinas e câmaras setoriais com parcerias institucionais das diversas esferas do governo, iniciativa privada e representações dos produtores rurais, objetivando ajustá-los aos programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.5 – Macroprocessos de apoio.

- Administração de Pessoal.
- Desenvolvimento de Pessoa.
- Interação com a Sociedade e Servidores.
- Serviços Gerais.
- Procedimentos Disciplinares.
- Tecnologia da Informação.
- Assessoramento Jurídico.

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, classificados com *Macroprocessos de Governança e Administração Interna*. Sua condução segue a mesma características informada quanto aos finalísticos, a excessão de suas definições.

1.6 – Principais parceiros:

As principais instituições que concorrem ativamente para o êxito das atividades da SFA/PA, são elencadas abaixo:

- Agencia de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ*.
- Secretaria de Estado de Agricultura do Estado do Pará – SAGRI.
- INFRAERO.
- Companhia Docas do Pará – CDP.
- Universidade Federal Rural da Amazônia.
- Federação de Agricultura do Estado do Pará – FAEPA.
- Universidade Federal do Pará.

- Ministério Público do Estado do Pará.
- Secretaria de Estado de Agricultura do Estado do Pará – SAGRI.
- Federação de Agricultura do Estado do Pará – FAEPA.
- Secretaria de Estado de Turismo - SETUR
- Prefeituras Municipais
- Cooperativas e Associações Rurais
- Associações de Municípios
- Assessorias Parlamentares

Além das entidades acima, a SFA trabalha em estreita cooperação com as entidades vinculadas do MAPA alistadas abaixo:

- CEPLAC
- EMBRAPA
- LANAGRO
- INMET

2- PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 – Planejamento da Unidade

O Planejamento Estratégico surgiu com a necessidade de uma reestruturação Organizacional. A partir daí criou-se a AGE – Assessoria de Gestão Estratégica, por força regimental, para coordenar a elaboração e gerir a Planejamento Estratégico do MAPA, cujos trabalhos tiveram início no final de 2005 com projeção para até 2015.

A Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA está inserida no contexto do Planejamento Estratégico conduzido pelo Ministério da Agricultura em Brasília, de onde emanam os objetivos, diretrizes e orientações técnicas com vistas ao atendimento dos resultados estratégicos.

A SFA/PA segue as metas estabelecidas para 2015, dentre as quais se destaca a busca da excelência administrativa, por meio da qual se pretende garantir maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio, fortalecimento e harmonização do setor, coordenando e promovendo a igualdade entre os atores envolvidos. São também objetivos estratégicos, que compõem o Plano Estratégico do Ministério, a garantia da segurança alimentar do povo brasileiro; a ampliação da participação da agroenergia na matriz energética do país; o aumento da produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos e a atuação no sentido de impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento de tais projetos na SFA/PA não se efetivou simultaneamente com o órgão central, o que dificultou sobremaneira a aplicabilidade no tocante a avaliação de resultado. Registra-se que a última avaliação feita nesta Unidade, foi a referente ao primeiro, segundo e terceiro trimestre de 2010.

As Unidades Gestoras, por serem unidades descentralizadas, não gerenciam “Programas”, operacionalizam as ações decorrente dos mesmos com subordinação técnica aos seus respectivos coordenadores da Unidade Central – UJ, as quais serão demonstradas abaixo.

2.2 – Programação Orçamentária e Financeira e resultados alcançados

As Unidades Gestoras, dentro as quais encontra-se a SFA/PA, por serem unidades descentralizadas e não unidades orçamentárias, não gerenciam “Programas Temáticos”, ficando estes a cargo do órgão central. Às unidades descentralizadas cabe a operacionalização das ações decorrente de tais programas com subordinação técnica aos seus respectivos coordenadores na Unidade Central – UJ.

O resultado das ações desenvolvidas no exercício sob exame, serão demonstrados a seguir.

Ações vinculadas ao Programa “ 2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA”,**Ação: 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA****Responsável Técnico – RT : Wilda Pacheco****Quadro A.2.2.3.1 – (Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)**

Identificação da Ação						
Código	4738		Tipo: Orçamentária/ Projeto Atividade			
Título	Erradicação da Mosca da Carambola					
Iniciativa	04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária					
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional. Código: 0366					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028:		Tipo: Temático/Projeto Atividade	
Unidade Orçamentária	UO. 22101/MAPA		UG: 130094/PA			
Ação Prioritária	(x) Sim () Não		Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
179.220,00	24.424,53	24.158,22	24.158,22	24.158,22	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Erradicação da Mosca da Carambola		ha	124.768.951		117.472.951	
Supervisionar o monitoramento da praga <i>Bactrocera carambolae</i> no estado do Pará)		Unid	5.348	2932	2.582	
<i>Supervisionar o processo de controle fitossanitário da praga Bactrocera carambolae no Vale do Jari)</i>		ha	9		7	
Aquisição de equipamento e material permanente		Unid	1		0	
Capacitar técnicos em controle emergencial da Mosca da carambola		Servidor capacitado	50	30	25	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0	0	0	

Esta atividade faz parte do Plano Orçamentário Erradicação da Mosca da Carambola (*Bactrocera carambolae*) da Ação Promoção da Defesa Agropecuária de abrangência Nacional

No estado do Pará o objetivo é erradicar a *Bactrocera carambolae* das áreas de ocorrência de foco no município de Almeirim e manter os demais municípios sem ocorrência da praga.

A mosca da carambola é uma das espécies de moscas-das-frutas de importância econômica prejudicial à fruticultura mundial. Ataca várias espécies frutíferas tais como: carambola, manga, caju, laranja, acerola, tangerina, jambo vermelho, etc. É originária do sul da Ásia e foi introduzida no continente americano através do Suriname em meados de 1975. No ano de 1989 foi detectada na Guiana Francesa de onde se dispersou para o município de Oiapoque no Estado do Amapá (Brasil) em 1996. Por meio do decreto nº 2.226, de 19 de maio de 1997, a região compreendida pelo Município de Oiapoque e circunvizinhanças no Estado do Amapá foram consideradas pelo Ministério da Agricultura como áreas de emergência fitossanitária, onde ao longo dos últimos treze anos vêm sendo executadas medidas de controle e erradicação de focos dessa praga a fim de impedir sua dispersão para outros locais dentro e fora do Estado.

O monitoramento da mosca da carambola no estado do Pará iniciou em 1996 pela Superintendência Federal de Agricultura- SFA/PA com 181 armadilhas instaladas nos principais pontos de entrada nas rotas de risco no Estado. Em fevereiro de 2007 ocorreu um foco no Distrito de Monte Dourado-Almeirim e após intensivas ações de combate a praga foi erradicada em março de 2008. No dia quatro de junho de 2011 novamente detectou-se um foco na sede do município de Almeirim. Foram capturados 28 exemplares sendo a última captura ocorrida em 17/06/2011 e o foco declarado erradicado no dia 03/10/2012.

Após os focos detectados no Estado expandiu-se as áreas trabalhadas tanto em Monte Dourado, Almeirim como em outros municípios do Pará, de forma a intensificar a vigilância nas principais rotas de risco.

Passados cinco anos sem ocorrência da mosca da carambola na região de Laranjal do Jari e Monte Dourado, em outubro e novembro de 2012 novas ocorrências foram detectadas na vila do Planalto e na cidade de Monte Dourado respectivamente.

Foram implementadas as medidas do Plano Emergencial de Erradicação, tais como aumento de densidade de armadilhas em torno do foco, pulverizações semanais de isca tóxica e lançamento de blocos a cada 20 dias e foram realizadas leituras diárias durante 15 dias nas cidades de Laranjal do Jari e também em Monte Dourado tendo em vista o risco de dispersão da praga para o estado do Pará.

Devido a detecção do foco em Laranjal do Jari a região de Monte Dourado e Laranjal do Jari é considerada de alto risco de dispersão da praga para o estado do Pará, principalmente para a sede do município de Almeirim, declarado erradicado em 12/11/2012. Considerando o grande fluxo de embarcações procedentes de Santana e Macapá para esses locais e pelo trânsito de pessoas entre os Estados do Amapá e Pará naquela região. Contudo, a portaria, SDA 21-06, que proíbe a comercialização e transporte de frutos de Macapá para áreas livres da praga, como a região do Jari, continuassem ser cumprida pela Agência de Defesa Agropecuária do Amapá-DIAGRO o que contribui com o risco de ressurgência e reintrodução da MC na região.

Os levantamentos de prospecção e monitoramentos são realizados pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará-ADEPARA, sob controle e supervisão da Superintendência Federal de Agricultura no Pará-SFA-PA. 50 municípios localizados nas áreas de alto risco de introdução e dispersão da praga no Estado são monitorados quinzenalmente. Atualmente são instaladas no Pará 1068 armadilhas, sendo 813 do tipo Jackson e 255 do tipo McPhail. O quadro 1 mostra a distribuição de armadilhas nas áreas monitoradas no Estado.

Quadro 1 – Locais de Monitoramento da mosca da carambola no estado do Pará, em 2013

Gerências	Local	Armadilhas	
		Jackson	Mcphail
<i>Soure</i>	Belém	15	5
	Icoaraci	8	2
	Mosqueiro	8	2
	Soure	8	2
	Salvaterra	8	2
<i>Breves</i>	Chaves	15	5
	Afuá	15	5
	Breves	8	2
	Curralinho	8	2
	Portel	8	2
<i>Castanhal</i>	Benevides	8	2
	S. A. Tauá	8	2
	Colares	8	2
	Vigia	8	2
	São Caetano de Odivelas	8	2
	Curuçá	8	2
	Marapanim	8	2
Santa Izabel	8	2	
<i>Abaetetuba</i>	Barcarena	8	2
	Abaetetuba	8	2
	Cametá	8	2
	Ig. Miri	8	2
	Tomé-Açu	16	2
<i>Capitão Poço</i>	Capitão Poço	16	2
	Ourém	16	2
	Ituia	16	2
	Garrafão do Norte	16	2
	Nova Esp. Do Piria	8	2
	Santa Maria do Pará	8	2
	São Miguel do Guamá	8	2
<i>Capanema</i>	Capanema	8	2
	Bragança	8	2
<i>Santarém</i>	Santarém	15	5
	Monte Alegre	15	5
	Alenquer	15	5
<i>Oriximiná</i>	Oriximiná	15	5
	Óbidos	15	5
	Juruti	15	5
<i>Almeirim</i>	Praíha	15	5
	Porto de Moz	15	5
	Gurupá	15	5
	Almeirim - sede	60	20
	Monte Dourado	237	101
<i>Altamira</i>	Altamira	8	2
	Medicilândia	8	2
	Placas	8	2
	Uruará	8	2
	Vitoria do Xingu	8	2
	Senador José Porfirio	8	2
<i>Itaituba</i>	Ruropolis	8	2
<i>Rondon do Pará</i>	Rondon do Pará	8	2
TOTAL	51 pontos de instalação	813	255

Figura 1. Área com levantamento fitossanitário para *B. carambolae* no estado do Pará em 2013.

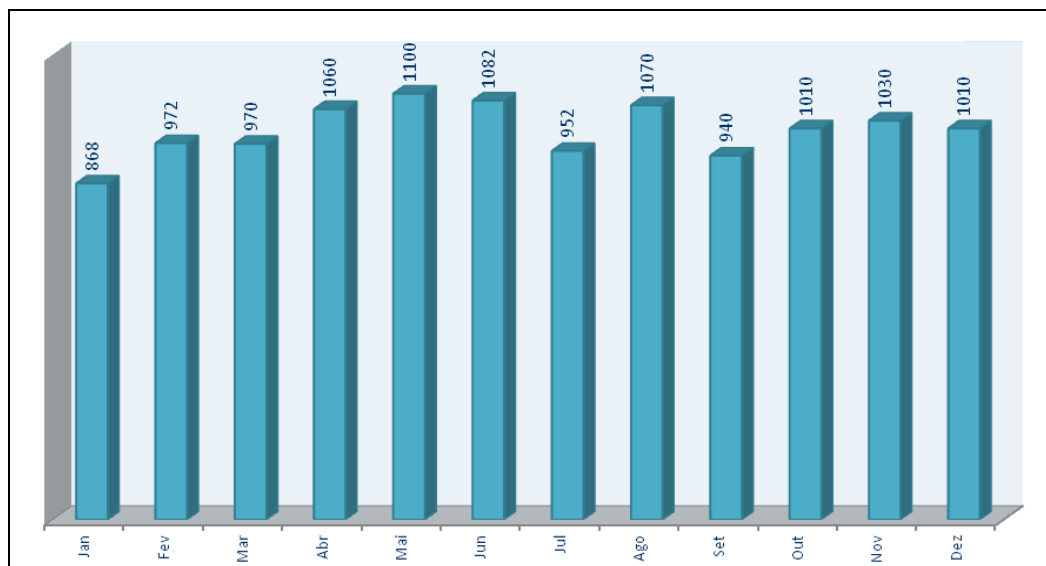


FIGURA 2. Resultados dos levantamentos de detecção realizados no Pará em 2013.

Quadro 2 – Desempenho do Monitoramento da mosca da carambola realizado no estado do Pará, em 2013

Local	Monitoramentos		
	Planejado	Executado	%
Altamira	240	230	95,83
Porto de Moz	480	200	41,67
Vitoria do Xingu	240	210	87,50
Senador José Porfírio	240	230	95,83
Barcarena	240	240	100,00
Abaetetuba	240	240	100,00
Cametá	240	200	83,33
Igarapé Miri	240	230	95,83
Tomé-Açu	432	432	100,00
Capanema	240	190	79,17
Bragança	240	220	91,67
Chaves	480	280	58,33
Afuá	480	260	54,17
Breves	240	230	95,83
Curralinho	240	240	100,00
Portel	240	230	95,83
Capitão Poço	432	378	87,50
Ourém	432	324	75,00
Irituia	432	306	70,83
Garrafão do Norte	432	414	95,83
Nova Esperança do Piria	240	180	75,00
Santa Maria do Pará	240	220	91,67
São Miguel do Guamá	240	240	100,00
Benevides	240	240	100,00
Santo Antônio do Tauá	240	240	100,00
Colares	240	190	79,17
Vigia	240	220	91,67
São Caetano de Odivelas	240	220	91,67
Curuçá	240	240	100,00
Marapanim	240	240	100,00
Santa Isabel do Pará	240	240	100,00
Belém	480	420	87,50
Icoaraci	240	210	87,50
Mosqueiro	240	170	70,83
Soure	240	200	83,33
Salvaterra	240	230	95,83
Santarém	480	480	100,00
Monte Alegre	480	460	95,83
Alenquer	480	460	95,83
Oriximiná	480	400	83,33
Óbidos	480	160	33,33
Juruti	480	400	83,33
Praíha	480	240	50,00
Gurupá	480	460	95,83

O SISV realizou supervisões nas atividades de monitoramento e nos planos de erradicação e pós- erradicação em Almeirim e Monte Dourado respectivamente, com os objetivos de verificar o controle de qualidade dos trabalhos que vêm sendo realizados pelas equipes executoras da ADEPARA buscando orientar os sobre os ajustes necessários quanto ao monitoramento e ações de controle. Nas supervisões também são detectados os entraves relacionados à condução dos trabalhos e apresentados aos gestores técnico-administrativos dos órgãos responsáveis pela execução para solução dos mesmos.

A ADEPARA realiza supervisões internas no monitoramento pelo grupo composto por Engenheiros Agrônomos capacitados pelo MAPA e experientes no monitoramento da Mosca da carambola. Este grupo realiza quatro supervisões internas anuais em todas as rotas do Estado seguindo metodologia e “check list” descritos no “Plano de Supervisão Interna do monitoramento da Mosca da Carambola no Estado do Pará”, elaborado pelo SISV/PA em conjunto a ADEPARA

Quadro 3- Técnicos que realizam Supervisão Interna do monitoramento da Mosca da Carambola no Estado do Pará na ADEPARA

Técnico em Defesa e Inspeção Agropecuária	Área a Supervisionar
Everaldo Luis Martins Chaves	Gerência de Almeirim
Adalberto Gomes Tavares	Gerência de Breves
Clovis Antonio Villacorta Vasconcelos	Gerência de Santarém
Jorge Eduardo Mendonça Goes	Gerência de Soure
Leonardo Magno Marques de Moraes	GEDV/ADEPARA
Helson Nascimento	Gerência de Castanhal
Ana Thais	Gerência de Capanema/Capitão Poço
José Eduardo	Gerência de Abaetetuba
Raimundo Matos	Gerência de Santarém/Almeirim
Paulo Ricardo	Gerência de Oriximiná
Pedro Araujo	Gerência de Altamira/Itaituba

Em 2013 As ações de controle continuaram em Monte Dourado e em Almeirim com a aplicação de procedimentos sistematizados de pulverizações de iscas tóxicas e coleta de frutos hospedeiros e ações de educação sanitária. Contudo em Almeirim houve interrupção a partir do mês de agosto tendo em vista os contratos temporários com dois servidores de campo ter sido extinto.

Os Quadros 4 e 5 mostram os tratamentos realizados em Monte Dourado e na sede e zona rural do município de Almeirim.

Alguns problemas de ordem técnica-administrativa e operacional foram identificados em 2013, que afetaram o desempenho desta ação no estado do Pará, como:

- Falta de Técnicos em algumas unidades da ADEPARA ou não substituição de destes em situações de férias, causando baixo desempenho do monitoramento da *Bactrocera carambolae* como em Chaves, Afuá, Óbidos e Oriximiná.
- O trânsito de produtos vegetais do Estado do Amapá para o Pará continua sem controle pela DIAGRO.
- Em 2013 as programações de supervisões ficaram prejudicadas na sua execução considerando principalmente as restrições para emissão de passagens aéreas no primeiro semestre e a burocracia na liberação de diárias.
- Redução do número de Fiscais que trabalham nesta atividade no SISV.

Quadro 4 – Medidas de controle e erradicação realizados em Monte Dourado no período de janeiro a dezembro de 2013.

Localidade	Nº armadilhas		Nº de capturas		Coleta de Frutos (Kg)	Plantas Erradicadas	Blocos Distribuídos	Plantas Pulverizadas	Área Monitorada	Monitoramentos Realizados
	Jackson	Mcphail	Jackson	Mcphail						
Monte Dourado	53	28	14	386	57100	0	18965	475431	35265,31377	9623
Munguba	17	3	0	0	0	0	0	0	2086,490055	780
Estrada Munguba	0	0	0	0	0	0	0	0	612,5925	195
Bitubinha	10	4	0	0	0	0	0	0	1537,51293	630
Águas Lindas	16	8	0	0	0	0	3965	15229	2526,60684	888
Aterro Sanitário	2	0	0	0	0	0	0	0	223,0465	71
Braços	14	14	0	0	0	0	0	0	1465,88673	924
Planalto	14	18	0	0	0	0	4315	25969	3305,995275	1528
Bandeira	14	11	0	0	0	0	0	0	1463,24787	840
Repartimento	4	0	0	0	0	0	0	0	213,622	68
São Militão	4	4	0	0	0	0	0	0	164,99158	104
Bananal	2	0	0	0	0	0	0	0	81,679	26
Ponte Maria	2	2	0	0	0	0	0	0	82,49579	52
Porto Sabão	3	0	0	0	0	0	0	0	75,71015	34
Est. Parte de Baixo	9	1	0	0	0	0	0	0	1099,556415	450
Recreio	2	0	0	0	0	0	0	0	75,396	24
Ramal Serra Grande	2	0	0	0	0	0	0	0	113,094	36
São Miguel	18	13	0	0	0	0	3880	26366	2708,59422	1116
Estrada Nova	8	1	0	0	0	0	0	0	359,293355	151
Vila dos Gatos	2	2	0	0	0	0	0	0	95,18745	60
Ting Ling	2	0	0	0	0	0	0	0	87,962	28
Nova vida	5	2	0	0	0	0	0	0	245,037	78
Pedral	2	0	0	0	0	0	0	0	81,679	26
Pimental	3	0	0	0	0	0	0	0	113,094	36
Est. MTD a São Migue	6	0	0	0	0	0	0	0	719,4035	229
PA 473 ALM-MTD	21	0	0	0	0	0	0	0	1002,1385	319
TOTAL	346	400	0	0	57100	0	31125	542995	55805,62643	18316

Quadro 5 – Medidas de controle e erradicação realizados em Almeirim no período de janeiro a dezembro de 2013.

Localidade	Nº armadilhas		Nº de capturas		Coleta de Frutos (Kg)	Planta Erradicada	Bloco Distribuído	Planta Pulverizada
	Jackson	McPhail	Jackson	McPhail				
Almeirim	42	20	0	0	2.960	0	4.000	35.600
Zona Rural Prospecção	22		0	0	0	0	0	0
TOTAL	80		0		2.960	0	4.000	35.600

Análise Crítica

Em 2013 a execução da atividade ERRADMOSCA teve como objetivo dar continuidade à coordenação das ações de prevenção e de controle nas áreas de foco no estado do Pará que vem sendo executada pela SFA e ADEPARA. O produto desta ação, “Área prevenida”, obtivemos um resultado 94,15% que corresponde aos 117.472.673 ha de área compreendida pelos municípios sem ocorrência da praga *Bactrocera carambolae*. O restante 5,85% corresponde à área controlada onde ocorreu focos da mosca da carambola no ano de 2013, ou seja a área do município de Almeirim.

A atividade de supervisão do monitoramento é realizada diretamente pelo SISV e tem o objetivo de verificar o controle de qualidade do monitoramento da mosca da carambola executado pela ADEPARA. Em 2013 o SISV teve que reprogramar sua programação inicial tendo em vista o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, por parte do MAPA, para a realização de atividades de campo afetando a emissão de diárias e passagens aéreas. Além disso houve redução do número de fiscais para realizar esta atividade por motivos de doenças. Com a reprogramação realizada o desempenho atingido foi de 88% contudo, o número de supervisões realizadas foi diminuído em 45% afetando a qualidade dos controles que antes eram realizados com pelo menos duas supervisões no ano em cada rota monitorada.

Ação: 2134 – Vigilância, Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIFITO**Responsável Técnico – RT : José Antonio Monteiro dos Santos****Quadro A.2.2.3.1 – (Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)**

Identificação da Ação						
Código	2134		Tipo: Orçamentária			
Título	Vigilância, Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e insumos					
Iniciativa	04D4 – Fiscalização das atividades agropecuárias					
Objetivo	Garantir a Sanidade Vegetal controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira					
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028:		Tipo: Temático		
U.O	22101/MAPA	UG: 130094/PA				
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
32.829,20	14.169,95	14.169,95	13.015,35	13.015,25	0,00	993,15
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
1. Fiscalização de Barreiras Fitossanitárias						
1.1 – Fiscalização de Barreiras (Posto Fixo):		Fiscalização realizada	24	-	16	
1.2 – Fiscalização de Barreiras (Móveis)		Fiscalização realizada	06	-	01	
1.3- Capacitação de Servidores P/ atuação em Barreiras		Servidor capacitado	02	-	0	
2-Auditoria, Fiscalização e Acompanhamento de Convênios:						
2.1 - Fiscalização e Supervisão de ULSAs na execução do Convênio:		Auditoria realizada	20	-	13	
3- Fiscalização de Empresas de Tratamento Fitossanitário com fins Quarentenários						
3.1- Estabelecimentos e/ou Empresas fiscalizadas:		Fiscalização realizada	18	-	14	
3.2 - Estabelecimentos / UISAs / Barreiras Fiscalizadas		Fiscalização realizada	68		44	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
16.396,08	10.347,92	6.048,16	0	0	0	

O controle de trânsito de produtos de origem vegetal é parte importante das estratégias em Defesa Sanitária Vegetal e é composta de diversos componentes que incluem a estrutura física das barreiras sanitárias do órgão estadual de defesa sanitária vegetal localizadas nas divisas do Pará com os estados do Amapá, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Amazonas. Além disso, o Governo do Estado do Pará realiza, em caráter eventual, a fiscalização por meio de barreiras móveis, nas principais vias de ingresso e egresso de produtos agropecuários.

Trata-se de uma atividade que, por sua natureza, possui interface com todos os demais programas da sanidade vegetais, quando são necessárias medidas de exclusão para o controle e erradicação de pragas regulamentadas.

Entre as espécies-praga de preocupação para o controle de trânsito estão a mosca da carambola, a moniliase do cacaueteiro, o ácaro vermelho das palmáceas.

Internamente, cabe a este programa coordenar os sistemas de mitigação de risco de pragas, como o da praga sigatoka-negra e a certificação fitossanitária de origem para as pragas quarentenárias presentes no Estado do Pará, como o caso da mosca negra dos citros.

Objetivos:

Supervisionar e auditar o sistema de controle de trânsito de produtos vegetais no Estado do Pará, executado pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará Adepará, bem como avaliar a qualidade da prestação de serviços pelos profissionais credenciados para emissão de Certificado Fitossanitário de Origem e Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado, bem como as empresas prestadoras de serviços fitossanitários.

Análise Crítica:

Em função do contingenciamento, em especial no segundo semestre, apenas 16 das 24 fiscalizações foram realizadas. Vale destacar que em função das exigências do calendário agrícola a liberação de recursos de forma intempestiva também se configura em outro problema importante.

No quesito fiscalização das Unidades Locais de Sanidade Vegetal – ULSA, em função dos motivos já apresentados, do programado (68), foram realizadas 44 supervisões. Estas atividades serviram para avaliação do cumprimento das metas do convênio vegetal e para verificação da conformidade na execução das atividades do órgão estadual em relação às diretrizes emanadas pelo Departamento de Sanidade Vegetal.

Outra atividade prejudicada foi a participação em atividades de servidores que atuam, pelo Governo do Estado, nas barreiras interestaduais. Estes momentos são importantes formas de transmitir de forma direta a estes profissionais as diretrizes e a visão do MAPA acerca dos programas sanitários e da importância da sua atuação no sistema nacional de Defesa Sanitária Vegetal.

O resultado no atingimento das metas foi de 67,4% e deveu-se sobretudo ao contingenciamento dos recursos, em especial no segundo semestre de 2013.

Dificuldades Encontradas:

Contingenciamento de Recursos: O montante de recursos liberados e empenhados foi aquém da real necessidade para execução da ação. A liberação foi de apenas 43% da programada.

Infraestrutura de Informática: A sede da SFA sofre com materiais de Informática ultrapassados, lentos, necessitando periodicamente de manutenção.

Frota de Veículos: Com frota antiga e necessitando constantemente de manutenção, este é um dos problemas mais sérios da SFA-PA. Se levarmos em conta as dimensões territoriais do estado do Pará, as

condições da malha viária, os modais de transporte disponíveis e a distância da sede do MAPA no estado das regiões produtoras, percebe-se que dificilmente se poderiam executar as atividades sem o devido aporte de recursos e de investimentos em infraestrutura.

Considerações Finais:

Com relação a necessidade de materiais permanentes, convém registrar que para o ano de 2014, está orçado no POA cerca de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). Sendo assim, espera-se que se confirme a aquisição de tais materiais, haja vista a necessidade de qualificar e tornar melhores os resultados referente a execução das atividades de Defesa Sanitária Vegetal, com reflexo na melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Ação: 4746 – Padronização, Classificação e Inspeção de Produtos Vegetais - PADCLASSIF**Responsável Técnico – RT : José Carlos Barroso Junior****Quadro A.2.2.3.1 – (Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)**

Identificação da Ação						
Código	4746		Tipo: Orçamentária			
Título	Padronização, Classificação e Inspeção de Produtos Vegetais					
Iniciativa	04D4 – Fiscalização das atividades agropecuárias					
Objetivo	Assegurar os aspectos higiênico-sanitários e tecnológicos dos alimentos e das bebidas, por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle visando à oferta de alimentos seguros à sociedade.					
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028:		Tipo: Temático		
U.O	UO. 22101/MAPA	UG: 130094/PA				
Ação Prioritária	(x) Sim () Não		Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
111.000,00	49.330,52	44.151,98	33.054,30	33.054,30	0,00	11.097,68
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
01 – Fiscalização Realizada		unidade	160	0	190	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.372,47	2.149,71	1.222,71	0	0	0	

Análise Crítica:**Cumprimento das Metas:**

O Coordenador de Ação Nacional atribuiu para o SISV/QV/DDA/SFA-PA, como meta para o exercício de 2013, 160 fiscalizações em estabelecimentos que comercializam produtos de origem vegetal no Estado do Pará. Porém, com a expansão do comércio de gêneros alimentícios, novos estabelecimentos comerciais foram abertos, nos Municípios fiscalizados, ensejando assim, o aumento do quantitativo da meta, atingindo o total de **190** fiscalizações realizadas, superando o programado pelo CAN. Deste total, evidenciamos a fiscalização em **155** estabelecimentos comerciais Varejistas, **22** Atacadistas, **04** Industrializadores, **01** Processador e **08** Embaladores de produtos de origem vegetal, basicamente o ARROZ e FEIJÃO, sendo essa ação fiscal realizada em **38** Municípios visitados no estado do Pará. Aliado a essa ação fiscal, promovemos a coleta de **38** amostras fiscais para aferir a Qualidade dos produtos de origem vegetal, sendo **20** coletas de Arroz, **01** Azeite de

Oliva , **10** de Feijão, **04** de Pimenta do Reino e **03** de Castanha do Brasil, observando após análise fiscal, o quantitativo de **32 amostras conformes** e **06 amostras com disparidade**.

Consideramos assim, um percentual significativo de estabilidade da Qualidade dos produtos ofertados ao consumidor final, assegurando e garantindo uma alimentação saudável as famílias que dependem desses produtos para seu sustento diário. Fiscalizamos **18** marcas comerciais de Arroz e **11** marcas de Feijão embalados em sacos plásticos de 01Kg e 05 Kg, de diversos embaladores que comercializam os referidos produtos no estados do Pará. Fiscalizamos no total de **1.449,57** toneladas de produtos de origem vegetal nos estabelecimentos comerciais, sendo **962,34** toneladas de Arroz, **372,18** toneladas de Feijão, **100** toneladas de Pimenta do Reino, **15** toneladas de Castanha do Brasil e **0,05** toneladas Azeite de Oliva, refletindo um quantitativo substancial de verificação da Qualidade desses produtos ofertados ao consumidor final.

Classificamos e fiscalizamos os produtos de origem vegetal Importados pelos Portos de Belém e Vila do Conde/Barcarena/Pa, nas seguintes quantidades: Trigo em Grão- 248.300,96 toneladas, Fibras de Juta- 2.861.56 toneladas, e Alho- 73 toneladas, todos os produtos em conformidade com os Padrões Oficiais de Classificação Nacional.

Efetuamos por meio de processos administrativos a cobrança e recolhimento de Multas no valor de **R\$16.875,88** aos embaladores e estabelecimentos comerciais que burlaram a legislação vigente da Qualidade Vegetal (Lei Federal nº 9.972/2000 e Decreto Federal nº 6.268/2007).

Na ótica da Fiscalização Federal o SISV/QV/SFA-PA, no exercício de 2013 foi eficiente, porém, pouco produtivo em virtude da escassez de liberação dos recursos financeiros pelo MAPA, para o melhor desempenho das ações fiscais.

EVENTUAIS PROBLEMAS DE EXECUÇÃO: O SISV/QV/SFA-PA, recebeu do MAPA em média apenas 30% do valor dos recursos orçamentários e financeiros programados no POA/2013, destinados para CUSTEIO, prejudicando significativamente as ações de fiscalização da Qualidade Vegetal, assim como, a falta de liberação de recursos orçamentários e financeiros para INVESTIMENTO causando transtornos para uma maior eficiência da Ação Fiscal da Qualidade Vegetal.

SUPERAÇÕES SIGNIFICATIVAS DAS METAS ESTABELECIDAS: Houve superação da Meta Física programada no POA/2013 de 160 para 190 estabelecimentos fiscalizados pelo SISV/QV/DDA/SFA-PA no exercício de 2013, em função da dedicação e eficácia da equipe de fiscais do Serviço de Inspeção Vegetal.

Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOS**Responsável Técnico – RT : Luciana Cherr Ribeiro****Quadro A.2.2.3.1 – (Anexo II da DN TCU e Portaria TCU 175/2013)**

Identificação da Ação						
Código	4842		Tipo: Orçamentária			
Título	Erradicação da Febre Aftosa					
Iniciativa	0121 – Prevenção, Controle e Erradicação de doenças					
Objetivo	Manter a condição Sanitária na zona livre de febre aftosa erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: ()PA () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
229.000,00	22.111,05	22.111,05	19.181,84	19.181,84	0,00	2.521,78
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
01 (*) Área Livre			Km2	668.400	-	647.302
02 (**) Supervisão Realizada			Unidade	09	-	06
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.901,80	555,18	4.346,62				

Análise Crítica:**Cumprimento das metas:**

O Programa Nacional de Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA tem como meta principal Km² de Área Livre para febre aftosa, envolvendo a execução das atividades pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Pará – Adepará e a supervisão das mesmas pelo SISA/DDA/SFA/PA. O Departamento de Saúde Animal – DSA considera a seguinte subdivisão para o Estado: Área I – Sul do Pará, com 647.302,47 km², Área II – Nordeste paraense, com 137.470,09 Km² e Área III – Baixo Amazonas e arquipélago do Marajó, com 462.916,95 Km², totalizando 1.247.689,51 Km².

Enfatizamos que em 2013 não houve a descentralização da parcela aprovada para o convênio MAPA/Adepará, cujo objeto é Estruturar e Manter o Sistema Unificado de Atenção a Saúde Animal no Estado do Pará, para Controlar, Erradicar e Prevenir a Ocorrência de Doenças dos Animais. A Agência estadual utilizou o saldo remanescente de 2012.

Através da Instrução Normativa nº 33, de 19 de agosto de 2013, o Pará recebeu o reconhecimento nacional das duas áreas que ainda não eram consideradas livres para febre aftosa, a área II (Nordeste) e III (Baixo Amazonas e arquipélago do Marajó). No mês de Novembro, o pleito brasileiro de reconhecimento internacional de febre aftosa para as áreas descritas na referida norma foi oficialmente encaminhado para avaliação da Organização Mundial de Saúde Animal – OIE.

Em Outubro de 2012 um plano de ação específico para promover o referido avanço foi firmado entre o MAPA e a ADEPARA. A partir de então o cumprimento das metas definidas no referido plano tornou-se alvo de acompanhamento e avaliação por parte do SISA/PA, com posterior encaminhamento ao Departamento de Saúde Animal – DSA. Em paralelo ao acompanhamento do

plano de ação, através de supervisões *in loco* das unidades regionais, unidades locais de sanidade animal - UVLs, escritórios de atendimento à comunidade - EACs e postos de fiscalização agropecuária - PFAs da ADEPARA ocorreu o acompanhamento do convênio em saúde animal, ainda vigente, e firmado em 2011 junto à ADEPARA.

A participação em reuniões técnicas de avaliação do cumprimento das metas do plano de ação, a partir do mês de agosto, só foi possível porque a ADEPARA reconheceu a importância da participação do SISA-PA e custeou as despesas com os deslocamentos.

A fim de não comprometer o cumprimento das metas previstas para o exercício 2013, a coordenação do PNEFA no Pará contou com o apoio técnico de Fiscais Federais Agropecuários – FFAs lotados no SISA-PA, mas que possuem responsabilidade técnica em áreas distintas, como Trânsito/ Quarentena Animal e Inspeção de Pescados/Mel.

Auditorias/Supervisões realizadas pela SFA/MAPA no SVE	
Total de auditorias/supervisões realizadas	06
Total de Regionais auditadas	08
Total de UVLs auditadas	27
Total de EACs auditadas	04
Médicos Veterinários auditores/supervisores	04
Total de PFAs auditados	17

* auditorias relativas ao PNEFA

Distribuição do rebanho bovino/bubalino no Pará

	Nº de Municípios	Rebanho Bovino	Rebanho Bubalino	Total
Área 1	44 + 2	15.592.500	13.227	15.605.727
Área 2	68	3.113.771	16.698	3.130.469
Baixo Amazonas	20	1.049.035	112.001	1.161.036
Marajó	12	242.632	320.335	562.967
	144	19.997.938	462.261	20.460.199

Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal - INSPANIMAL**Responsável Técnico – RT : Catherine****Quadro A.2.2.3.1 – (Anexo II da DN TCU e Portaria TCU 175/2013)**

Identificação da Ação						
Código	8938		Tipo: Orçamentária			
Título	Inspeção e Fiscalização de produtos de Origem Animal					
Iniciativa	0278 - Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal					
Objetivo	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal Código:					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PA () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
368.302,50	114.477,35	112.010,43	94.855,28	93.111,45	1.743,83	17.155,15
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Estabelecimento inspecionado		Unidade	81	70	70	
Amostra coletada		Unidade	1260	824	1620	
Supervisão realizada		Unidade	114	59	21	
Fiscalizações - verificação oficial dos programas de autocontrole das empresas		Unidade	139	53	43	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
14.674,74	14.674,74	0,00	-	-	-	

Análise crítica:**Cumprimento das metas:**

A meta principal referente ao PI INSPANIMAL3 é o número de estabelecimentos inspecionados. No caso da Inspeção Federal, todo estabelecimento registrado no SIF deve ser inspecionado, em caráter permanente ou periódico. Vale ressaltar que a inspeção é permanente em todos os estabelecimentos de abate e os demais são fiscalizados periodicamente. Desta forma, todos os estabelecimentos registrados no SIF e em atividade no ano de 2013 foram devidamente inspecionados, seja por meio da permanência de Fiscais Federais Agropecuários, médicos veterinários oficiais ou Agentes de Inspeção, por meio de supervisões coordenadas pelo órgão central (Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA/DDA/SFA-PA) e realizadas por Fiscais Federais Agropecuários (FFA's) designados oficialmente como supervisores estaduais, por meio de coletas de amostras, ou por fiscalizações periódicas amparadas por registros auditáveis. As ações realizadas para o cumprimento da meta são planejadas de forma que contemplem a autuação do maior número possível dos Fiscais Federais Agropecuários lotados no SISA/DDA/SFA-PA (Belém e interior). Portanto, com os recursos disponibilizados para atingir a meta "estabelecimento inspecionado", foram realizadas as demais atividades do SISA/DDA/SFA-PA com vistas a atender as metas físicas previstas para o INSPANIMAL3, supracitadas.

Eventuais problemas de execução:

A deficiência no número de Fiscais Federais Agropecuários acarretou em 2013, assim como nos anos anteriores, diversos problemas na execução das atividades do SIF no estado do Pará, principalmente de supervisões técnicas e fiscalizações, visto o quantitativo de fiscais não ser suficiente para atender a necessidade do serviço. Para realizar as atividades de Inspeção Higiênico-Sanitária de Produtos de Origem Animal, o SISA/DDA/SFA-PA tem em seu quadro de servidores, 14(quatorze) Fiscais Federais Agropecuários, sendo que 7(sete) estão localizados na sede distribuídos nos setores técnicos que realizam gestão e execução das atividades pertinentes às áreas de inspeção de carne, leite, mel, carne de aves, ovos, fábricas de conserva, pescado e fábricas de produtos não comestíveis, tendo também FFA's da inspeção que são responsáveis por outras áreas, como educação sanitária, bem estar animal e trânsito agropecuário. Os 7(sete) FFA's restantes estão localizados no interior do Estado, respondendo tanto pela área de carne quanto de leite nos estabelecimentos que estão sob sua responsabilidade. Alguns ainda são supervisores regionais e, ainda, por vezes são requisitados a substituir médicos veterinários afastados do serviço por férias ou licença ou ainda, realizar auditoria em outros estados. Em 2013, o estado do Pará possuía 15 estabelecimentos de abate de bovinos e de aves em atividade onde a Inspeção deve ser permanente, contudo o quantitativo de fiscais no Estado não supre esta necessidade, tendo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) utilizado dos acordos de cooperação técnica com prefeituras e estado para a cessão de médicos veterinários ao Serviço de Inspeção Federal (SIF). Esta carência de pessoal acarreta deficiência no atendimento das demandas, pois o quadro reduzido de servidores e a falta de pessoal de apoio administrativo dificultam o pronto atendimento das documentações encaminhadas aos setores técnicos, gerando acúmulo de demandas e de ações de fiscalização pendentes. Outro exemplo desta situação é o setor de pescado e derivados, com apenas 2 (dois) FFA's para realizar todas as atividades referentes a gestão e execução da fiscalização de 22 estabelecimentos distribuídos no território estadual, e mais 3 estabelecimentos de mel e derivados, tendo estes fiscais que se ausentar da sede periodicamente para realizar as visitas aos estabelecimentos, não havendo, desta forma, viabilidade de execução em tempo hábil de todas as demandas recebidas e ainda assim executar as metas do setor. As dimensões geográficas do Estado também contribuem de forma negativa, pois faz com que seja necessário o deslocamento por grandes distâncias e permanência do servidor por período mais longo em um estabelecimento e diminuindo a possibilidade de fazer a fiscalização em uma quantidade de estabelecimentos compatível com a demanda, no período da viagem, tendo em vista o tempo necessário para realizar a fiscalização eficiente tal como é determinado pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA). Portanto, esta carência compromete o atendimento do plano operativo anual, pois fica extremamente frágil a execução dos cronogramas de supervisões/fiscalizações/treinamentos com um quantitativo tão pequeno de fiscais à disposição para atender todas as demandas. Esta situação ficou mais comprometedoras ao serviço a partir do terceiro trimestre, pois neste período vários destes fiscais já atingiram a cota anual de quarenta diárias, e com isso tornou-se necessário a prévia autorização de viagens por parte do secretário executivo do MAPA, que por vezes não foi realizada em tempo hábil para atender demandas por vezes emergenciais. A demora na autorização das solicitações de viagem, por parte da secretaria executiva, para servidores com mais de 40 diárias chegou a superar meses para alguns servidores do SISA/DDA/SFA-PA, causando uma grande lacuna na programação de seus setores.

A estrutura física do Serviço de Inspeção Federal na SFA-PA, na sede, também causou dificuldades na execução das atividades do SIF, pois conta com um prédio para todas as áreas da Inspeção Federal, sendo que este tem mais de 30 anos de construído, sem a devida manutenção, sendo necessários reparos urgentes no prédio, ou mesmo uma reforma geral, visto que existem problemas hidráulicos, elétricos e civis na atual estrutura. Todas as paredes estão em mau estado de conservação e os banheiros apresentam defeitos. Esta situação propicia um ambiente desconfortável e com risco a integridade física dos servidores e público externo, passando uma aparência de desleixo aos clientes que são atendidos diariamente.

A falta de finalização, por parte da SFA-PA, dos processos de compra de materiais permanentes, nos últimos 3 (três) anos tem dificultado bastante a logística dos trabalhos a serem realizados pelo Serviço de Inspeção Federal, pois não há carros em número suficientes para atender a demanda, os computadores são antigos e operam em velocidade precária e há falta de linhas telefônicas. O DIPOA liberou R\$ 15.000,00 no ano de 2013 para aquisição de material permanente, mas tal como nos outros anos, não houve a conclusão do processo e o recurso foi devolvido integralmente.

A SFA-PA utilizou indevidamente recursos do PI INPANIMAL13, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), para manutenção do barco Murupita localizado no município de Santarém-PA. A utilização deste recurso não foi planejada no Plano Operativo do SISA-PA que foi encaminhado ao DIPOA, nem programada no SIOR, desta forma não foi autorizado pelo Coordenador de Ações Nacional (CAN). Também não houve autorização por parte do Responsável Técnico do PI nem do Coordenador de Ação Estadual (CAE). Vale ressaltar que de forma alguma o recurso do INPANIMAL13 poderia ser utilizado para a finalidade de manutenção de barco, visto não haver nenhuma relação com as atividades de Inspeção Higienico-Sanitaria de Produtos de Origem Animal, que é o objetivo fim do recurso do INPANIMAL13. Até o fim do exercício de 2013, o SISA/DDA/SFA-PA não recebeu notificação sobre a devolução deste recurso.

Superação significativa das metas estabelecidas:

O número de coletas de amostras para análise laboratorial superou ao programado, tendo em vista que a previsão foi feita baseada na capacidade operacional do LANAGRO-PA. Porém, como esta capacidade operacional não atende a demanda do Serviço de Inspeção Federal, os estabelecimentos registrados, em sua maioria, encaminharam as amostras colhidas pelo SIF para laboratório credenciado pelo MAPA ao invés de encaminhar para o LANAGRO-PA, aumentando, desta forma, a oportunidade de melhorar a fiscalização e controle do processo de fabricação dos alimentos por meio de análises laboratoriais.

Outros aspectos do programa que julgar relevante para a compreensão do desempenho do exercício.

A Inspeção Federal no Estado do Pará conta com estabelecimentos registrados na área de pescado e derivados, carne e derivados, leite e derivados, carne de aves e derivados, ovos e derivados, mel e derivados. Os trabalhos de inspeção são desenvolvidos por meio de uma programação mensal a qual é encaminhada ao DIPOA até o dia 20 do mês vigente para que possa ser liberado o recurso para o mês subsequente. Este planejamento e seus resultados são lançados em plano operativo, em modelo próprio do DIPOA, que é corrigido mensalmente caso haja alteração na programação/execução das atividades.

O montante dos recursos empenhados para atingir os resultados em 2013 foi distribuído conforme tabela abaixo:

Natureza da Despesa	Orçamento Disponibilizado (R\$)	Empenhos Liquidados (R\$)	Execução/Previsão (%)
3390.14	55.098,39	53.058,01	96,29
3390.30	14.330,69	12.569,65	87,71
3390.33	21.890,41	17.659,76	80,67
3390.36	5.470,50	5.470,50	100
3390.37	6.300,00	2.100,00	33,33
3390.39	2.653,95	2.653,95	100
3390.93	1.343,41	1.343,41	100
4490.52	7.390,00	0,00	0
TOTAL	217.567,80	188.925,50	

É válido esclarecer, para fins de análise específica da utilização dos recursos no ano de 2013 no PI INPANIMAL13, que as ações do Serviço de Inspeção Federal no estado do Pará, abrangeram as seguintes atividades, considerando os objetivos pré-estabelecidos pelo DIPOA/MAPA: inspeção industrial e sanitária em estabelecimentos em regime de inspeção permanente e periódica; fiscalização em estabelecimento produtor, vistoria em estabelecimento produtor, auditoria técnico-fiscal operacional em estabelecimentos sob Inspeção Federal, supervisões técnicas em estabelecimento sob Inspeção Federal, substituição temporária de técnicos em estabelecimentos sob inspeção permanente, coleta de amostras, apreensão de produtos, averiguação de denúncias, vistoria de terreno para futura implantação de indústrias, vistoria final de projetos aprovados para estabelecimentos novos, regime especial de fiscalização, interdição de estabelecimentos, ações interinstitucionais, reunião técnica regional, reunião técnica nacional, reunião interinstitucional, treinamentos práticos em estabelecimentos sob SIF, atividades de apoio técnico ao SISA-PA, atividade de apoio técnico ao DIPOA, participação de técnicos do SISA-PA em cursos promovidos pelo MAPA e educação sanitária para o consumidor.

Indicadores Institucionais:

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pelo SISA/DDA/SFA-PA, neste exercício, foram estabelecidos de acordo com as orientações contidas no documento “Técnicas de Auditoria – Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos”, publicado em 2000 pelo TCU:

1. Eficiência - Relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo: (custo total/nº de inspeções realizadas/ano).

Eficiência = $94.855,28 / 910 = R\$ 104.23$ (custo unitário).

Houve utilização racional dos recursos de forma coerente para o universo de atividades que compõem a fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal, o que denota eficiência na execução das metas.

2. Eficácia: Grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados (executado x programado) x 100 = % de estabelecimento inspecionado no ano.

Eficácia = $70 / 70 \times 100 = 100 \%$.

Considerando a meta programada, o percentual atingido (100%) comprova a eficácia do serviço ressaltando-se que para atingir a meta foco do índice em tela, são executadas todas as demais metas físicas que compreendem as atividades do Serviço de Inspeção Federal, além da fiscalização permanente em estabelecimentos de abate.

3. Efetividade: Relação entre os resultados alcançados e os objetivos que motivaram a atuação institucional, entre o impacto previsto e o impacto real de uma atividade (nº de amostras conformes/nº de análises laboratoriais realizadas) x 100 = % de produtos conformes.

Efetividade: $1401 / 1620 \times 100 = 86,48 \%$.

O espelho das atividades do SIF é refletido pela conformidade do processo de fabricação resultando em produtos próprios para o consumo, o que é atestado por meio de análises laboratoriais das amostras coletadas nos estabelecimentos. O índice de conformidade (86,48%) alcançado sugere que as ações do SIF's são efetivas em relação à segurança alimentar dos alimentos de origem animal produzidos pelos estabelecimentos registrados no SIF n no estado do Pará.

Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais - PCEANIMAL**Responsável Técnico – RT : Luana Helene Oliveira****Quadro A.2.2.3.1 – (Anexo II da DN TCU e Portaria TCU 175/2013)**

Identificação da Ação						
Código	8658		Tipo: Orçamentária			
Título	Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças do Animais					
Iniciativa	604 – Defesa Sanitária Animal					
Objetivo	Garantir a Segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo dos animais, aos seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, do controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitário recomendados pelos organismos internacionais					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PA () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
117.000,00	63.256,85	59.163,74	55.555,76	55.555,76	0,00	3.607,98
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Supervisão/fiscalização realizada			Unidade	131	148	148
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
46.119,22	27.581,46	18.537,76	-	-	-	

Análise crítica:**1. Cumprimento das metas**

O Estado do Pará possui dimensões continentais e tem diversas particularidades, como acesso difícil, com estradas danificadas e intrafegáveis no período chuvoso. Temos municípios que são grandes pólos agropecuários, porém também temos municípios distantes e em condições de extrema carência sócio- econômica, além da falta de veterinários em muitos destes locais. As condições adversas das estradas é um fator limitante ao cumprimento de metas de campo, pois certas regiões do estado ficam isoladas durante o nosso inverno, que se estende de dezembro a maio, aproximadamente.

A equipe técnica do setor de Saúde Animal do SISA/DDA/SFA/PA desde setembro/2012 era composta por 05 (cinco) Fiscais Federais Agropecuários, médicos veterinários, porém um deles entrou de licença no final de 2013 e não temos informação sobre a data de seu retorno e nem se retornará, visto que o mesmo já se encontra apto à aposentadoria, o que comprometeu ainda mais o bom andamento dos serviços, visto que o programa sanitário de sua responsabilidade teve que ser repassado para outro FFA, que já tinha outros programas sob seu encargo.

Quanto ao cumprimento das metas previstas no Plano Operativo Anual 2013, do Programa 2028 – Defesa Agropecuária e Plano Orçamentário 000F – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, as informações constam da tabela abaixo:

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROGRAMAÇÃO	META FÍSICA PREVISTA	META FÍSICA REALIZADA	META REALIZADA (%)
Analisar, emitir pareceres e concluir os processos de autorização para emissão de CZI.	360*	1855	515
Fiscalizar a execução de convênios relacionados à saúde animal e ao trânsito animal.	12	12	100
Supervisionar médicos veterinários habilitados e credenciados para atuar no Programa Nacional de Controle e Erradicação de BruT.	12	08	67
Supervisionar as ações de fiscalização de trânsito animal executadas pela Unidade Central, pelas Unidades Regionais, pelas Unidades Locais, pelos Escritórios de Atendimento, pelos postos fixos de vigilância agropecuária e pelas unidades volantes do órgão estadual executor.	12	34	283
Supervisionar as ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais executadas pela Unidade Central, pelas Unidades Regionais, pelas Unidades Locais e pelos Escritórios de Atendimento do órgão estadual executor, bem como as ações deste nas propriedades rurais.	23	37	161
Analisar, emitir pareceres e concluir processos de habilitação de Médicos Veterinários no PNCEBT.	11*	11	100
Supervisionar as ações do órgão executor nas revendas de vacinas contra brucelose	24	25	104
Fiscalizar estabelecimentos avícolas de reprodução, com vistas à sanidade avícola.	12	02	17
Supervisionar quarentenas para importação e exportação de interesse da saúde animal.	36	30	83
Participar de treinamentos, capacitações, congressos e reuniões técnicas promovidos por outras instituições, públicas ou privadas. Realizar reuniões técnicas com o órgão executor estadual. Participar ou realizar reuniões técnicas com médicos veterinários da iniciativa privada e outras instituições.	12	05	42
Ministrar palestras e treinamentos em doenças dos animais, para médicos veterinários do órgão executor estadual	6	1	17
Participar de treinamentos, capacitações, congressos e reuniões técnicas promovidos pelo MAPA.	12	05	34
Capacitar médicos veterinários para controle e diagnóstico da brucelose e tuberculose visando habilitação junto ao MAPA.	4	3	75
Realizar reuniões regionais com médicos veterinários habilitados – PNCEBT - e o órgão executor	2	11	550
Participar ou realizar reuniões técnicas com médicos veterinários de outras instituições públicas e da iniciativa privada, para tratar de assuntos relacionados ao trânsito de animais vivos.	3	11	367
Analisar todos os processos de solicitação de exportação de animais vivos e de partes de animais para pesquisas científicas	4*	0	0
Recepção e acompanhamento de missões estrangeiras que venham a nosso estado, após autorização da SDA.	11*	6	55
Registrar/Cadastrar Estabelecimentos de Pré Embarque, bem como propriedades de interesse dos programas de saúde animal.	12*	02	17

Além do que estava previsto no Plano Operativo Anula, também foram realizadas outras atividades afins, tais como:

1. Supervisionar médicos veterinários habilitados/credenciados para atuar no PNSA: 04
2. Fiscalização de granjas avícolas: 06
3. Fiscalização e vigilância de estabelecimento de maior risco para a sanidade avícola, no

caso, os sítios de aves migratórias: 03.

4. Coletas de amostras de material de aves de 26 propriedades localizadas em sítios de aves migratórias: 129.

A emissão de documentos diversos, tais como ofícios, pareceres técnicos, relatórios de supervisão e outros, ocorreu durante todo o ano, de acordo com as demandas apresentadas, e os mesmos encontram-se arquivados nos setores responsáveis.

2. Eventuais problemas de execução

Ao longo de 2013 nos deparamos com diversos problemas que influenciaram negativamente na execução de nossos serviços, comprometendo sobremaneira o atendimento das metas estabelecidas, tais como:

➤ Veículos com manutenção deficiente, o que impediu ou atrapalhou as atividades, por diversas vezes; inclusive, houve diversas situações em que o FFA viajava e o veículo apresentava problemas mecânicos, comprometendo a execução de toda a programação prevista.

➤ Computadores e impressoras ineficientes, obsoletos, danificados e em número insuficiente para atender as demandas dos diversos programas sanitários do setor de Saúde Animal.

➤ A partir de agosto/2013 houve um contingenciamento de recursos que fez com que vários deslocamentos que haviam sido programados não acontecessem, por falta de dinheiro para o pagamento de diárias e suprimentos. Houve o caso de um Fiscal Federal Agropecuário que estava no aeroporto, com o bilhete de embarque já emitido e que teve que cancelar a passagem por falta de recursos para o pagamento do suprimento que iria custear a parte rodoviária da viagem (aproximadamente 600 Km).

➤ A partir do 3º trimestre, a cota máxima estabelecida de 40 diárias/ano/servidor, que limita os deslocamentos após este limite, visto que a partir daí o servidor só poderá viajar com autorização direta da Secretaria Executiva, inviabilizou a realização de inúmeras atividades no interior do estado, pois a autorização não era emitida em tempo hábil para a realização das viagens. Houve casos em que a autorização foi solicitada em agosto, para um deslocamento a ser realizado em setembro, e a autorização só chegou a SFA/PA em meados de outubro. Cada solicitação de autorização tinha que ser refeita inúmeras vezes, pois a cada vez que era enviada sempre retornava com solicitação de alguma nova correção.

➤ O setor de Saúde Animal conta atualmente com apenas 04 (quatro) Fiscais Federais Agropecuários/FFAs, os quais se dividem entre diversos programas sanitários, visto que não há servidores suficientes para atender a demanda individualmente, o que seria o ideal. Temos hoje uma alta carga de atividades fins, tanto técnicas e práticas quanto administrativas, as quais deixam cada FFA assoberbado de trabalho. A fim de ilustrar isso, apresentamos abaixo a distribuição dos serviços de Saúde Animal da SFA/PA :

✓ 01 FFA: responsável pelo programa de sanidade avícola e responsável pelo programa de sanidade eqüídea;

✓ 01 FFA: responsável pelo programa de controle e erradicação da tuberculose e brucelose e pelo programa de controle da raiva dos herbívoros e encefalopatias espongiformes bovinas.

✓ 01 FFA: responsável pelo programa de sanidade suídea e pela Coordenação de Trânsito e Quarentena Animal.

✓ 01 FFA: responsável pela inspeção de aves e ovos e pela Coordenação de Trânsito e Quarentena Animal, além de também ser suplente nos programas de sanidade eqüídea e suídea.

➤ Este quadro reduzido de Fiscais Federais Agropecuários e a falta de pessoal de apoio administrativo dificultam o pronto atendimento das documentações encaminhadas aos setores técnicos, gerando acúmulo de demandas e ações de fiscalização pendentes ou tardias, que comprometem o serviço como um todo.

3. Superação significativa das metas estabelecidas

Houve superação significativa de algumas das metas estabelecidas, principalmente as de caráter administrativo e as metas técnicas, de campo, que foram realizadas no 1º semestre/2013, em função do empenho de todos os FFAs responsáveis pelas atividades finalísticas, apesar todos os problemas e percalços descritos no tópico anterior.

Porém, não atingimos metas importantes, como a participação em eventos, treinamentos e reuniões técnicas promovidas pelo MAPA, e, principalmente, as de realização de supervisão e fiscalização de estabelecimentos, em função do forte contingenciamento de recursos que ocorreu a partir do 3º trimestre/2013, conforme já dito anteriormente.

Outros aspectos relevantes

Temos um significativo trânsito internacional de peixes ornamentais, os quais são enviados para todo o mundo, principalmente para os Estados Unidos, países da União Europeia e Hong Kong, China, Taiwan, Coreia, Japão e Tailândia, entre outros.

A exportação de gado vivo continuou como uma atividade de grande expressão técnica e comercial em 2013, conforme já demonstrado nos anos anteriores.

Recebemos 06 (seis) missões internacionais, vindas de Egito e Venezuela, os quais, junto com Jordânia, Líbano e Suriname, são os países que se destacam como grandes importadores do gado paraense.

Tivemos a habilitação de mais 02 (dois) estabelecimentos de Pré Embarque (EPEs), totalizando agora 22 (vinte e dois) estabelecimentos desta natureza cadastrados no Estado do Pará, todos localizados no nordeste paraense, gerando cada vez mais emprego e renda para os habitantes da região, e gerando divisas para o Brasil.

As espécies exportadas são principalmente bovinos, seguidos de bubalinos, porém neste ano também houve foram exportados eqüinos e muares, os quais foram para o Congo.

Apresentamos, abaixo, quadro com os números da exportação de gado vivo no Estado do Pará no ano de 2013, a partir das autorizações para emissão de Certificado Zoossanitário Internacional emitidas na Coordenação de Trânsito e Quarentena Animal do SISA/DDA/SFA/PA, onde consta o nº de animais exportados, entre outros dados.

Relatório referente às Exportações de Gado Vivo no ano de 2013

JANEIRO								
Destino	Espécie			Finalidade		Total(\$)	Valor	Nº Autorizações
	Bovinos	Bubalino	Equídeo	Abate	Reprodução			
Suriname	504	0	0	504	0	504	625.000,00	1
Venezuela	44.300	0	0	44.300	0	44.300	76.713.000,00	47
Total Geral	44.804	0	0	44.804	0	44.800	77.338.000,00	48
Acumulado	44.804	0	0	44.804	0	44.804	77.338.000,00	48
FEVEREIRO								
Líbano	5.670	0	0	5.670	0	5.670	7.376.500,00	2
Venezuela	27.157	0	0	27.157	0	27.157	46.341.900,00	25
Total Geral	32.827	0	0	32.827	0	32.827	53.718.400,00	27
Acumulado	77.631	0	0	77.631	0	77.631	131.056.400,00	75
MARÇO								
Jordânia	12.700	0	0	12.700	0	12.700	7.309.195,04	2
Líbano	20.528	150	0	20.678	0	20.678	25.459.800,00	7
Venezuela	24.358	0	0	14.938	9.420	24.358	42.152.090,00	25
Total Geral	57.586	150	0	48.316	9.420	57.736	74.921.085,04	34
Acumulado	135.217	150	0	125.947	9.420	135.367	205.977.485,04	109
ABRIL								

Líbano	5.938	185	0	6.123	0	6.123	10.483.800,00	6
Suriname	460	0	0	460	0	460	785.400,00	1
Venezuela	30.614	0	0	30.614	0	30.614	52.617.300,00	37
Total Geral	37.012	185	0	37.197	0	37.197	63.886.500,00	44
Acumulado	172.229	335	0	163.144	9.420	172.564	269.863.985,04	153
MAIO								
Congo	1.400	0	19	0	1.419	1.419	1.513.210,00	3
Líbano	13.139	100	0	13.239	0	13.239	22.426.300,00	5
Venezuela	36.588	0	0	30.588	6.000	36.588	62.566.100,00	39
Total Geral	51.127	100	19	43.827	7.419	51.246	86.505.610,00	47
Acumulado	223.356	435	19	206.971	16.839	223.810	356.369.595,04	200
JUNHO								
Congo	2.865	0	0	1.819	1.046	2.865	5.157.676,00	6
Líbano	5059	210	0	5.269	0	5.269	9.025.300,00	4
Venezuela	36.807	0	0	30.007	6.800	36.807	62.631.400,00	36
Total Geral	44.731	210	0	37.095	7.846	44.846	76.814.376,00	46
Acumulado	268.087	645	19	244.066	24.685	268.751	433.183.971,04	246
JULHO								
Congo	3	0	0	0	3	3	12.870	1
Egito	6.414	0	0	6.414	0	6.414	5.450.000,00	1
Líbano	46.219	0	0	46.219	0	46.219	38.981.900,00	7
Venezuela	33.376	0	0	33.376	0	33.376	53.873.400,00	39
Total Geral	86.012	0	0	86.009	3	86.012	98.305.300,00	48
Acumulado	35.099	645	19	330.075	24.688	354.763	531.486.271	294
AGOSTO								
Egito	6.938	0	0	6.938	0	6.938	9.400.000,00	1
Jordânia	5.000	0	0	5.000	0	5.000	2.553.600,00	2
Líbano	3.450	0	0	3.450	0	3.450	5.790.000,00	3
Venezuela	28.076	0	0	28.076	0	28.076	48.341.400,00	28
Total Geral	43.464	0	0	43.464	0	43.464	66.085.000,00	34
Acumulado	397.563	645	19	373.539	24.688	398.227	597.574.271,04	328
SETEMBRO								
Líbano	11.506	0	0	11.507	0	11.507	31.818.100,00	8
Suriname	1.650	0	0	1.650	0	1.650	2.805.000,00	2
Venezuela	25.676	0	0	25.676	0	25.676	45.255.310,00	45
Total Geral	38.833	0	0	38.833	0	38.833	79.878.410,00	55
Acumulado	436.396	645	19	412.372	24.688	437.060	677.452.681,04	383
OUTUBRO								
Venezuela	77.290	0	0	77.290	0	77.290	133.466.500,00	81
Total Geral	77.290	0	0	77.290	0	77.290	133.466.500,00	81
Acumulado	513.686	645	19	498.662	24.688	514.350	810.919.181,04	464
NOVEMBRO								
Egito	7.200	0	0	7.200	0	7.200	4.500.000,00	1
Jordânia	7.800	0	0	7.800	0	7.800	5.865.950,00	3
Líbano	14.252	0	0	14.252	0	14.252	20.805.150,00	11
Venezuela	50.126	0	0	50.126	0	50.126	83.263.600,00	55
Total Geral	79.378	0	0	79.378	0	79.378	114.434.700,00	70
Acumulado	593.064	645	19	569.040	24.688	593.728	925.353.881,04	533
DEZEMBRO								
Líbano	19.940	0	0	19.940	0	19.940	14.820.550,00	4
Venezuela	77.000	0	0	77.000	0	77.000	132.343.150,00	80
Total Geral	96.940	0	0	96.940	0	96.940	147.163.700,00	84
Acumulado	690.004	645	19	665.980	24.688	690.668	1.072.517.581,04	618

Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL**Responsável Técnico – RT : Wagner****Quadro A.2.2.3.1 – (Anexo II da DN TCU e Portaria TCU 175/2013)**

Identificação da Ação						
Código	8572		Tipo: Orçamentária			
Título	Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais					
Iniciativa	04BQ – Promoção da Defesa Agropecuária					
Objetivo	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos, acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária. Código: 0366.					
Programa	Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PA () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
82.938,13	42.432,31	39.589,38	37.747,88	35.407,58	2.340,30	1.841,50
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Prevenção e Controle da Praga Monilíase do Cacaueiro		Levantamento	80	-	312	
Prevenção e Controle de Pragas dos Citros		Levantamento	265	-	323	
Prevenção da Praga <i>Synoxylon conigerum</i>		Levantamento	4.070	-	1.635	
Prevenção da Praga Ácaro Vermelho das Palmeiras		Levantamento	100	-	1.106	
Prevenção e Controle das Pragas Moko da Bananeira e Sigatoka Negra		Levantamento	150	-	288	
Prevenção e Controle de Pragas da Soja e Fiscalização do Vazio Sanitário da Soja		Levantamento	100	-	350	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
9.350,45	9.350,45	0,00	-	-	-	

1. Dados Gerais da Ação

Entre as atividades prioritárias inerentes a esta ação no Estado do Pará estão o controle do Moko e da Sigatoka Negra na cultura da banana e helicônias, o controle da Ferrugem Asiática da Soja e da Mosca Negra dos Citros; a prevenção da Monilíase do cacaueiro, do Ácaro Vermelho das Palmeiras, da Broca da Teca e; a prevenção de pragas quarentenárias da cultura dos citros como a Pinta Preta, o Cancro Cítrico e o Greening.

Essas atividades de prevenção e controle são de execução direta da Agência Defesa Agropecuária do Pará - ADEPARÁ, para as quais o MAPA repassa recursos financeiros por meio de convênio. O cumprimento destas atividades são supervisionadas e auditadas pelo Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV/DDA/SFA-PA.

O Plano de Trabalho com vigência de 2011 a 2015 foi ajustado e celebrado em agosto de 2012 pelo Termo Aditivo ao Convênio nº 755770/2011 com repasse de R\$ 533.430,00, para dar continuidade à estruturação e manutenção do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, conforme Decreto nº 5.741/2006.

Para o exercício de 2013 foi celebrado o 2º Termo Aditivo com vigência inicial em 31/12/2012. Os recursos concedidos foram liberados em parcela única, através de ordem bancária nº 2012OB801020 de 21/08/2012, no valor de R\$ 1.102.140,00 (Um milhão, cento e dois mil e cento e quarenta reais) para despesas com custeio e a contrapartida da ADEPARÁ no valor de R\$ 112.460,00 (cento e doze mil quatrocentos e sessenta reais).

Por solicitação do Ofício nº 309/2012-DG, de 26/11/2012, o 2º Termo Aditivo foi prorrogado para 30/06/2013 em face de fatores justificados como, o fim do primeiro semestre de 2013 com saldos decorrentes de metas cujos recursos não foram utilizados na totalidade, além da economicidade nos gastos com material de consumo de metas cumpridas.

Por conseguinte, por meio do Ofício ADEPARÁ Nº 200/2013-DG de 25 de junho de 2013, nova prorrogação foi solicitada pela ADEPARÁ para 30/09/2013 justificando a existência de saldos de recursos não utilizados somados com os saldos decorrentes de economicidade na metas cumpridas referentes à aquisição de material de consumo, bem como pela necessidade de destinar esses recursos para reforçar as rubricas de diárias e passagens aéreas objetivando medidas emergenciais de defesa vegetal como controle de foco de Mosca da Carambola - *Bactrocera carambolae* no Distrito de Monte Dourado - PA que requereu a incrementação de uma força tarefa voltada à fiscalização, monitoramento e ações de educação sanitária no Vale do Jarí, Suspeita de foco de Pinta Preta dos citros - *Guignardia citricarpa* no município de Peixe-boi e implementação de Instrução Normativa SDA Nº 12 de 18 de abril de 2013 que incumbe ao Órgão Estadual de defesa Agropecuária a adoção de medidas de Defesa Vegetal para prevenção, contenção, controle e erradicação da praga *Helicoverpa armigera*.

A Análise da Ação 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL foi realizada no detalhamento das subações que estão relacionadas no desempenho operacional abaixo.

Análise do Desempenho

Sub-ação: Prevenção e controle da Monilíase do Cacaueiro.

A Monilíase do Cacaueiro, praga quarentenária ausente no Brasil, está presente na maioria dos países da América do Sul. E em virtude dos danos devastadores causados por esta praga que ataca somente o fruto de cacau e cupuaçu, o Ministério da Agricultura elaborou em 2009 o Plano de Contingência da Monilíase do Cacaueiro para a região norte que prevê prospecções anuais nas áreas consideradas de alto risco de introdução da praga. O Plano de Contingência foi publicado em maio de 2012 pelo DSV/SDA, no estado do Pará as estratégias de prevenção previstas estão sendo executadas.

Devido à detecção no Estado do Pará do foco da praga *Conotrachelus humeropicus* (broca do cupuaçu), a qual foi classificada pelo DSV como praga de importância econômica para o Estado do Pará, os levantamentos de delimitação e detecção para o fungo causador da Monilíase e da Broca do Cupuaçu foram intensificadas e realizadas conjuntamente na região do rio Tapajós para detecção dessa praga na Floresta Nacional do Tapajós.

Dentre as ações que não estavam previstas, mas que foram realizadas no ano de 2013 destaca-se: duas reuniões do grupo de trabalho; revisão da portaria de restrição do trânsito; treinamento de técnicos e produtores e elaboração de material informativo sobre a praga.

Sub-ação – Prevenção e controle de pragas dos citros

No estado do Pará está sub-ação corresponde às atividades de prevenção de pragas quarentenárias presentes no país, mas ausentes no Estado do Pará como: cancro cítrico (*Xanthomonas axonopodis* pv. *citri*) e o Greening (*Candidatus Liberobacter*) e atividades de controle da praga quarentenária presente no Estado do Pará, mosca negra dos citros (*Aleurocanthus woglumi*), pinta preta (*Guninardia citricarpa*),

Em cumprimento às Instruções Normativas Nº 3, de 8 de janeiro de 2008 (pinta preta), Nº 53, de 16 de outubro de 2008 (Greening) e Nº 20, de 31 de julho de 2006 (cancro cítrico) o órgão estadual de defesa vegetal, ADEPARA, realizou os levantamentos oficiais de detecção dessas pragas monitorando 23 municípios que perfazem uma área de 2.503,5ha de área prevenida.

Em maio de 2013, no município de Peixe-boi um foco de Pinta preta foi registrado em uma propriedade localizada na margem da BR-316. Medidas para eliminação do foco foram realizadas com a erradicação dos hospedeiros e a realização de levantamento nas imediações. A partir de 2014 a praga passará a constar como presente para o estado do Pará, pois mesmo com a eliminação do foco em Peixe-boi a origem do foco não foi eliminada devido a não identificação do ponto inicial de infecção. A eliminação dos hospedeiros foi necessária, pois a localização do plantio ameaçava dispersar a praga para a região de Capitão poço que é a principal região produtora do estado do Pará.

Sub-ação: Prevenção e controle da Broca da teca (*Synoxylon conigerum*).

A atividade consiste da realização de levantamentos de detecção por meio do monitoramento das armadilhas instaladas para captura da broca da teca nas regiões sul e sudeste do Pará, em virtude da presença dessa praga no Mato Grosso.

Para alcance das metas programadas foram realizadas 20 supervisões nas armadilhas instaladas. Após as supervisões foram feitos relatórios solicitando à ADEPARA o reposicionamento das armadilhas em outros municípios do estado que fazem divisa com o Mato Grosso e também a adequação do número de levantamentos em propriedades, pois estão superestimados em relação ao número de propriedades possíveis de serem inspecionadas.

Nos levantamentos de detecção realizados, até a presente data, não foi constatada a presença da praga *Synoxylon conigerum* no Estado do Pará.

Sub-ação: Prevenção e controle do ácaro vermelho das palmeiras (*Raoiella indica*).

A Instrução Normativa Nº 14 de, 06 de abril de 2010, prevê a realização pelos órgãos estaduais de defesa vegetal de levantamentos de detecção nas Unidades da Federação consideradas de risco de entrada dessa praga.

As ações realizadas diretamente pelo SISV-PA neste programa consistiram em levantamentos de detecção do ácaro vermelho das palmeiras em propriedades de cultivo de dendê. Além da realização de uma reunião visando à formação de um Grupo de Trabalho para a elaboração do Plano de Contingência do ácaro vermelho das palmeiras no Estado do Pará.

Sub-ação - Prevenção e Controle de Pragas da Banana - Sigatoka Negra

As atividades voltadas ao controle da sigatoka negra (*Mycosphaerella fijiensis*) e do moko da bananeira (*Ralstonia solanacearum*) têm como finalidade elevar a produtividade e diminuir os custos de produção de banana por meio da prevenção e do controle da disseminação destas pragas.

Em 2013 foi priorizada a supervisão de unidades de produção e unidades de consolidação ao Sistema de Mitigação de Risco (SMR) para as pragas sigatoka negra e moko da bananeira visto que as Instruções Normativas, IN nº 17 de 31 de maio de 2005 e IN nº 17 de 27 de maio de 2009, preconizam que a comercialização interestadual deverá ocorrer somente de banana proveniente de área livre ou inserida em SMR. Como o Estado do Pará não tem área livre para essas pragas, o sistema de mitigação de risco tem sido nossa prioridade.

Dessa forma, o SISV-PA auditou dezesseis unidades de produção e dez unidades de consolidação localizadas nos municípios de Altamira, Marabá e Piçarra. Nas auditorias realizadas foi constatado que a grande maioria das unidades produtivas deixava de executar algumas práticas agrícolas exigidas nas Instruções Normativas, IN nº 17 de 31 de maio de 2005 e IN nº 17 de 27 de maio de 2009. Os relatórios das auditorias realizadas foram encaminhados à ADEPARA para conhecimento e providências, principalmente recomendando que os escritórios locais realizassem o acompanhamento com mais regularidades.

Os principais problemas encontrados na execução desta sub-ação é a falta de conscientização dos integrantes da cadeia produtiva de banana quanto à importância da aplicação das medidas de prevenção e controle da praga; falta de harmonização de procedimentos para fiscalização estadual, e falta de supervisão e auditoria da coordenação nacional nos processos do Sistema de Mitigação de Risco; além da legislação estar desatualizada sem definição de produtos com respectiva concentração para higienização de embalagens e frutos.

Sub-ação: Prevenção e controle de pragas da soja

O Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (*Phakopsora pachyrhizi*), instituído por meio da Instrução Normativa Nº 2 de 29 de janeiro de 2007, visa ao fortalecimento do sistema de produção agrícola da soja, congregando ações estratégicas de defesa sanitária vegetal com suporte da pesquisa agrícola e da assistência técnica na prevenção e controle da praga.

Assim em cumprimento a essa legislação foi instituído no Estado do Pará o vazio sanitário da soja por meio da Instrução Normativa Nº 009/2008-ADEPARA que estabelece dois períodos de vazio sanitário: 15/julho a 15/setembro para as microrregiões de Conceição do Araguaia, Redenção, Itaituba, Marabá e Altamira (Distrito de Castelo dos Sonhos) e; 01/outubro a 30/novembro para as microrregiões de Santarém, Altamira (com exceção do Distrito de Castelo dos Sonhos), Paragominas, Bragantina e Guamá.

Dentre as atividades inerentes ao programa de prevenção e controle de pragas da soja, as atividades que são diretamente realizadas pelo SISV-PA são a coordenação do Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja e as ações de supervisão da fiscalização do vazio sanitário da soja no Estado do Pará.

2.1. Programação Orçamentária

A Programação Orçamentária de 2013 foi realizada por demanda do Serviço de Inspeção e Sanidade Agropecuária – SISV que solicitou a descentralização orçamentária por meio de programação incluída no SIOR - Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras para aprovação da Coordenação e da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA.

Do total de R\$ 82.938,13 programados para custeio pela SDA/MAPA para execução pela SFA/PA em 2013 apenas R\$ 42.432,31 foram efetivamente descentralizados devido o contingenciamento decretado pela Presidência da República, sendo que entre os meses de junho a setembro nenhum recurso foi descentralizado pela coordenação em Brasília. Dos recursos financeiros descentralizados foram utilizados 88,96%.

Do total de R\$ 50.000,00 programados para investimento pela SDA/MAPA para execução pela SFA/PA em 2013 nenhum recurso foi descentralizado para SFA/PA.

A falta de contrato de emissão de passagem aérea e de combustível pela SFA/PA por quase todo o primeiro semestre de 2013 prejudicou a realização de deslocamentos programados para Itaituba e Novo Progresso. As metas previstas nessas áreas foram parcialmente realizadas pelo FFA localizado na UTRA de Santarém.

Considerando os recursos disponibilizados, as ações prioritárias desenvolvidas foram concentradas na realização de supervisão da execução das metas do convênio SFA – ADEPARA. A participação de reuniões, treinamentos, confecção de material, realização de serviços e aquisição de material foram canceladas por falta de recursos.

Ação: 8939–Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal–IPVEGETAL13**Responsável Técnico – RT: Francisco Rodrigues Nogueira****Quadro A.2.2.3.1 – (Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)****ANEXO I – QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA/AÇÃO/ATIVIDADE (EM 24.03.2014)**

Identificação da Ação						
Programa Código 2028	Descrição: Defesa Agropecuária.					
Ação Orçamentária Código 8939	Descrição: Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal / Tipo: Orçamentária / Projeto Atividade: Inspeção e Fiscalização de Vinhos e Bebidas / Finalidade: Assegurar os aspectos higiênico-sanitários e tecnológicos dos alimentos e das bebidas, por meio de aprimoramento de controle, visando à oferta de alimentos seguros à sociedade.					
Objetivo Código 0366	Descrição: Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.					
Iniciativa Código 04D4	Descrição: Fiscalização das Atividades Agropecuárias.					
Ação Código 20ZX	Descrição: Fiscalização de Atividades Agropecuárias / Plano Orçamentário Código 000H: Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal / Plano Interno: Ipvegetal13.					
Unidade Orçamentária	UO: 22101/MAPA			UG: 130094/SFA/MAPA-PA		
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária: 2013						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação – R\$1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar Inscritos em 2013	
Inicial(*)	Final(**)	Empenhada	Liquidada	Paga(***)	Processados	Não Processados
25.000,00	53.995,33	51.527,85	50.547,77	50.547,77	-	980,08
(*) Programado no POA (**) Provisão descentralizada - R\$2.400,00 no ED 3390.36 (Não aplicado) (***) R\$ 38.084,95 pago ao pessoal de apoio terceirizado						
Metas do exercício para a Ação						
Item	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização de Estabelecimento	Estabelecimento Fiscalizado	120	81	25.000,00	50.547,77

ANEXOII –QUADRO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO PROGRAMA/AÇÃO (24.03.2014)

ITEM	DESCRIÇÃO	PREVISTA (A)	REALIZADA (B)	B/A x 100 (%)
01	Total de estabelecimento com registro ativo	-	121	-
02	Total de produto com registro ativo	-	2.649	-
03	Laudo de Vistoria para fins de registro de estabelecimento	12	12	100
04	Estabelecimento novo registrado no SIPE/MAPA	12	09	75
05	Produto novo registrado no SIPE/MAPA	-	295	-
06	Inspeção em estabelecimento comercial (atacadista e varejista)	12	04	33
07	Coleta de amostra de fiscalização p/ análise laboratorial	30	22	73
08	Quantidade de produtos amostrados em Kg	-	40.413	-
09	Quantidade de produtos amostrado em L	-	10.346 (*)	-
10	Produto em conformidade	-	35	-
11	Produto não conforme	-	15	-
12	Certificado de Livre e Venda e de Origem	-	11	-
13	Termo de Apreensão	-	04	-

14	Termo de fechamento de seção	-	02	-
15	Intimação	-	15	-
16	Termo de Apreensão	-	04	-
17	Termo de Inutilização	-	01	-
18	Reunião Interna/Externa	16	14	87
19	Treinamento ou Curso	1	-	-
20	Auto de Infração	-	11	-
21	Processo administrativo instaurado e julgado	-	11	-
22	Multa aplicada (R\$)	-	R\$ 39.000,00	-
23	Multa recolhida (R\$)	-	R\$ 28.000,00	-
24	Processos de recurso encaminhado à 2ª Instância	-	04	-
25	Processo encaminhado a Dívida Ativa da União	-	02	-

(*) Não sendo considerado os produtos cervejas, refrigerantes, néctares, sucos e bebidas mistas alcoólicas e nãoalcoólicas devido a falta de informação quanto ao tamanho dos lotes amostrados no comércio.

ANEXO III – QUADRO DEMONST. DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (EM, 24.03.2014)

Elemento de Despesa		Valor (R\$ 1,00)						%
Identificação	Código	Programado POA	Provisão Recebida	Empenhada	Liquidada	Paga	Crédito Disponível	B/A x 100
Diárias no País	3390-14	14.779,50	6.888,79	6.821,31	6.821,31	6.821,31	67,48	99,02
Material Consumo	3390-30	6.370,50	4.135,59	4.135,59	4.135,59	4.135,59	-	100,00
Passagem e Desp. c/ Locomoção	3390-33	3.850,00	2.486,00	2.486,00	1.505,92	1.505,92	-	60,57
Serviço terceiros/PF	3390-36	-	2.400,00	-	-	-	2.400,00	-
Serviço Terceirizado	3390.37	-	38.084,95	38.084,95	38.084,95	38.084,95	-	100,00
TOTAL	-	25.000,00	53.995,33	51.527,85	50.547,77	50.547,77	2.467,00	93,61

ANEXO IV – QUADRO DEMONSTRATIVO DE FORÇA E TRABALHO NA ATIVIDADE (EM 24.03.2014)

Item	Nome do Servidor	Cargo	Função	Dedicação na Atividade (%)
01	Otavio Cesar Durans de Oliveira	FFA/Eng. Agr.	Chefe de Serviço	100
02	Francisco Rodrigues Nogueira	FFA/Eng. Agr.	RT	100
03	Mauro Guilherme Barbosa Paraense	FFA/Eng. Agr.	Fiscal	100
04	Evandro José de Lima Raposo	FFA/Eng. Agr.	Fiscal	100
05	José Roberto Mourão Duarte	FFA/Eng. Agr.	Fiscal	100
06	José de Ribamar Siqueira Rodrigues	Aux. Atv. Agro.	Auxiliar de Fiscal	100
07	Francy Neuza Freitas da Silva	Digitador	Apoio	100

ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO DA AÇÃO/ATIVIDADE

Elaboração do Plano Operativo Anual

O Plano Operativo Anual do exercício 2013 foi elaborado com observância as diretrizes e orientações realizadas, determinadas e repassadas pela Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas - CGVB/DIPOV/SDA/MAPA. As metas físicas foram estabelecidas com base nas demandas, na execução e resultado alcançado no exercício anterior, na quantidade de estabelecimentos industriais e de produtos registrados no Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos - SIPE, na força de trabalho disponível na unidade à atividade, nos objetivos e nas metas consignadas no Plano Plurianual do Governo Federal - PPA 2012/15.

Cumprimento de Metas

A execução das metas foi dividida em duas vertentes, a saber: A primeira referente à meta física, cujo resultado alcançado foi de 67,50% (81 estabelecimentos fiscalizados do total de 120 programados). A segunda trata-se da meta financeira, cujo resultado alcançado foi 93,61% da provisão orçamentária recebida em favor do SISV/DDA/SFA/MAPA-PA à atividade em voga, conforme resta comprovado nos registros extraídos do SIAFI Gerencial. A execução das metas física e financeira foi lançada mês a mês em Relatórios de Execução mensal, trimestral e anual, todos encaminhados dentro do prazo estabelecido à CGVB/DIPOV/SDA/MAPA, com vistas a subsidiar o Relatório Anual do MAPA no que concerne a Ação/Atividade, de modo que após sua aprovação seja publicado e disponibilizado na internet para conhecimento da sociedade em geral, e ainda, possa servir como peça informativa para aprimoramento das políticas públicas para o setor industrial de bebidas nas diversas Regiões do país, especialmente, no Estado do Pará.

Eventuais Problemas de Execução

Registre-se, que, inicialmente o Plano Operativo Anual-POA/2013 foi elaborado somente para custeio (deslocamento de pessoal a serviço e material de consumo) e com uma previsão orçamentária anual de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), porém, no decorrer do exercício surgiu a necessidade imperiosa de aporte de recursos orçamentários no ED 3390.37 no valor de R\$38.084,95 (trinta e oito mil, oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) para custear despesas com a contratação de serviços terceirizados de 02 (dois) servidores (01 digitador e 01 de serviços gerais) que prestam serviços de apoio em tempo integral à execução da atividade, bem como, ocorreu à descentralização de R\$2.400,00 no ED 3390.36 que não estava prevista no POA, daí não ter sido aplicado e não sabemos por que não foi logo estornado à UO, haja vista, que, as atividades programadas e executadas serem de fiscalização industrial de estabelecimentos produtores e envasilhadores de bebidas em geral, executadas somente por Fiscais Federais Agropecuários, não cabendo a participação de colaborador eventual sob qualquer pretexto por não possuir Carteira de Fiscal Federal e nem credencial do MAPA para tal. No que concerne a previsão orçamentária inicial de R\$25.000,00 prevista no POA, ocorreu a provisão de apenas R\$13.510,38 do total, descentralizada nos EDs 3390.14, 30 e 33, na Fonte de Recursos 0150013038, correspondendo 54,04% da referida previsão. Prejudicando assim, sobremaneira, a execução das metas físicas programadas para ocorrerem nos estabelecimentos industriais localizados nos municípios situados fora da Região Metropolitana de Belém, capital do Estado do Pará. E, ainda, a implementação de outras ações não menos importantes que as de fiscalização propriamente dita, mas, que são necessárias e indispensáveis para o alcance do produto principal (Estabelecimento Fiscalizado) e das demais atividades correlacionadas, tais como: Aquisição de material de apoio à atividade (saco de polietileno personalizado com lacre de segurança para amostra fiscal de bebidas, caixas térmicas para transporte de amostras, material de acondicionamento e embalagem, etiquetas, material de expediente, combustíveis e lubrificantes, manutenção de veículos, etc. Sem contar que há mais de 05 (cinco) anos o serviço não é provisionado com recursos para aquisição de bens de

uso duradouro (micros para estação fixa de trabalho e portáteis para serviço de campo, GPS, máquina fotográfica de boa resolução, aparelho de ar condicionado, frigobar, mobília e melhorias das instalações predial da unidade.

Superações Significativas para execução das Metas Estabelecidas

Para cumprimento das metas físicas (principal e secundárias) procurou-se otimizar a utilização dos recursos humanos, materiais, orçamentários e financeiros, existentes e provisionados em favor do SISV/DDA/SFA/MAPA-PA à execução da Ação 8939, Iniciativa 04D4, Ipvegetal13 (Fiscalização de Vinhos e Bebidas). Assim, centrou-se o foco na execução das atividades de inspeção e fiscalização “In Loco” de estabelecimentos industriais registrados no SIPE/MAPA como produtores, envasilhadores e exportadores de bebidas em geral, localizados na Região Metropolitana de Belém, capital do Estado do Pará, porque além de não exigir despesas com deslocamento (diária e passagem), exceto combustível e manutenção de veículos, a RM concentra o maior número de estabelecimentos registrados em atividade, principalmente, os médios e grandes estabelecimento, bem como é a Região responsável por $\pm 75\%$ (setenta e cinco por cento) da produção de bebidas do Estado, inclusive quanto à produção e envasilhamento de cervejas, bebidas alcoólicas por mistura, de refrigerantes e de polpas de frutas, com destaque para o açaí produzido e comercializado no mercado local, nacional e de exportação.

Em menor intensidade a fiscalização no comércio atacadista e varejista de bebidas em geral, também com coleta de amostras de fiscalização que foram encaminhadas e analisadas no Laboratório Nacional Agropecuário - LANAGRO/PA, com vistas à verificação do Padrão de Identidade e Qualidade - PIQ, oficial, de produtos expostos no comércio local, com fins de preservar a segurança alimentar do consumidor final. Os resultados obtidos tiveram os encaminhamentos e desdobramentos previstos na legislação federal reguladora da atividade, ou seja, intimações para correções de impropriedades, autuações de infratores às irregularidades, instaurações de processos administrativos, aplicação de penalidades, inclusive multas e fechamento de estabelecimentos.

Informações Complementares

Metodologia de Execução da Ação/Atividade e Público Alvo

Inspeção e fiscalização “In Loco” de estabelecimentos industriais localizados no Estado do Pará, registrados no SIPE/MAPA ou não (clandestinos denunciados), que produzem, envasilhem e comercializem bebidas em geral, e vinhos e derivados da uva e do vinho, de polpas de frutas, e ainda, no comércio atacadista e varejista de bebidas, com ou sem coleta de amostra de fiscalização para análise laboratorial e confrontação com o Padrão de Identidade e Qualidade - PIQ, oficial, dos produtos fiscalizados para tomada de outras providências caso a caso. Todas as operações foram registradas em documentos oficiais padronizados, e aprovados e publicados para uso obrigatório na ação/atividade.

Produto da Ação/Atividade

“Estabelecimento Fiscalizado” – Mensurado pela quantidade de inspeções realizadas “In Loco” com uso de Lista de Verificação Oficial Padrão em estabelecimentos industriais registrados no SIPE/MAPA como produtores, envasilhadores e exportadores de bebidas em geral, inclusive vinho e derivados da uva e do vinho, e ainda, fiscalização no comércio atacadista e varejista.

Participação de Eventos Vinculados a Ação/Atividade

O SISV/DDA/SFA/MAPA-PA se fez presente por meio de sua chefia e seus técnicos auxiliares em reuniões e eventos de promoção interna e externa, juntamente com diversos órgãos federais, municipais, estaduais, ministério público, produtores, órgãos de defesa do consumidor, e representantes da sociedade civil organizada, para discussão e estabelecimento de diretrizes e metas de melhorias na sanidade e na qualidade do açaí produzido no Estado para venda direta ao

consumidor, e ainda, sobre outros assuntos relacionados a indústria de bebidas e o agronegócio estadual e regional.

Avaliação dos Resultados Alcançados

A relação custo/benefício concernente à execução da ação/atividades de Fiscalização e Inspeção de vinhos e bebidas em geral, realizadas pelo SISV/DDA/SFA/MAPA-PA da SFA/MAPA-PA, em 2013, foi efetivada com base no relação do montante de recursos orçamentários recebidos (provisão recebida, empenhada, liquidada, paga e restos a pagar inscritos) e a quantidade de produto alcançado (Estabelecimento Fiscalizado e Produto Amostrado e Analisado no LANAGRO/PA), cujo resultado apontou um custo de R\$624,04/Estabelecimento Fiscalizado/Inspeccionado. Considerando a média de 01 a 02 (um a dois) dias úteis para se fiscalizar e inspecionar por completo uma indústria de porte médio a grande, aliada as dimensões continentais do Estado do Pará, as peculiaridades e a precária infraestrutura da malha viária existente, pode-se concluir que se trata de um índice técnico e econômico-financeiro considerado bom, devido à eficácia que a ação/atividades alcança e representa à sociedade como um todo, haja vista, a exigência legal de Padrão de Identidade e Qualidade – PIQ, oficial, para os produtos ofertados no mercado nacional e de exportação. O que impinge a necessária e indispensável presença dos agentes públicos federais responsáveis pela ação/atividade de fiscalização e inspeção de alimentos e bebidas nas indústrias e no comércio atacadista e varejista, com intuito de coibir fraudes e exigir a garantia de inocuidade dos produtos ofertados, e, por conseqüência, a garantia da segurança alimentar da população consumidora dos produtos ofertados, com reflexos positivos na economia e em outras áreas como a da saúde pública e privada, por exemplo, devido à diminuição de custos com tratamento de pacientes com diarreias, intoxicações alimentares e alergias causadas por produtos e ingredientes de uso não permitidos e impróprios para o consumo por força de legislação. Registre-se, ainda, que os produtos bebidas são ofertados em licitações para merenda escolar, hospitais e livre venda no comércio atacadista e varejista.

Considerando-se a existência 127 estabelecimentos e 2.531 produtos registrados na circunscrição/jurisdição do SISV/DDA/SFA/MAPA-PA, o quantitativo de 81 fiscalizações realizadas “in loco” representa 67,50% do quantitativo total, o que vale dizer que em termos estatísticos é um percentual que reflete a realidade do setor com confiabilidade e pequena margem de erro, cujos dados levantados e compilados podem e devem ser considerados e utilizados na revisão, ampliação, reformulação e formulação de novas políticas públicas de todas as esferas de governo para apoio, incentivo e crescimento sustentável das diversas cadeias produtivas e industriais de bebidas não alcoólicas e alcoólicas no Estado e na Região, para que de fato, possibilite um aumento da geração de emprego,

Ressalte-se ainda, que o parque industrial de bebidas localizado no Estado do Pará, ainda está muito voltado para produção e exportação de matéria prima bruta (polpas de frutas regionais) sem qualquer agregação de valor, com destaque para o açaí produzido e envasilhado em tambores de 200kg, com destino à Europa, Estados Unidos, Canadá e Japão dentre outros destinos não menos importantes economicamente e, em embalagens variando de 01 a 05kg para o mercado nacional. Refrigerantes, sucos, néctares e cervejas e outros produtos prontos para o consumo humano, com raras exceções ainda é privilégio de poucos grupos econômicos brasileiros e internacionais recém instalados no Estado do Pará.

Principais Desafios a Superar

- Intensificar a fiscalização nas indústrias e no comércio atacadista e varejista com vistas a evitar a produção e comercialização de bebidas em geral, não conformes em relação ao PIQ oficial estabelecido para cada produto;

- Implantação, pelas indústrias, das Boas Práticas de Fabricação e Sistemas de controle de qualidade mais eficientes, como APPCCs;
- Alocação de recursos orçamentários suficientes e liberação do financeiro de acordo com a programação estabelecida no POA;
- Fortalecer (ampliar) a equipe de FFAs da atividade de vinhos e bebidas, para atender as demandas contínuas já existentes e, as emergentes;
- Promover capacitação e reciclagem periódica da equipe de fiscalização e inspeção sobre legislação e procedimentos operacionais específicos, para facilitar e uniformizar a atuação fiscal em níveis semelhantes aos praticados nos Estados mais desenvolvidos;
- f) Aplicação dos POPs de forma integral para melhorar a eficiência dos serviços prestados;
- Promover reuniões com o setor produtivo (industrial) e outros órgãos públicos de todas as esferas de governo, para buscar soluções para os principais problemas que afetam o agronegócio de bebidas regionais e, eliminação de pontos limitantes ao desenvolvimento sustentável dos estabelecimentos produtores, envasilhadores, importadores e exportadores de bebidas em geral;
- Contribuir com subsídios para atualização da legislação a realidade regional das atividades.

Ação: 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM**Responsável Técnico – RT : Estevam de Oliveira Castelo****Quadro A.2.2.3.1 – (Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)**

Identificação da Ação						
Código	2179		Tipo: orçamentária			
Título	Fiscalização de Sementes e Mudanças					
Iniciativa						
Objetivo	Fiscalização de produtos de origem vegetal					
Programa	2028 -Defesa Agropecuária – Programa Temático					
Unidade Orçamentária	UO: 22101 – MAPA UG: 130094 – SFA/PA					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira (em R\$)						
Dotação (Provisão)		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29.025,90	29.025,90	26.246,33	25.740,29	25.714,65	3770,76	3371,59
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalização de Sementes e Mudanças		Fiscalização Realizada	492	-	259	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	1.998,54	-1.373,05	-	-	-	

Informações Complementares:

- Amostra Fiscal de Sementes Certificada dentro/fora do Padrão (unidade) : 8
- Vistoria de Campo de Sementes (unidade): 30
- Homologação de Inscrição de Viveiros de Campo de Sementes (unidade): 30
- Homologação de Inscrição de Viveiros de Mudanças (unidade): 29
- Homologação de Inscrição de Jardim Clonal/Matriz (unidade): 07
- Processo administrativo instaurado com Auto de Infração: (unidade): 05
- Inscrição no RENASEM (Registro Nacional de Sementes e Mudanças: (unidade): 142

Elaboração do Plano Operativo Anual de Sementes e Mudanças

O Plano Operativo Anual, que norteia as atividades de fiscalização, do exercício 2013 do PI-FISCALSEM foi planejado de acordo com a distribuição de metas nacionais para a atividade e universo a ser fiscalizado no Estado do Pará, e elaborado com observância a legislação que rege a atividade de fiscalização de sementes e mudanças. As metas físicas e financeiras ajustadas e corrigidas ao longo do exercício 2013 para adequar-se as peculiaridades da atividade de fiscalização e planejadas de acordo com o realizado do exercício anterior e a força de trabalho disponível para execução das fiscalizações e demais atividades correlatas.

Cumprimento de Metas

O plano Interno PI FISCALSEM realizou 52,64% da sua programação física, com efetivação de 259 fiscalizações em sementes e mudanças em face de 492 fiscalizações programadas e corrigidas ao

longo do ano de 2013. O cumprimento parcial destas metas está dentro do aceitável haja vista os entraves burocráticos, restrições orçamentárias e, principalmente, a limitação por decreto presidencial, onde limitou em 40 diárias as viagens dos servidores em serviço. Para os Fiscais Federais Agropecuários realizarem viagem a serviço acima de 40 diárias, havia a exigência do MAPA, que providenciássemos uma nota técnica com justificativas plausíveis amparado nos POA's para ser aprovado pelo Sr. Secretário Executivo do MAPA, que na grande maioria demorava muito a ponto de inviabilizar as programações de fiscalizações em sementes e mudas, e em algumas tornando-se impossível realizá-la, visto critérios técnicos-fisiológicos das plantas, por exemplo, fiscalizações em período de floração e frutificação/colheita. As reprogramações e ajustes necessários como exposto e a própria logística das fiscalizações na Amazônia contribuem para uma efetivação parcial da programação, como o período chuvoso intenso que se inicia de janeiro até junho.

Nas fiscalizações realizadas foram executadas homologações de inscrições de viveiros de campo de produção de sementes em número de 30 homologações, de viveiros de mudas de 29 homologações e de jardim clonal/matriz em número de 07 homologações, culminando com atendimento de pleitos dos usuários/requerentes do sistema de Sementes e Mudas, tudo dentro de requisitos legais para tal, de acordo com a Lei de Sementes nº 10.711/2003. Foram coletadas amostras oficiais de sementes em número de 08 e enviadas para o Laboratório Oficial de Sementes e Mudas - LASO/LANAGRO-PA para as análises pertinentes e resultados enviados ao SEFAG/PA os procedimentos técnicos-fiscais posteriores. Foram abertos 05 processos administrativos fiscais de auto de infração para apurações de possíveis aos contrários à legislação de sementes e mudas.

A lei de sementes e mudas nº 10.711/2003 instituiu o RENSEM – Registro Nacional de Sementes e Mudas, que no ano de 2013 registrou 142 inscritos/credenciados, via processo administrativo.

Há de se ressaltar as fiscalizações em conjunto com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ que em muito contribui para o aperfeiçoamento das fiscalizações e harmonização de procedimentos fiscalizatórios.

A execução financeira do PI FISCALSEM teve um valor pago compatível com a demanda e realidade da fiscalização deste plano interno, que tem ações em quase todos os municípios paraenses e a realidade da SFA/PA de dispor de poucas unidades avançadas no território paraense, para possível redução de custos de fiscalização. Assim, para atingimento das metas físicas foram gastos R\$ 25.714,65.

A contribuição da execução das metas no Estado do Pará neste PI – FISCALSEM contribui significativamente para melhoria do padrão e qualidade das sementes e mudas comercializadas no território brasileiro, no que pese o realizado das execuções físicas estarem aquém das expectativas pelas restrições imposta pelo MAPA, pois as sementes produzidas em um determinado Estado tende a ser adquirida em outro Estado da federação estimulando o comércio, desta feita a fiscalização é de suma importância para manter a regularidade e qualidade na oferta deste insumo, isto se concretiza com as execuções das fiscalizações realizadas pelo SEFAG/PA na área de sementes e mudas.

Eventuais Problemas de Execução

A execução física realizada transcorreu normalmente considerando a baixa execução pelo programado em vista da burocracia da administração pública direta, com pequenos contratemplos, como exemplo, na indefinição/indisponibilidade de veículos oficiais disponíveis para as fiscalizações programadas, restrições do Governo Federal acerca de diárias e passagens em âmbito da administração pública federal, como exposto anteriormente, e bem como as condições de logísticas das estradas do Estado do Pará que encontram-se em situação precárias em grande parte

do Estado, e o número reduzido de servidores para execução das atividades de fiscalização e apoio para a realização a contento das metas programadas.

Informações Complementares

Todas as ações fiscalizatórias são expedidos documentos comprobatórios dos atos emanados de servidor público habilitado para tal. O Fiscal Federal Agropecuário é responsável pela emissão de todos os termos lavrados no momento da fiscalização, dentre os quais são emitidos na fiscalização de sementes e mudas: termo de fiscalização, auto de infração, suspensão da comercialização, tudo de acordo com a legislação de Sementes e mudas e o Manual de Fiscalização de Sementes e Mudas.

Principais Desafios a Superar

Implantação de Unidades Avançadas para melhor execução das atividades programadas e redução de custos da fiscalização no Estado do Pará, haja vista as distâncias percorrida para atingimento das metas, culminando com otimização dos recursos humanos e financeiros.

Descentralização de recursos financeiros de acordo com o programado e no tempo determinado nos POA (plano orçamentário anual), sem contingenciamento, como ocorreu no exercício de 2013.

Disponibilizar treinamentos constantes nas áreas técnicas para melhor desempenho dos profissionais que executam as atividades fiscalizatórias.

Menor burocracia nos tramites de aprovação das notas técnicas que viabilizam as viagens a serviço dos servidores, haja vista, impactar direta e negativamente na execução final da atividade fiscalizatória.

Indicadores Institucionais

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pelo SEFAG/DDA/SFA-PA, para fiscalização de insumos agropecuários, neste exercício, foram estabelecidos de da seguinte forma:

1. Eficiência -Relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo: (custo total/nº de fiscalizações realizadas/ano).

Eficiência = $25.714,65 / 259 = R\$ 99,28$ (custo unitário).

O custo unitário reflete a logística de fiscalização no Estado do Pará, o SEFAG/PA localizado em Belém-PA, cobre todo o Estado, preponderantemente, via rodoviária, com poucas unidades avançadas para amenizar o custo da fiscalização. Com isso, verifica-se que o custo unitário esta compatível com a realidade paraense de fiscalização e condizente com gastos efetivados.

2. Eficácia: Grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados (executado / programado) x 100 = % de fiscalizações no ano.

Eficácia = $259 / 492 \times 100 = 52,64 \%$.

Considerando a meta programada e o executado, o percentual atingido (52,64%) está compatível com os recursos colocados à disposição do SEFAG/SFA/PA para execução, como exposto no item cumprimento da meta, desta feita, atendeu-se parcialmente e com eficiência

reduzida as metas do programa de defesa agropecuária para o insumo sementes e mudas no Estado do Pará.

Ação: 2141 – Fiscalização de Fertilizantes e Inoculantes – FISFECOI**Responsável Técnico – RT : Breno Eduardo Nogueira Neves****Quadro A.2.2.3.1 – (Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)**

Identificação da Ação						
Código	2141		Tipo: orçamentária			
Título	Fiscalização de Fertilizantes e Inoculantes					
Iniciativa						
Objetivo	Fiscalização de produtos de origem vegetal					
Programa	2028 -Defesa Agropecuária – Programa Temático					
Unidade Orçamentária	UO: 22101 – MAPA UG: 130094 – SFA/PA					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação (Provisão)		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
23.804,32	23.804,32	23.354,52	23.354,52	23.354,52	1.888,45	3.211,19
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Fiscalizar fertilizantes e inoculantes			Unidade	250		259
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	2.986,68	-224,51	-	-	-	

Informações Complementares:

- Coleta de Amostras – produtos amostrados (unidade): 212
- Autuação realizada – Auto de infrações (unidade): 87

Análise Crítica:**Elaboração do Plano Operativo Anual**

O Plano Operativo Anual do exercício 2013 do PI- FISFECOI foi planejado de acordo com a distribuição de metas nacionais para a atividade e universo a ser fiscalizado no Estado do Pará, buscando a fiscalização de 100% dos estabelecimentos produtores de fertilizantes e afins, cito: as fábricas de fertilizantes minerais em Barcarena e Paragominas; de substrato para plantas em Ananindeua – PA; bem como as de corretivos de acidez nos Municípios de Santana do Araguaia e Palestina do Pará.

Também, há de se salientar que, no referido POA, houve a perspectiva de fiscalização dos principais estabelecimentos comerciais do Estado em pelo menos 3 oportunidades no ano caracterizado.

O POA-2013 foi elaborado com observância a legislação que rege a atividade de fiscalização de fertilizantes, conforme recomendado pela Coordenação de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes– CFIC, sendo as metas físicas e financeiras ajustadas e corrigidas ao longo do exercício 2013 para adequar-se as peculiaridades da atividade de fiscalização e planejadas de acordo com o realizado do exercício anterior e a força de trabalho disponível para execução das fiscalizações e demais atividades correlatas.

Cumprimento de Metas

O plano Interno PI FISFECOI realizou 103,6% da sua programação física, com efetivação de 259 fiscalizações sobre produtos e estabelecimentos comerciais e produtores defertilizantes, corretivos e inoculantes frente às 250 fiscalizações programadas e corrigidas ao longo do ano de 2013.

O cumprimento total desta meta física decorre de um maior direcionamento das ações fiscais sobre os produtos (insumos) alvos desta área da fiscalização agropecuária, onde foi obtido um aproveitamento de 130,86% sobre a meta inicial de fiscalização sobre os referidos produtos.

Pautada nas informações da programação financeira inicial do POA-2013, comparadas com o orçamento disponibilizado ao final do exercício, observou-se que 59,51% dos recursos planejados foram liberados para a execução das ações fiscais, o que acabara por comprometer significativamente as metas fiscais, com reprogramações para a fiscalização de produtos em detrimento de estabelecimento comercial e produtor.

Tais problemas podem ser observados quando analisados os dados referentes às fiscalizações dos estabelecimentos, conforme preconizado no POA-2013. Para os Estabelecimentos Produtores – EP's – 50% das ações programadas foram, de fato, realizadas. Onde de 28 fiscalizações, apenas 14, foram consumadas. Já, relacionado aos estabelecimentos comerciais – EC's – 48,33% da fiscalização programada ocorreu. Das 60, apenas 29, foram efetivas.

O aspecto relacionado às metas que sofreu o maior impacto negativo do contingenciamento dos recursos foi referente à amostragem de corretivos de acidez, uma vez que está intimamente ligada à fiscalização, *in loco*, dos EP's, bem como o procedimento de coleta. Apenas 0,45% do volume programado para amostragem foi executado.

A execução financeira do PI FISFECOI de acordo com o POA-2013 teve um valor pago muito aquém àquele demandado pela fiscalização deste plano interno, principalmente devido à realidade da SFA/PA de dispor de poucas unidades avançadas no território paraense, forçando um custo maior para a fiscalização. Assim, para alcance relativo das metas físicas, foram gastos R\$ 23.354,52.

A contribuição da execução das metas no Estado do Pará neste PI – FISFECOI contribui significativamente para melhoria do padrão e qualidade dos fertilizantes comercializadas no território brasileiro, pois os fertilizantes e afins produzidos em um determinado Estado tende a ser adquirida em outro Estado da federação estimulando o comércio deste insumo agrícola. Assim, a fiscalização é de suma importância para manter a regularidade e qualidade da oferta deste produto, isto se concretiza com as execuções das fiscalizações realizadas pelo SEFAG/PA na área de fertilizantes, corretivos e inoculantes.

Eventuais Problemas de Execução

A execução transcorreu normalmente considerando a burocracia da administração pública direta, com pequenos contratemplos, como exemplo, na indefinição de veículos oficiais disponíveis para as fiscalizações programadas; restrições do Governo Federal acerca de diárias e passagens em âmbito da administração pública federal; as condições de logísticas das estradas do Estado do Pará que encontram-se em situação precárias em grande parte do Estado e; a falta de servidores para execução das atividades e realização a contento das demandas do próprio Estado.

Cumprir ressaltar a difícil logística para se efetivar as fiscalizações, considerando a malha rodoviária deficiente e precária atualmente vivenciada no Estado do Pará que compromete as ações de fiscalização.

Superações Significativas das Metas Estabelecidas

Executou-se, como comentado acima, todas as atividades dentro do programado, com leve superação da meta para esta ação de fiscalização, com alcance de 103,6% na execução física de fiscalização, apesar deste alcance ser em produto e não em estabelecimento fiscalizado, em face de reprogramações vinculadas a atrasos na liberação de notas técnicas assinadas pelo Sr. Secretário Executivo do MAPA.

Informações Complementares

Em Todas as ações fiscalizatórias são expedidos documentos comprobatórios dos atos emanados por servidor público habilitado para tal. O Fiscal Federal Agropecuário é responsável pela emissão de todos os termos lavrados no momento e posteriormente ao ato da fiscalização, dentre outros documentos emitidos na fiscalização de fertilizantes: termo de fiscalização, auto de infração, termo de coleta de amostra, tudo de acordo com a legislação de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes e o que prescreve o Manual de Fiscalização de fertilizantes.

Decorrente das ações fiscais realizadas pelo PI-FISFECOI/PA, foram lavrados 87 Autos de Infração e recolhidos R\$ 835.425,78 (Oitocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e setenta e oito centavos) em multas.

Principais Desafios a Superar

- Implantação de Unidades Avançadas para melhor execução das atividades e redução de custos da fiscalização no Estado do Pará, haja vista as distâncias percorrida para atingimento das metas físicas;
- Descentralização de recursos financeiros de acordo com o programado e no tempo determinado e previsto nos POA (plano orçamentário anual), sem contingenciamento que em regra há a necessidade de reprogramações;
- Disponibilizar treinamentos constantes nas áreas técnicas para melhor desempenho dos profissionais que executam as atividades fiscalizatórias.
- Quadro reduzido de Servidores, em especial, FFA's e Auxiliares para execução das atividades diretas da Atividade de Fiscalização de Fertilizantes.

Indicadores Institucionais:

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pelo SEFAG/DDA/SFA-PA, para fiscalização de insumos agropecuários, neste exercício, foram estabelecidos de acordo com os parâmetros abaixo:

1. Eficiência -Relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo: (custo total/nº de fiscalizações realizadas/ano).

Eficiência = $23.354,52 / 259 = R\$ 90,17$ (custo unitário).

O custo unitário reflete a logística de fiscalização no Estado do Pará, o SEFAG/PA localizado em Belém-PA, cobre todo o Estado, preponderantemente, via rodoviária, com poucas unidades avançadas para amenizar o custo da fiscalização. Com isso, verifica-se que o custo unitário esta compatível com a realidade paraense de fiscalização e condizente com gastos

efetivados para cobrir especialmente os estabelecimentos produtores que no Estado do Pará, situam-se em Barcarena-PA, Palestina do Pará e Santana do Araguaia-Pa.

2. Eficácia: Grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados (executado / programado) x 100 = % de fiscalizações no ano.

Eficácia = $259 / 250 \times 100 = 103,6 \%$.

Considerando a meta programada, o percentual atingido de 103,6% atendeu-se perfeitamente a eficácia do programa de defesa agropecuária para esta ação específica, até ultrapassando levemente o programado, plenamente aderente o programado com o executado.

Ação: Fiscalização de OGM's – Org. Geneticamente Modificados - FISCORGEN**Responsável Técnico – RT : Pedro Paulo da Costa Mota****Quadro A.2.2.3.1 – (Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)**

Identificação da Ação						
Código	Tipo: orçamentária					
Título	Fiscalização de Organismos Geneticamente Modificados					
Iniciativa						
Objetivo	Fiscalização de produtos de origem vegetal					
Programa	2028 -Defesa Agropecuária – Programa Temático					
Unidade Orçamentária	UO: 22101 – MAPA UG: 130094 – SFA/PA					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação (Provisão)		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.965,67	13.965,67	12.524,77	10.410,24	10.410,24	0	1000,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalizar Organismos Geneticamente Modificados		Unidade	40			10
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	1.000,00	0,00	-	-	-	

Informações Complementares:

- Amostras coletadas no ano de 2013 = 14
- culturas/espécies amostradas = soja, milho e arroz.

Análise Crítica:**Elaboração do Plano Operativo Anual de Organismos Geneticamente Modificados**

O Plano Operativo Anual, que norteia as atividades de fiscalização, do exercício 2013 do PI-FISCORGEN foi planejado de acordo com a distribuição de metas nacionais para a atividade de organismos geneticamente modificados e universo a ser fiscalizado no Estado do Pará, e elaborado com observância a legislação que rege a atividade. As metas físicas e financeiras ajustadas e corrigidas ao longo do exercício 2013 para adequar-se as peculiaridades da atividade de fiscalização e planejadas de acordo com a força de trabalho disponível para execução das fiscalizações e demais atividades correlatas.

Cumprimento de Metas

O plano Interno PI FISCORGEN realizou 25% da sua programação física, com efetivação de 10 fiscalizações em OGM's em face de 40 fiscalizações programadas e corrigidas ao longo do ano de 2013. O cumprimento parcial desta meta esta dentro do aceitável haja vista os entraves burocráticos, restrições orçamentárias e, principalmente, limitação por decreto presidencial, onde limitaram em 40 diárias as viagens dos servidores em serviço. Para os Fiscais Federais

Agropecuários realizarem viagem a serviço acima de 40 diárias, havia a exigência do MAPA, que providenciássemos uma nota técnica com justificativas plausíveis amparado nos POA's para ser aprovado pelo Sr. Secretário Executivo do MAPA, que na grande maioria demorava muito a ponto de inviabilizar as programações de fiscalizações em OGM's, e em algumas tornando-se impossível realizá-la, visto critérios técnicos-fisiológicos das plantas, por exemplo, visto detecção de modificação genética via testes extremamente sensível em estágios determinados da planta– como o Exame de PCR em laboratório, para terem validade legal. As reprogramações e ajustes necessários como exposto e a própria logística das fiscalizações na Amazônia contribuem para uma efetivação parcial da programação, como o período chuvoso intenso que se inicia de janeiro até junho.

Nas fiscalizações realizadas foram executadas coletas de amostras de partes de plantas para os exames/testes em laboratórios em número de 14 amostras em diversos municípios paraenses nas culturas/plantas de milho, soja e arroz.

A execução financeira do PI FISCALSEM teve um valor pago compatível com a demanda e realidade da fiscalização deste plano interno, que tem ações em boa parte dos municípios paraenses e a realidade da SFA/PA de dispor de poucas unidades avançadas no território paraense, para possível redução de custos de fiscalização. Assim, para atingimento das metas físicas foram gastos R\$ 10.410,24.

A contribuição da execução das metas no Estado do Pará neste PI – FISCORGEN contribui significativamente para melhoria do padrão e identificação de culturas que tenham detectado organismos geneticamente modificados, no que pese o realizado das execuções físicas estarem aquém das expectativas pelas restrições imposta pelo MAPA.

Eventuais Problemas de Execução

A execução física realizada transcorreu normalmente considerando a baixa execução pelo programado em vista da burocracia da administração pública direta, com pequenos contratemplos, como exemplo, na indefinição/indisponibilidade de veículos oficiais disponíveis para as fiscalizações programadas, restrições do Governo Federal acerca de diárias e passagens em âmbito da administração pública federal, como exposto anteriormente, e bem como as condições de logísticas das estradas do Estado do Pará que encontram-se em situação precárias em grande parte do Estado, e o número reduzido de servidores para execução das atividades de fiscalização e apoio para a realização a contento das metas programadas.

Informações Complementares

Todas as ações fiscalizatórias são expedidos documentos comprobatórios dos atos emanados de servidor público habilitado para tal. O Fiscal Federal Agropecuário é responsável pela emissão de todos os termos lavrados no momento da fiscalização, dentre os quais são emitidos na fiscalização de organismos geneticamente modificados: termo de fiscalização, auto de infração, suspensão da comercialização, tudo de acordo com a legislação de OGM's.

Principais Desafios a Superar

Implantação de Unidades Avançadas para melhor execução das atividades programadas e redução de custos da fiscalização no Estado do Pará, haja vista as distâncias percorrida para atingimento das metas, culminando com otimização dos recursos humanos e financeiros.

Descentralização de recursos financeiros de acordo com o programado e no tempo determinado nos POA (plano orçamentário anual), sem contingenciamento, como ocorreu no exercício de 2013.

Disponibilizar treinamentos constantes nas áreas técnicas para melhor desempenho dos profissionais que executam as atividades fiscalizatórias.

Menor burocracia nos tramites de aprovação das notas técnicas que viabilizam as viagens a serviço dos servidores, haja vista, impactar direta e negativamente na execução final da atividade fiscalizatória.

Indicadores Institucionais

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pelo SEFAG/DDA/SFA-PA, para fiscalização de insumos agropecuários, neste exercício, foram estabelecidos de da seguinte forma:

1. Eficiência -Relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo: (custo total/nº de fiscalizações realizadas/ano).

Eficiência = $10.410,24 / 10 = R\$ 1.041,02$ (custo unitário).

O custo unitário reflete a logística de fiscalização no Estado do Pará, o SEFAG/PA localizado em Belém-PA, cobre todo o Estado, preponderantemente, via rodoviária, com poucas unidades avançadas para amenizar o custo da fiscalização. Com isso, verifica-se que o custo unitário esta compatível com a realidade paraense de fiscalização e condizente com gastos efetivados.

2. Eficácia: Grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados (executado / programado) x 100 = % de fiscalizações no ano.

Eficácia = $10 / 40 \times 100 = 25 \%$.

Considerando a meta programada e o executado, o percentual atingido (25,00%) está compatível com os recursos colocados à disposição do SEFAG/SFA/PA para execução, como exposto no item cumprimento da meta, desta feita, atendeu-se parcialmente e com eficiência reduzida as metas do programa de defesa agropecuária para a atividade de fiscalização de Organismos Geneticamente Modificados no Estado do Pará.

Ação: *Fiscalização de Agrotóxicos – e afins – FISAGROT*

Responsável Técnico – RT : *Pedro Paulo da Costa Mota*

Quadro A.2.2.3.1 – (Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Identificação da Ação						
Código	Tipo: orçamentária					
Título	Fiscalização de Agrotóxicos					
Iniciativa						
Objetivo	Fiscalização de produtos de origem vegetal					
Programa	2028 -Defesa Agropecuária – Programa Temático					
Unidade Orçamentária	UO: 22101 – MAPA UG: 130094 – SFA/PA					
Ação Prioritária	(<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação (Provisão)		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.200,00	13.200,00	9000,00	0,00	0,00	0	346,59

Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-346,59	-	-	-

Informações sobre o PI FISAGROTOX

Não houve programação de metas físicas para este Plano Interno, visto não termos no Estado do Pará Indústria de Agrotóxicos, ou seja, estabelecimento produtor, destarte, não houve execução de atividades de fiscalização em Agrotóxicos. As dotações previstas e empenhadas foram para participação de Fiscal Federal Agropecuário e Fiscal Estadual Agropecuário em eventos relacionados a atividade fiscal em agrotóxico que ao final foi custeado diretamente por Brasília.

Há no SEFAG/PA um Fiscal Federal Agropecuário responsável pela atividade visto sua importância e possível estabelecimento de indústria e/ou atividades correlatas a atividade de agrotóxicos. Temos que pela Lei de Agrotóxicos Lei nº 7.802/89 a responsabilidade de fiscalização do comércio – estabelecimentos comerciais é do órgão estadual, no caso do Estado do Pará, é da Agência de Defesa Agropecuária – ADEPARÁ.

Participamos institucionalmente da Comissão Estadual de Agrotóxicos vinculada à ADEPARÁ.

Ação: 2140 – Fiscalização de Produtos Veterinários – FISPROVET

Responsável Técnico – RT : Jesus de Nazareno Magalhães de Senna

Quadro A.2.2.3.1 – (Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Identificação da Ação						
Código	2140		Tipo:orçamentária			
Título	Fiscalização de Produtos Veterinários					
Iniciativa						
Objetivo	Fiscalização de produtos de origem vegetal					
Programa	2028 -Defesa Agropecuária – Programa Temático					
Unidade Orçamentária	UO: 22101 – MAPA UG: 130094 – SFA/PA					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação (Provisão)		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.146,96	8.146,96	6.303,07	2.303,07	2.303,07	0	2.167,70
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-Fiscalizar os insumos produtos vet.		unidade	274		64	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-2.167,70	-	-	-	

Informações Complementares:

- Licenças Iniciais de Estabelecimentos registrados no SIPE/MAPA: 83
- Licenças Renovadas de Estabelecimentos registrados no SIPE/MAPA: 245
- Relatoria de Auto de Infração:02

Análise Crítica:

O Plano Operativo Anual do exercício 2013 do PI- FISPROFET foi planejado de acordo com a distribuição de metas nacionais para a atividade e universo a ser fiscalizado no Estado do Pará, especialmente, estabelecimento comercial de produtos veterinários. O POA_2013 de produtos veterinários foi elaborado com observância a legislação que rege a atividade de fiscalização de produtos veterinários e competências do SEFAG/PA emanadas do Regimento Interno das SFA's. As metas físicas e financeiras ajustadas e corrigidas ao longo do exercício 2013 foram adequadas as peculiaridades da atividade de fiscalização e contingências e restrições do Governo Federal acerca de recursos disponibilizados a atividade de fiscalização, bem como compatibilizando com a força de trabalho disponível para execução das fiscalizações e demais atividades correlatas. A elaboração do POA deste PI-FSIPROVET sempre busca compatibilizar as execuções dos PI's da área animal quais sejam: PI-FISCINAM e PI-FISCGENE, para melhor otimização de recursos humanos e financeiros.

Todas as ações fiscalizatórias são expedidos documentos comprobatórios dos atos emanados por servidor público habilitado para a atividade. O Fiscal Federal Agropecuário é responsável pela emissão de todos os termos lavrados no momento e posteriormente ao ato da fiscalização, dentre outros documentos emitidos na fiscalização de produtos de uso veterinário: termo de fiscalização, auto de infração, termo de interdição, tudo de acordo com a legislação de produtos de uso veterinários e o que prescreve o Manual de Fiscalização de produtos de uso veterinários.

Cumprimento de Metas

A área de fiscalização de Produtos Veterinários - FISPROVET realizou 23,35% da sua programação física, com efetivação de 64 fiscalizações em produtos de uso veterinário em face de 274 fiscalizações programadas e corrigidas ao longo do ano de 2013, visto o universo de estabelecimentos registrados. O cumprimento parcial desta meta está dentro do aceitável haja vista os entraves burocráticos, restrições orçamentárias e limitação de diárias e passagens por decreto presidencial, onde limitou em 40 diárias as viagens dos servidores em serviço. Para os Fiscais Federais Agropecuários realizarem viagem a serviço acima de 40 diárias, havia a exigência do MAPA, que providenciássemos uma nota técnica com justificativas plausíveis amparado nos POA's para ser aprovado pelo Sr. Secretário Executivo do MAPA, que na grande maioria demorava muito a ponto de inviabilizar as programações de fiscalizações. As reprogramações e ajustes necessários e a própria logística das fiscalizações na Amazônia que é realizada via rodoviária com uma malha rodoviária precária contribuem negativamente para uma efetivação parcial da meta. A execução financeira do PI FISPROVET teve um valor pago incompatível com a demanda e realidade da fiscalização deste plano interno, que tem ações espraiada em todo o Estado. A realidade da SFA/PA de dispor de poucas unidades avançadas no território paraense dificulta a logística para execução das fiscalizações, com adicional de termos somente um Fiscal Federal Agropecuário a frente da Atividade de Fiscalização. Assim, para atingimento parcial das metas físicas foram empenhados e gastos R\$ 2.303,07, valores estes que somente foram suficientes para atingimentos das metas físicas pois houve sinergias com as ações de fiscalizações dos PI's FISCGENE e FISCINAM.

A contribuição da execução das metas no Estado do Pará neste PI – FISPROVET contribui significativamente para melhoria do padrão e qualidade dos produtos de uso veterinário

comercializados no território paraense, estimulando o comércio deste insumo agrícola com qualidade e inocuidade necessária para produtos advindos deste insumo da área animal, desta feita a fiscalização é de suma importância para manter a regularidade e qualidade da oferta deste produto, isto se concretiza com as execuções das fiscalizações realizadas pelo SEFAG/PA na área de produtos veterinários no Estado do Pará, sempre em harmonia com as competências da Agência de Defesa Agropecuária – ADEPARÁ, no que concerne as suas atribuições.

Eventuais Problemas de Execução

A execução transcorreu normalmente considerando a burocracia da administração pública direta, com pequenos contratemplos, como exemplo, na indefinição de veículos oficiais disponíveis para as fiscalizações programadas, restrições do Governo Federal acerca de diárias e passagens em âmbito da administração pública federal, e bem como as condições de logísticas das estradas do Estado do Pará que encontram-se em situação precárias em grande parte do Estado, e o número reduzido de servidores para execução das atividades finalísticas e realização a contento das demandas programadas pelo próprio Estado. Cumpre ressaltar a difícil logística para se efetivar as fiscalizações, considerando a malha rodoviária deficiente e precária atualmente vivenciada no Estado do Pará que compromete as ações de fiscalização e poucas unidades avançadas do MAPA para auxílio logístico para as fiscalizações que chamamos de UTRA.

Principais Desafios a Superar

Implantação de Unidades Avançadas para melhor execução das atividades e redução de custos da fiscalização no Estado do Pará, haja vista as distâncias percorrida para atingimento das metas físicas;

Descentralização de recursos financeiros de acordo com o programado e no tempo determinado e previsto nos POA (plano orçamentário anual), sem contingenciamento pelo Governo Federal;

Disponibilizar treinamentos constantes nas áreas técnicas para melhor desempenho dos profissionais que executam as atividades fiscalizatórias.

Renovação da frota de veículos oficiais visto maior parte das fiscalizações serem via terrestre. Quadro reduzido de Fiscais Federais Agropecuários e Auxiliares para execução das atividades fiscalizatórias.

Indicadores Institucionais:

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pelo SEFAG/DDA/SFA-PA, para fiscalização de insumos agropecuários, neste exercício, foram estabelecidos de acordo com os parâmetros abaixo:

1. Eficiência -Relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo: (custo total/nº de fiscalizações realizadas/ano).

Eficiência = $2.303,07 / 64 = R\$ 35,98$ (custo unitário).

O custo unitário reflete a logística de fiscalização no Estado do Pará, o SEFAG/PA localizado em Belém-PA, cobre todo o Estado, preponderantemente, via rodoviária, com poucas unidades avançadas para auxiliar os atos fiscais. Com isso, verifica-se que o custo unitário está compatível

com a realidade paraense de fiscalização e condizente com gastos efetivados na execução de fiscalização, que é realizado com compartilhamento com os PI's FISCGENE e FISCINAM.

2. Eficácia: Grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados (executado / programado) x 100 = % de fiscalizações no ano.

Eficácia = $64/274 \times 100 = 23,35\%$.

Considerando a meta programada, o percentual atingido de 23,35% está aquém do esperado/programado pelo exposto linhas acima acerca dos entraves a efetivação das metas físicas, a eficácia do programa de defesa agropecuária para esta ação específica, considerando o atingimento somente de 23,35% da meta programada reflete necessidade do Governo Federal disponibilizar e não contingenciar os recursos destinados a fiscalização de produtos veterinários, que são insumos importantíssimo para a setor pecuário brasileiro, e para tanto, deveria diminuir os entraves burocráticos em demasia para plena execução das metas físicas, necessárias para a garantia e qualidade destes insumos.

Ação: 2124 – Fiscalização de Alimento Animal – FISCINAM

Responsável Técnico – RT : Paulo César Mendes Gonçalves

Quadro A.2.2.3.1 – (Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Identificação da Ação						
Código	2124		Tipo: orçamentária			
Título	Fiscalização de Alimento Animal					
Iniciativa						
Objetivo	Fiscalização de produtos de origem vegetal					
Programa	2028 -Defesa Agropecuária – Programa Temático					
Unidade Orçamentária	UO: 22101 – MAPA UG: 130094 – SFA/PA					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação (Provisão)		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.838,56	10.838,56	8.198,75	7.198,75	7.198,75	0	844,95
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalizar insumos destinados à alimentação animal		unidade	23			09
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-844,95	-		-	-

Informações Complementares:

- Total de estabelecimentos registrados para alimentação animal: 27
- Total de estabelecimentos registrados no ano de 2013 para alimentação animal: 03

- Alguns documentos fiscais emitidos: Auto de infração = 07; termo de fiscalização = 19; termo de apreensão = 02; Check list da IN 04/07 = 07; termo de intimação = 02.

Análise Crítica:

O Plano Operativo Anual do exercício 2013 do PI- FISCINAM foi planejado de acordo com a distribuição de metas nacionais para a atividade e universo a ser fiscalizado no Estado do Pará, especialmente, os estabelecimentos produtores de insumos destinados à alimentação animal. O POA_2013 foi elaborado com observância a legislação que rege a atividade de fiscalização de alimentação animal e competências do SEFAG/PA emanadas do Regimento Interno das SFA's. As metas físicas e financeiras ajustadas e corrigidas ao longo do exercício 2013 foram adequadas às peculiaridades da atividade de fiscalização e planejadas de acordo com o realizado do exercício anterior e compatível com a força de trabalho disponível para execução das fiscalizações e demais atividades correlatas, especialmente a atividade de registro de estabelecimento e de produtos para alimentação animal que demanda em muito do tempo do único Fiscal Federal Agropecuário que responde por esta área de fiscalização no Estado do Pará. A elaboração do POA deste PI-FISCINAM buscou compatibilizar as execuções dos PI's da área animal quais sejam: PI-FISPROVET e PI-FISCGENE, para melhor otimização de recursos humanos e financeiros.

As metas físicas ficam restritas ao orçamento disponível que é descentralizado mensalmente, e no decorrer de exercício de 2013 houve contingenciamento por parte do Governo Federal que truncou algumas atividades que foram reprogramadas e/ou canceladas.

Cumprimento de Metas

A atividade de fiscalização de alimento animal - PI FISCINAM realizou 39,13% da sua programação física, com efetivação de 09 fiscalizações em alimentação animal em face de 27 fiscalizações programadas e corrigidas ao longo do ano de 2013. O cumprimento parcial desta meta está aderente às restrições orçamentário-financeiros, restrições e limitação por decreto presidencial, onde limitou em 40 diárias as viagens dos servidores em serviço. Para os Fiscais Federais Agropecuários realizarem viagem a serviço acima de 40 diárias, havia a exigência do MAPA, que providenciássemos uma nota técnica com justificativas plausíveis amparado nos POA's para ser aprovado pelo Sr. Secretário Executivo do MAPA, que na grande maioria demorava muito a ponto de inviabilizar as programações de fiscalizações em alimento animal visto as peculiaridades da atividade fiscal. Diante deste quadro vislumbramos que a programação executada está compatível com a realidade e os recursos disponíveis ao SEFAG/PA para sua execução.

O universo fiscalizado foi reduzido e houve readequações em face de demandas internas de registro de estabelecimento e de produto e condução processual administrativa dos processos pendentes, já que temos apenas 1(um) Fiscal Federal Agropecuário responsável por esta atividade.

As reprogramações e ajustes necessários e a própria logística das fiscalizações na Amazônia que é realizada via rodoviária com uma malha rodoviária precária contribuem para uma efetivação parcial da meta. A execução financeira do PI FISPROVET teve um valor pago compatível com a demanda e realidade da fiscalização deste plano interno, que tem ações espalhadas em todo o Estado e a realidade da SFA/PA de dispor de poucas unidades avançadas no território paraense força um custo maior a fiscalização na região amazônica, seja via rodoviária ou aérea. Assim, para atingimento das metas físicas foram empenhados e gastos R\$ 7.198,75.

A contribuição da execução das metas no Estado do Pará neste PI – FISCINAM, mesmo parcialmente, contribuiu para melhoria do padrão e qualidade dos insumos destinados à alimentação animal comercializados no território paraense, estimulando o comércio deste insumo agrícola com qualidade e inocuidade necessária para alimentação especialmente da cadeia de frangos e suínos, disponibilizando produtos de qualidade ao consumidor final, desta feita a

fiscalização é de suma importância para manter a inocuidade e qualidade da oferta deste insumo, isto se concretiza com as execuções das fiscalizações realizadas pelo SEFAG/PA na área insumos destinados à alimentação animal no Estado do Pará.

Eventuais Problemas de Execução

A execução transcorreu normalmente, dentro das limitações expostas, considerando a burocracia da administração pública direta, como exemplo, na reduzida frota e/ou em condições não adequadas para uso intensivo em viagem a serviço de longa distancia indefinição de veículos oficiais disponíveis para as fiscalização programadas, restrições do Governo Federal acerca de diárias e passagens em âmbito da administração pública federal, e bem como as condições de logísticas das estradas do Estado do Pará que encontram-se em situação precárias em grande parte do Estado, e o número reduzido de servidores para execução das atividades – contamos apenas com 1(um) FFA para esta atividade fiscalizatória em todo o Estado do Pará. Cumpre ressalta o empenho para cumprimento das atividades com evidentes entraves de toda sorte como exposto acima.

Informações Complementares

Em todas as ações fiscalizatórias são expedidos documentos comprobatórios dos atos emanados por servidor público habilitado para a atividade. O Fiscal Federal Agropecuário é responsável pela emissão de todos os termos lavrados no momento e posteriormente ao ato da fiscalização, dentre outros documentos emitidos na fiscalização de insumos destinados à alimentação animal: termo de fiscalização, auto de infração, termo de interdição, tudo de acordo com a legislação de insumos destinados à alimentação animal e o que prescreve o Manual de Fiscalização.

Principais Desafios a Superar

- Implantação de Unidades Avançadas para melhor execução das atividades e redução de custos da fiscalização no Estado do Pará, haja vista as distâncias percorrida para atingimento das metas físicas;
- Descentralização de recursos financeiros de acordo com o programado e no tempo determinado e previsto nos POA (plano orçamentário anual), sem contingenciamento pelo Governo Federal;
- Disponibilizar treinamentos constantes nas áreas técnicas para melhor desempenho dos profissionais que executam as atividades fiscalizatórias.

Indicadores Institucionais:

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pelo SEFAG/DDA/SFA-PA, para fiscalização de insumos agropecuários, neste exercício, foram estabelecidos de acordo com os seguintes parâmetros:

1. Eficiência -Relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo: (custo total/nº de fiscalizações realizadas/ano).

Eficiência = $7.198,75 / 09 = R\$ 799,86$ (custo unitário).

O custo unitário reflete a logística de fiscalização no Estado do Pará, o SEFAG/PA localizado em Belém-PA, cobre todo o Estado, preponderantemente, via rodoviária, com poucas unidades avançadas para amenizar o custo da fiscalização. Com isso, verifica-se que o custo unitário esta compatível com a realidade paraense de fiscalização e condizente com gastos efetivados na execução de fiscalização. Cumpre ressaltar que este custo reflete a otimização de recursos para cumprimento das demais atividades de fiscalização da área animal (FISPROVET e FISCGENE), que realizam-se em conjunto muitas das vezes compartilhando recursos, em perfeita consonância com os fins públicos a que se destina a fiscalização.

2. Eficácia: Grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados (executado / programado) x 100 = % de fiscalizações no ano.

Eficácia = $09 / 23 \times 100 = 39,13\%$.

Considerando a meta programada, o percentual atingido de 39,13% está aquém do esperado/programado pelo exposto linhas acima acerca dos entraves a efetivação das metas físicas, a eficácia do programa de defesa agropecuária para esta ação específica, considerando o atingimento 39,13% da meta programada reflete necessidade do Governo Federal disponibilizar e não contingenciar recursos, bem como não criar entraves burocráticos em demasia para plena execução das metas físicas, necessárias para a qualidade e inocuidade dos alimentos que entrarão na cadeia alimentos dos animais.

Ação: – Ação: 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE

Responsável Técnico – RT : Lucas Arruda Filho

Quadro A.2.2.3.1 – (Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Identificação da Ação						
Código	2019		Tipo: orçamentária			
Título	Fiscalização de Material Genético Animal					
Iniciativa						
Objetivo	Fiscalização de produtos de origem vegetal					
Programa	2028 -Defesa Agropecuária – Programa Temático					
Unidade Orçamentária	UO: 22101 – MAPA UG: 130094 – SFA/PA					
Ação Prioritária	(x) Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação (Provisão)		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
450,00	450,00	143,10	143,10	143,10	0	1.300,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalizar material genético animal		unidade	07		04	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	1.300,00	0,00	-		-	-

Informações Complementares:

- Total de Estabelecimentos registrados em Material Genético Animal: 06
- Procedidos cancelamentos de registros de reprodutores: 03

Análise Crítica:

A atividade de fiscalização de material genético animal é baseado no Plano Operativo Anual do exercício 2013 do PI- FISGENE, foi planejado de acordo com a distribuição de metas nacionais para a atividade e universo a ser fiscalizado no Estado do Pará, especialmente, os estabelecimentos produtores de material genético animal. O POA_2013 foi elaborado com observância a legislação que rege a atividade de fiscalização de material genético animal e competências do SEFAG/PA emanadas do Regimento Interno das SFA's. As metas físicas e financeiras ajustadas e corrigidas ao longo do exercício 2013 foram necessárias visto as contingências de recursos financeiros pelo Governo Federal, adequação das viagens a serviço em função de disponibilidade de veículo oficial que na sede da SFA/PA a disponibilidade de veículos em condições de realizar viagens a serviço longas são poucos para todas as áreas de fiscalização.

Necessidade de compatibilizar a força de trabalho disponível para execução das fiscalizações e demais atividades correlatas, especialmente a atividade de registro, que demandam tempo considerável do único Fiscal Federal Agropecuário que responde por esta área de fiscalização. A elaboração do POA deste PI- FISGENE buscou compatibilizar as execuções dos PI's da área animal quais sejam: PI-FISPROVET e PI-FISCINAN, para melhor otimização de recursos humanos e financeiros.

Cumprimento de Metas

O plano Interno PI FISGENE realizou 57,14% da sua programação física, com efetivação de 04 fiscalizações dos insumos de material genético animal em face de 07 fiscalizações programadas e corrigidas ao longo do ano de 2013. O cumprimento parcial desta meta está aderente a uma programação compatível com a realidade e universo fiscalizado e as readaptações em face de demandas internas de registro de material genético animal, já que temos apenas 1(um) Fiscal Federal Agropecuário responsável por esta atividade. As reprogramações e ajustes necessários e a própria logística das fiscalizações na Amazônia que é realizada via rodoviária com uma malha rodoviária precária contribuem para uma efetivação parcial da meta. A execução financeira do PI FISGENE teve um valor pago compatível com a demanda e realidade da fiscalização deste plano interno, que tem ações espalhadas em todo o Estado e a realidade da SFA/PA de dispor de poucas unidades avançadas no território paraense força um custo maior a fiscalização na região amazônica, seja via rodoviária ou aérea. Assim, para atingimento das metas físicas parciais foram empenhados e gastos R\$ 143,10, a maior parte as fiscalizações realizadas foram efetivadas conjuntamente com recursos otimizadas do PI FISPROVET, por afinidade das fiscalizações e a maior parte das fiscalizações serem na região metropolitana de Belém.

A contribuição da execução das metas no Estado do Pará neste PI – FISGENE contribuiu significativamente para melhoria do padrão e qualidade dos materiais genéticos animais comercializados no território paraense, estimulando o comércio deste insumo agrícola com qualidade e inocuidade necessária para a atividade pecuária paraense, assim, disponibilizando produtos de qualidade ao consumidor final, desta feita a fiscalização é de suma importância para manter a inocuidade e qualidade da oferta deste insumo, isto se concretiza com as execuções das fiscalizações realizadas pelo SEFAG/PA na área de material genético animal no Estado do Pará.

Todas as ações fiscalizatórias são expedidos documentos comprobatórios dos atos emanados por servidor público habilitado para a atividade. O Fiscal Federal Agropecuário é responsável pela emissão de todos os termos lavrados no momento e posteriormente ao ato da fiscalização, dentre outros documentos emitidos na fiscalização de material genético animal: termo de fiscalização,

auto de infração, termo de interdição, tudo de acordo com a legislação de material genético animal, e o que prescreve o Manual de Fiscalização.

Principais Desafios a Superar

- Implantação de Unidades Avançadas para melhor execução das atividades e redução de custos da fiscalização no Estado do Pará, haja vista as distâncias percorrida para atingimento das metas físicas;
- Descentralização de recursos financeiros de acordo com o programado e no tempo determinado e previsto nos POA (plano orçamentário anual), sem contingenciamento pelo Governo Federal;
- Disponibilizar treinamentos constantes nas áreas técnicas para melhor desempenho dos profissionais que executam as atividades fiscalizatórias.

Indicadores Institucionais:

Os indicadores de desempenho utilizados para avaliar os resultados alcançados pelo SEFAG/DDA/SFA-PA, para fiscalização de insumos agropecuários, neste exercício, foram estabelecidos de acordo com os seguintes parâmetros:

1. Eficiência -Relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo: (custo total/nº de fiscalizações realizadas/ano).

Eficiência = $143,10 / 04 = R\$ 35,77$ (custo unitário).

O custo unitário reflete a logística de fiscalização no Estado do Pará, o SEFAG/PA localizado em Belém-PA, cobre todo o Estado, preponderantemente, via rodoviária, que ocorre principalmente na região metropolitana, se utilização direta de recursos financeiros para tal. Com isso, verifica-se que o custo unitário esta compatível com a realidade paraense de fiscalização e condizente com gastos efetivados na execução de fiscalização. custos estão aquém da média pois há compartilhamento dos custos com as atividades de fiscalização da área animal (FISPROVET e FISCGENE). Cumprir ressaltar que este custo reflete a otimização de recursos para cumprimento das demais atividades que realizam-se em conjunto muita das vezes compartilhando recursos, em perfeita consonância com os fins públicos a que se destina a fiscalização.

2. Eficácia: Grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados (executado / programado) x 100 = % de fiscalizações no ano.

Eficácia = $04 / 07 \times 100 = 57,14 \%$.

Considerando a meta programada, o percentual atingido de 57,14% atendeu, considerando o exposto acerca dos entraves a efetivação das metas físicas, a eficácia do programa de defesa agropecuária para esta ação específica, considerando o atingimento parcial desta atividade de fiscalização em material genético animal, e estando plenamente aderente e condizente com os recursos financeiros e humanos disponíveis.

Ação: 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias**Responsável Técnico – RT : Milton Leite Alves da Cunha****Quadro A.2.2.3.1 – (Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)**

Identificação da Ação						
Código	20ZX		Tipo: Orçamentária			
Título	Fiscalização de Atividades Agropecuárias					
Iniciativa	04D4 – Fiscalização de Atividades Agropecuárias					
Objetivo	0366 – Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.					
Programa	Defesa Agropecuária	Código: 2028:	Tipo: Temático			
U.O	UO. 22101/MAPA	UG: 130094/PA				
Ação Prioritária	(x) Sim () Não		Caso positivo: (x) PAC () Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
110.234,00	110.234,00	105.386,82	92.561,62	92.561,62	0,00	12.825,20
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
01 – Fiscalização Realizada			unidade	7000	0	7128
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0	0	0	

A atividade da Vigilância agropecuária internacional, responsável, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, pela vigilância agropecuária internacional de animais, plantas, suas partes, produtos e sub-produtos, insumos agropecuários e embalagens e suportes de madeira que condicionem quaisquer classes de mercadoria em trânsito para exportação ou importação pelo Brasil, é executada no Estado do Pará por meio das Unidades de Vigilância Agropecuária – UVAGRO conforme descritas abaixo:

- Uvagro Porto de Santarém
- Uvagro Porto de Belém
- Uvagro Porto de Vila do Conde
- Uvagro Aeroporto Internacional de Belém.

Além disso, as equipes atuam em diversas unidades alfandegadas que funcionam fora dos portos e aeroportos denominadas “Portos Secos”.

A base legal para a atuação das Unidades de Vigilância Agropecuária está consolidada no Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional, instituído pela Instrução Normativa nº 36/2006, Pelo qual cabe às referidas unidades a execução de atividades de vigilância agropecuária em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais, podendo, para tanto, realizar exames de animais, a inspeção de produtos e derivados de origem animal e vegetal, de vegetais e partes de vegetais, dentre outras atividades, devendo, para tanto, realizar a fiscalização de produtos e insumos agropecuários, aplicar medidas de desinfecção e desinfestação em animais e vegetais, coletar amostras de produtos de origem animal e vegetal para exames laboratoriais, expedir certificados sanitários para transito internacional de animais, vegetais ou partes de vegetais, dentre uma série de outras atividades necessárias ao cumprimento da Missão do Serviço VIGIAGRO.

Análise Crítica:

As metas previstas foram cumpridas integralmente (101,8%). Os quadros-resumo com os valores dos principais produtos certificados ou com despacho autorizado aparecem abaixo:

PRODUTOS IMPORTADOS PELAS UVAGRO DO ESTADO DO PARÁ

Produto	Unidade	Peso	Valor Produto (US\$)
Embalagem Madeira	Kg	3,347,649.13	
Bagagem desacompanhada		79,334,535.20	23,641,932.91
Fertilizantes		103,192.10	6,366,535.47
Madeira Processada		48,000.00	204,434.12
Pimenta do Reino		43,030.00	64,003.28
Mat. Prima para Industria		79,550,171.30	24,090,088.92
Trigo (Grão)	Ton	272,440.00	91,865.66
Fibra de Juta	Ton	1,270,818.00	1,031,372.00
Alho	Ton	78,500.00	42,205.00
Cominho	Kg	65,125.00	128,621.87

PRODUTOS EXPORTADOS PELAS UVAGRO DO ESTADO DO PARÁ

Exportações Prod. Origem Animal				
Und.	Qtd.	Peso (kg)	Valor (R\$)	Valor (US\$)
Cabeças	671,956.00	321,456,170.00	1,743,929,278.73	748,937,300.97
Cabeças	2,245.00	715,700.00	7,481,454.54	3,237,139.33
Pallets	6,849.00	14,159,531.77	98,912,730.31	46,178,975.08
Saco de Nylon	28,702.00	758,390.12	7,770,288.40	3,805,637.93
Caixas	187,552.00	1,327,376.85	28,469,489.66	13,037,855.75
Cabeças	19.00	7,590.00	150,734.67	73,470.00
Cabeças	21.00	740.00	17,629.50	7,791.00
Total				815,278,170.06

Exportações Prod. Origem Vegetal				
Und.	Qtd.	Peso (kg)	Valor (R\$)	Valor (US\$)
Kg		616,000.00	3,068,816.61	2,113,247.86
M3	2,118,072.92		24,477,019.00	26,860,323.19
KG		13,399,971.00	183,941,282.78	152,560,457.37
TON		83,524.00	105,196.65	67,581.61
TM		921,800,081.00	980,888,992.96	490,444.48
TM		1,251,666,936.00	547,621,638.82	273,810,819.41
Kg		3,000.00	44,976.00	762,874.62
Total				456,665,748.54

Eventuais Problemas de Execução e Desafios.

Como regra geral, pode-se afirmar que todas as unidades da vigilância agropecuária internacional apresentam o mesmo conjunto de problemas, que tentaremos alistar por ordem de urgência.

Insuficiência de quadro de pessoal

Este assunto tem sido tratado em diversos relatórios, nos vários níveis hierárquicos do MAPA. O VIGIAGRO trabalha sob demanda. Isto significa que sua demanda de trabalho acompanha o fluxo natural do mercado internacional de produtos agropecuários e de pessoas. Não há como ajustar a programação de atendimento à capacidade de trabalho das unidades, sob pena de se criar um enorme gargalo nas atividades do comércio exterior e no transporte de passageiros e bagagens.

O que tem-se feito é procurar aumentar a eficiência da atividade para se fazer, da melhor forma possível, face a demanda cada vez maior, com o risco cada vez mais presente de se cometer erros por conta da exiguidade do tempo e da energia dos poucos recursos humanos disponíveis. Mas isso, evidentemente, tem limites.

Pelo menos 70% da pequena força de trabalho no Pará, já possui ou possuirá em breve condições plenas para aposentadoria, e não há indicativos por parte do Governo Federal de que esses profissionais serão substituídos, mesmo se levarmos em conta o concurso em aberto.

Não somente profissionais de nível superior (Fiscais Federal Agropecuários) são necessários nas unidades. Necessita-se de pessoal de apoio administrativo, de preferência admitidos por concurso público, uma vez que o pessoal terceirizado, mesmo quando de excelente qualidade, vai embora no fim do contrato, fazendo com que se perca todo o tempo e esforço despendido em treinamento com essas pessoas. Além disso outros profissionais de nível médio também são necessários, com destaque para agentes de atividades agropecuárias, o que permitiria que os FFA focassem em suas atividades regimentais, com conseqüente aumento da eficiência e eficácia.

Infraestrutura

Reiteradamente os relatórios vem mostrando a necessidade de investimento na infraestrutura das unidades de vigilância agropecuária. Estrutura predial, informática e de veículos, são fundamentais para a fluidez de um trabalho que já padece com falta de pessoal.

Infelizmente, já por alguns anos esses investimentos, e mesmo a manutenção, tem ficado muito aquém do necessário.

Treinamento

A atividade das UVAGRO requer tomada de decisões em *tempo real*. Assim, esta característica somada às inúmeras especificidades do trabalho, ao alto nível de conhecimento técnico científico necessário por parte dos profissionais, e a interface com todas as áreas técnicas da SAF, tornam o sistema VIGIAGRO uma das áreas da Defesa Agropecuária com as maiores necessidades em capacitação.

No último ano, os fiscais puderam se beneficiar de um treinamento na área de direito administrativo de excelente qualidade. Capacitações como essa, que atendam as demandas específicas dos FFA, e outras que visariam aumentar a capacidade operacional da área administrativa precisam fazer parte da rotina.

Ações vinculadas ao Programa 2014 - “AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO”,

Responsável Técnico: Martha Parry de Castro Nogueira

A DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário atua de forma mais sistemática na organização, promoção, fomento, capacitação, e cadastramento de agentes atuantes em produção orgânica de alimentos, na fiscalização de convênios e na análise e viabilização de emendas parlamentares.

Em todos os segmentos, a estratégia adotada pelo DPDAG consistiu na busca de demandas do setor rural por meio de reuniões, seminários, oficinas e câmaras setoriais com parcerias institucionais das diversas esferas do governo, iniciativa privada e representações dos produtores rurais, objetivando ajustá-los aos programas.

É responsável ainda no apoio a projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria. Este apoio dar-se-á por meio de Contratos de Repasse, instrumento administrativo usado para transferência de recursos financeiros da união por meio de um agente financeiro público federal, sendo neste caso, a Caixa Econômica Federal.

Em todos os segmentos, a estratégia da DPDAG consistiu na busca de demandas do setor rural por meio de reuniões, seminários, oficinas e câmaras setoriais com parcerias institucionais das diversas esferas do governo, iniciativa privada e representações dos produtores rurais, objetivando ajustá-los aos programas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A DPDAG atua de acordo com o estabelecido em suas competências regimentais, as diretrizes das Secretarias do MAPA em especial a SDC e eventuais demandas da sociedade. A estrutura e abordagem das atividades desenvolvidas na Divisão é composta por 2 Programas, cujas Ações e Planos Orçamentários (PO) encontram-se discriminados e sumarizados abaixo.

Ações Desenvolvidas:

8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – DESEENORG

Informações Complementares:

Workshhopping

Seminário Tecnológico sobre Certificação Orgânica

Semanado Alimento Orgânico

III Seminario Estadual Agroecologia

Palestra Basa

Registra-se que não houve descentralização para a ação acima.

INDIGRAF - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários –IG

Informações Complementares

Informações Complementares

Reunião produtores e lideranças em Americano para apresentar o conceito de IG
 Visita a unidade de processamento de farinha
 Reunião com produtores e lideranças para apresentar o conceito de IG em Bragança.
 Visita a unidade de processamento de farinha de mandioca
 Participação no Seminário Internacional de IG para o Queijocom Leite Cru
 Visita a produtores de queijo da Ilha do Marajó
 Assessoramento a Superintendência em evento de entrega do protocolo do Queijo do Marajó
 Reunião com Emater –PA para buscar parceiras para delimitação da área geográfica de processamento da farinha de mandioca.
 Apresentação de palestra sobre IG na Feira de Agricultura Familiar
 Coordenação de Mesa sobre IG na Feira de Agricultura Familiar
 Divulgação e incentivo ao curso virtual sobre IG promovido pelo MAPA, com a finalidade de difundir o conceito entre técnicos do Estado.

Desenvolvimento do associativismo rural e cooperativismo

Informações Complementares

Apesar de compromissos enquanto membro do Comitê Gestor, não foi possível uma participação mais efetiva da Divisão devido a inexistência de recursos para deslocamento
 Entretanto a Divisão não medi esforços em divulgar e orientar sobre Edital 00102013 voltado para o cooperativismo quando o Pará teve um projeto aprovado.
 Sessão Especial Sobre Cooperativismo Pará /Pré-projeto Lei
 Levantamento Cooperativas Cadastradas SICONV

Fomento ao Setor Agropecuário

Acompanhamento, avaliação e fiscalização de contratos de repasse, convênios e instrumentos congêneres

Informações Complementares

Apesar da não descentralização de recursos para a fiscalização de emendas parlamentares, um esforço considerável de orientação aos novos gestores municipais viabilizou a utilização de R\$35.800,00 emendas parlamentares de anos anteriores que estavam paralisadas por desconhecimento do gestor atual de acordo com o Quadro abaixo

Recursos Descentralizados para as ações:

Ação – PI	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Valores Paga	Inscritos em 2013		Exercícios Anteriores	
				RP Processado	RP não Processado	RP Processado	RP não Processado
APOIO ABC	2.350,00	2.350,00	0,00	0,00	2.350,00	0,00	0,00
APPRODUTOR	245,00	275,00	275,00	0,00	0,00	791,89	349,31
CETORGAN	4.991,50	4.991,50	3.362,78	428,78	1.200,00	957,04	0,00
OPERASDC13(*)	24.691,10	24.591,10	19.849,63	1.440,00	4.741,47	0,00	0,00
INDIGRAF13	7.929,40	7.822,94	6.529,86	1.020,77	314,88	6.645,93	6.281,93

Planejamento e resultados alcançados

O planejamento das atividades da DPDAG emana dos limites impostos pelos Departamentos e Coordenações Gerais da SDC em Brasília na ocasião de elaboração do POA Plano Orçamentário Anual.

A equipe técnica da Divisão tem assento em inúmeros colegiados para discutir políticas públicas para o setor agropecuário. Tais colegiados tem seu representantes dentre como a participação em Câmaras e Fóruns locais, dentre eles o PEAAF, CPOrg-PA, Conafra, Comitê Técnico do ABC, Comitê Técnico Gestor de Cooperativismo da Transamazônica, Câmara de Floricultura.

Algumas atividades são realizadas ainda atendendo a demanda do setor agrícola e que geralmente são com ônus parciais para o MAPA. Dentre essas atividades podemos citar a apresentação de palestras sobre temas de interesse dos produtores ou a capacitação em uma determinada área de conhecimento. Inúmeros treinamentos foram realizados sobre o SICONV com reflexos diretos na contratação de 100% das emendas empenhadas pelos parlamentares federais para a agricultura.

A Divisão presta ainda apoio quando demandada a SPA – Secretaria de Política Agrícola, entretanto a maioria das atividades desenvolvidas pela Divisão em 2013 não envolveram recursos financeiros. Estrategicamente a Divisão buscou unir segmentos da sociedade civil e órgãos governamentais na formação de parcerias.

3 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 – Estrutura orgânica de controle no âmbito da UJ

Há no órgão central, no caso MAPA/Sede, setor responsável pelo controle interno no qual atende também demandas das Unidades descentralizadas (UGs) por meio de dois servidores indicados pelo Gestor para tal responsabilidade.

Visando o aprimoramento do controle interno, foi criada por meio da Portaria nº 100 de 26 de julho de 2012, uma Comissão Permanente de Controle Interno da SFA/PA composta por quatro servidores com o objetivo de realizar diagnósticos técnicos e de gestão nos procedimentos administrativos e dos termos das contratações da SFA/PA, e, especialmente avaliar e acompanhar o Plano de Providências Permanente decorrente das demandas da CGU.

3.2 – Funcionamento do sistema de controle interno

- a) Ambiente de controle
- b) Avaliação de Risco
- c) Procedimento de controle
- d) Informação e Comunicação
- e) Monitoramento

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controle Interno da UJ

(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica: As decisões/determinações são emanadas do órgão central (UJ). Às UGs por serem Unidades					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
Executoras operacionalizam tais decisões. O quadro acima focou no desenvolvimento operacional da UG.	
LEGENDA	
Níveis de Avaliação:	
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.	
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.	
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.	
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.	
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

3.3 – Estrutura e as atividades do sistema de correção da unidade

Não há na Unidade Gestora uma estrutura direcionada para o sistema de correção. Por solicitação do órgão central, houve a indicação de um servidor para atuar como ouvidor com função de direcionar as demandas oriundas do MAPA/Sede e dos servidores. Relativo aos órgãos de controle, mais especificamente de controle interno (CGU), foi criado por meio da Portaria nº 100 de 26 de julho de 2012 uma comissão visando atendimento em tempo hábil das demandas existentes, bem como a observância de procedimentos da UG.

3.4 – Cumprimento, pela correção da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007 da CGU.

O quadro abaixo demonstra os procedimentos adotados de forma tempestiva, pelo Gestor, das demandas decorrentes de denúncias ocorridas. Dos processos listados, dois tiveram portarias para criação de comissão apuratória no exercício de 2012 e apenas um neste exercício, estando os resultados dos mesmos descritos abaixo.

Ressalta-se ainda que por determinação da Coordenação Geral de Procedimentos Disciplinares, os resultados de tais procedimentos devem ser informados àquela Coordenação para lançamento no CGU-PAD.

Processos
1. 21030.001567/2012-04 , Portaria 026 de 12/03/2012. Situação de PAD não concluído.
2. 21030.001340/2010-51 e 21030.001555/2011-52 , Portaria 025 de 12/03/2012, de acordo com o parecer da Superintendência, considerando o término do prazo previsto na última portaria, que reconduziu esse trio sindicante, razão porque o colegiado restou desconstituído, vimos informar que outra comissão será designada para ultimar os trabalhos e emitir relatório conclusivo a partir dos elementos probatórios resultantes do apuratório conduzido pelo presidente da comissão.
3. 21030.000760/2013-62 , Portaria 140 de 30/10/2013, Conforme esta portaria, o Superintendente Substituto, no uso de suas atribuições, resolve designar BRASILINO SANTOS CORRÊA, CRISTOVÃO MORELLY KANEYOSHI HASHIGUTI DE FREITAS, para comporem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, sob a presidência do primeiro e, ao final, apresentar relatório conclusivo. A comissão concluiu os trabalhos apuratório tendo sido o processo encaminhado a autoridade julgadora.

4 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 - Execução das Despesa

4.1.1 – Movimentação Orçamentária Interna por grupo de despesa

Quadro A.4.1.2.1 –(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	130101	130094	orçamentária	-	-	4.022.984,42
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	130101	130094	orçamentária	229.503,64	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

4.1.2 – Movimentação Orçamentária Externa por grupo de despesa

Quadro A.4.1.2.2 (Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	110008	130094	Administração da Unidade	-	-	172.795,75
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-

4.1.3 - Despesas por modalidade de contratação - Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.5 (Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.707.655,87	2.813.549,98	2.480.200,75	2.187.960,68
a)Convite	-	-	-	-
b)Tomada de Preços	-	-	-	-
c)Concorrência	-	-	-	-
d)Pregão	2.707.655,87	2.813.549,98	2.480.200,75	2.187.960,68
e)Concurso	-	-	-	-
f)Consulta	-	-	-	-
g)Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2.Contratações Diretas (h+i)	205.387,24	388.478,34	201.563,78	341.782,57
h)Dispensa	177.229,80	355.697,09	175.789,80	309.001,32
i)Inexigibilidade	28.157,44	32.781,25	25.773,98	32.781,25
3.Regime de Execução Especial	91.953,76	108.778,02	91.953,76	108.778,02
j)Suprimento de Fundos	91.953,76	108.778,02	91.953,76	108.778,02
4.Pagamento de Pessoal (k+l)	1.201.890,42	992.230,97	651.183,43	989.572,58
k)Pagamento em Folha	-	-	-	-
l)Diárias	246.467,26	409.205,41	246.467,26	409.205,41
5.Outros	955.423,16	583.025,56	404.716,17	580.367,17
6.Total (1+2+3+4+5)	4.114.933,53	4.303.037,31	3.424.901,72	3.628.093,85

Análise Crítica:O quadro acima mostra a atipicidade ocorrida no exercício relativa aos gastos e aquisições por meio de Dispensa, Pregão e Inexigibilidade. Mostra também a redução no suprimento de fundos . Tal fato deveu-se entre outros fatores, a suspensão temporária, por parte do órgão central, de descentralização de recursos.

4.1.4 - Despesa por grupo e elemento de despesa – Crédito de Movimentação

Quadro A.4.1.3.6 (Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria 175/2013)

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
Locação de Mão de Obra	2.574.261,42	2.076.498,30	2.402.800,22	1.951.986,33	171.461,20	124.511,92	2.194.376,98	1.822.938,66
Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica	667.160,15	690.472,86	606.114,79	559.107,46	61.045,36	131.365,40	577.953,34	512.812,29
Passagem aérea	246.467,26	417.427,08	246.467,26	303.765,52	50.201,50	113.661,56	246.467,26	409.205,41
Demais elementos do grupo)	489.495,03	838.106,54	425.059,16	671.203,68	14.234,48	166.902,86	406.104,14	538.082,85
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
Material Permanente	229.506,64				229.503,64			
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								

4.2 – Movimentação e saldos de restos a pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.4.3 – (Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria 175/2013)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	536.441,74	439.094,29	97.347,45	-
2011	159.932,59	116.438,72	43.493,87	-
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	203.023,83	203.023,83	-	-
2011	271.779,96	271.779,96	-	-
...				

4.3 – Transferências de Recursos

Quadro A.4.4.1 – Instrumentos de Transferências vigentes no exercício de Referência
(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Posição em 31/12/2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA									
CNPJ: 00.396.895/0016-01					UG/GESTÃO: 130094				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
Convênio	755770/2011	ADEPARÁ	11.964.844,00	1.196.484,4	-	3.332.052,0	2011	2015	1
Convênio	755860/2011	ADEPARÁ	47.317.661,49	4.731.746,5	-	17.404.486,4	2011	2015	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Análise Crítica:Embora houvesse previsão de repasse de recurso para o exercício de 2013 nos valores de R\$ 829.410,00 para custeio e R\$ 3.255.590,00 para investimento, vez que trata-se de convênio plurianual e ainda vigente, o mesmo não aconteceu. Porém, houve apenas uma provisão no PI ERSUASA no valor de R\$ 829.410,00 (custeio) objetivando atender aos dois convênios (755770/2011 - vegetal e 755860/2011- animal) que apesar da despesa ter sido empenhada e liquidada, o repasse não se efetivou em razão da não liberação do financeiro. Sendo assim, o quadro acima mostra que o valor acumulado até o exercício permanece inalterado em relação ao exercício de 2012.

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos últimos três anos**(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)**

Valores em (R\$ 1,00)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA						
CNPJ: 00.396.895/0016-01						
UG/GESTÃO: 130094						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	-	02	02	-	7.717.845,60	13.086.692,89
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	02	02	-	7.717.845,60	13.086.692,89

Análise Crítica: Como dito anteriormente, no exercício de 2013 houve repasse de recurso de custeio para os referidos convênios, porém, não utilizados. No entanto, por tratar-se de convênios plurianuais vigentes até 2015, tornou-se necessário a inclusão do quadro acima para melhor entendimento das transferências ocorridas nos dois últimos exercícios.

Quadro A.4.4.3 - Resumo da prestação de contas sobre Transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.**(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)**

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA					
CNPJ: 00.396.895/0016-01			UG/GESTÃO: 130094		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	02	-	-
		Montante Repassado	7.717.845,60	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	02	-	-
		Montante Repassado	13.086.692,89	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Análise Crítica: O quadro acima mostra apenas valores relativos a prestação de contas dos convênios celebrados com a ADEPARÁ – Agência de Defesa do Estado do Pará. Relativo a Termo de Cooperação e Contrato de Repasse, não houve gestão no exercício de 2013.

Quadro A.4.4.4 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse
(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA					
CNPJ: 00.396.895/0016-01			UG/GESTÃO: 130094		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	01	-
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)	1.102.140,00	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	01	
			Montante Repassado (R\$)		
			Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		
			Quantidade		
Montante Repassado (R\$)					
2012	Quantidade de contas prestadas			02	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante repassado	7.717.845,60		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)			
2011	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	

Fonte:Gestão de Convênios

Análise Crítica: Os dados acima referem-se a prestação de contas referente ao repasse do exercício de 2012.

Ainda , relativo a prestação de contas:

Convênio nº 755770/2011/MAPA/ADEPARA - área vegetal. A convenente solicitou por meio do ofício nº 200/2013 – DG de 25 de junho de 2013, prorrogação até 30/09/2013 do Cronograma de Execução Físico-Financeiro – ano 2012 e conseqüentemente o ajuste no Plano de Trabalho.

Justificativa: saldos não utilizados nas ações de capacitação técnica, os quais seriam usados para reforçar rubricas em ações emergenciais como:

- Suspeita de foco de Mosca da Carambola
- Suspeita de foco de Pinta Preta dos Citros

• Publicação da Instrução Normativa SDA nº 12 de 18/04/2013 que incumbe ao Órgão Estadual de Defesa Agropecuária a adoção de medidas de Defesa Vegetal para prevenção, contenção, controle e erradicação da praga *Helicoverpa armigera*

Análise e Parecer:Face a observação “in loco” no município de Monte Dourado pela Coordenadora Nacional do programa, no qual atestou a necessidade de medidas proativas e urgentes por parte da convenente para conter qualquer risco iminente e, ainda, a análise da equipe de fiscais de acompanhamento da SFA/PA, os quais consideraram que as ameaças de focos das pragas mencionadas poderiam acarretar prejuízos econômicos consideráveis para o agronegócio local e nacional, o parecer foi **FAVORÁVEL**.

Dentro do novo prazo, o relatório de prestação de contas foi submetido a apreciação do Sr. Superintendente com manifestação favorável dos analistas técnicos responsáveis pelo acompanhamento do convênio.

Convênio nº 755860/2011/MAPA/SFA/PA – área animal – a convenente solicitou, por meio do ofício nº 382/2013 – DG/ADEPARÁ de 27/12/2013 (Processo 21030.002159/2013-12), Prorrogação do Cronograma Físico e Financeiro do Plano de Trabalho – Ano 2012 até 31/07/2014.

Justificativa: a meta/etapa referente ao acesso a internet contemplando 90 (noventa) localidades, teve os recursos intensificados somente a partir do 4º trimestre de 2013, quando a empresa licitada atendeu a demanda de implantação do serviço. Ainda, foram instalados aparelhos de rastreamento e comunicação, via satélite, fornecidos pela SFA/PA, cuja instalação também foi iniciada ao final de 2013 por questões de rito processual. Face ao exposto, a solicitação para uso do saldo restante foi necessária à continuidade na implantação ou melhoria da estrutura de informação sanitária visando a interligação das Unidades locais de Sanidade Animal – ULSAs e ainda o rastreamento e comunicação via satélite dos Postos de Fiscalização Agropecuária – PFAs da zona de proteção.

Análise de Parecer:Considerando a necessidade e importância na conclusão da meta exposta acima como também a análise do último relatório trimestral de execução das metas com manifestação técnica dos fiscais de acompanhamento, a solicitação foi **FAVORÁVEL**.

Face ao exposto, o convênio terá sua vigência até 31/07/2014.

4.4 - Suprimentos de Fundos

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Suprimento de Fundos							
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total
Exercícios	Qtd.	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	71	21.081,61	260	61.239,33	82.320,94
2012	-	-	124	34.095,09	213	83.432,23	117.527,32
2011	-	-	121	35.383,23	240	93.610,65	128.993,88

Fonte: SEOF/DAD/SFA/PA

Análise Crítica: Trata-se de Unidade Gestora que executa apenas suprimento de fundos por meio de Cartão de Crédito Corporativo, não executa a conta tipo “B”. O que se pode observar que o gasto neste exercício foi menor que o executado nos exercícios de 2011 e 2012, refletindo o resultado proposto para a gestão no tocante a redução de liberação de suprimentos de fundos na sede, focando mais no SF de viagem da área finalísticas.

Quadro A.4.5.3 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador (Anexo II da DN TCU 127/2013)

Valores em R\$ 1,00

Código da UG	130094	Limite de Utilização da UG			R\$ 500.000,00
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Carlos Alberto C. de Moraes	01944690263	7.000,00	-	300,03	300,03
Débora Pinheiro Guimarães	03407764200	5.000,00	1.070,00	664,26	1.734,26
Jose Carlos de V. Pessoa	04199642234	4.000,00	-	298,66	298,66
Jose Antônio M. dos Santos	04201000249	10.000,00	1.264,50	2.219,79	3.484,29
Estevam de Oliveira Castelo	04803868204	15.000,00	769,65	8.544,58	9.314,23
Luiz Otavio Gonçalves Monteiro	04914945215	5.000,00	-	1.733,41	1.733,41
Francisco Rodrigues Nogueira	05545455272	4.000,00	-	827,90	827,90
Ivo José Xavier do Amorim	05609160278	7.000,00	20,00	234,66	254,66
Paulo César Mendes Gonçalves	06634729204	1.500,00	-	1.165,56	1.165,56
Cristóvão Morelly K. Hashiguti	08335265291	8.000,00	425,01	5.278,65	5.703,66
Ananias Silva Santa Brígida	08593841287	15.000,00	2.686,00	6.900,00	9.586,00
Martha Parry de C. M. Nogueira	08604754253	20.000,00	1.086,82	540,03	1.626,85
Geraldo N. S. do Nascimento	09165029291	10.000,00	740,00	500,00	1.240,00
José Carlos Barroso Júnior	09251910278	4.000,00	284,00	570,01	854,01
Luiz Armando Matos Meira	09910107287	1.000,00	698,96	693,04	1.302,00
José Maria de Souza Nunes	13285505249	10.000,00	280,00	659,00	939,00
Raimundo Azevedo Arouche	17274311204	5.000,00	5.210,00	1.146,62	6.356,62
Telma Vidal Galvão	18056628215	7.000,00	400,00	1.600,00	2.000,00
Luis Cláudio Sousa	30681260297	3.000,00	912,90	2.866,44	3.779,34
Francisco das C. Oliveira Aguiar	59488603291	5.000,00	399,96	398,80	798,76
Breno Eduardo Nogueira Neves	75669510259	4.000,00	-	1.857,25	1.857,25
Ivo Katuji Morikawa	00828963215	15.000,00	-	572,15	572,15
Raimundo Nonato Leal de Souza	03887570278	1.500,00	260,00	908,11	1.168,11
Evandro José de Lima Raposo	09251189234	5.000,00	189,60	357,00	546,60

Lourival Cabral Dutra	09301321149	7.000,00	-	30,00	30,00
Maria Joana Baia Brito	14224348268	5.000,00	-	2.836,42	2.836,42
Odemar da Conceição Silva	15775330200	8.000,00	1.230,00	-	1.230,00
Carlos Alberto Melém da Silva	16975596204	8.000,00	-	828,19	828,19
Carlos Alberto Lima dos Santos	18801870272	1.500,00	-	985,99	985,99
Dalton Hostalácio	20324510691	8.000,00	-	2.681,21	2.681,21
Marcelo Sousa de Oliveira	2771494549	6.000,00	-	2.172,43	2.172,43
Zila Cristina Bacelar Sidonio	30109000234	2.000,00	104,22	-	104,22
José Ernane Martins Bringel	40675211387	1.500,00	-	758,51	758,51
Luana Helene O. das Chagas	41515625249	2.000,00	-	2.060,29	2.060,29
Katherine S. Barbosa Fragoso	60300892268	2.600,00	-	320,00	320,00
Nilson da Silva Vieira	78981409820	10.000,00	-	4.193,90	4.193,90
Pedro Paulo da Costa Mota	04897846234	8.000,00	283,84	787,17	1.071,01
Adrioseo R. Alves dos Santos	09324259253	10.000,00	300,00	2.435,30	2.735,30
Antônio Carlos Mocelim	24736694904	10.000,00	800,00	1.900,00	2.700,00
Adriana C. Silva Castelo Branco	26485605215	6.000,00	470,00	740,74	1.210,74
Wagner A. Xavier da Conceição	57787735287	8.000,00	-	361,35	361,35
Jesus de N. Magalhães de Sena	17130581204	8.000,00	-	310,98	310,98
Milton L. Alves da Cunha	18749607200	10.000,00	-	596,86	596,86
Raimundo Duarte de Brito	06276245291	6.000,00	-	1.700,00	1.700,00
Carlos Alberto Cordeiro Batista	04752970244	8.000,00	2.200,00	1.359,00	3.559,00
Marcio Antônio Piani Pereira	30351197249	10.000,00	-	1.469,01	1.469,01
Total utilizado pela UG					91.953,76

Fonte: SEOF/DAD/SFA/PA

Quadro A.4.5.4 – Prestação de Contas de Suprimento de Fundos (Contas tipo “B” e CPGF) (Anexo II de DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentada	-	-	-	-	-	-	1	200,00	-	-	-	-

Fonte: SEOF/SFA/PA

Análise Crítica: O quadro acima mostra que durante os exercícios de 2011, 2012 e 2013 houve apenas uma ocorrência relativa a prestação de contas de suprimento de fundos. Os demais estão conformes.

5 -GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Informação sobre a estrutura de pessoal da unidade, contemplando:

5.1 –Estrutura de Pessoal da Unidade

a) Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre elas.

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12**(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1+1.2)	-----	257	01	02
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-----	não há	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-----	257	01	02
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-----	250	01	02
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-----	0	0	0
1.2.3. Servidores de Carreira em Exercício Provisório	-----	0	0	0
1.2.4. Servidores Requisitados de Outros Órgãos e Esferas	-----	07	0	0
2. Empregados Públicos	-----	18	01	0
3. Servidores com Contratos Temporários	-----	0	0	0
4. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-----	0	0	01
5. Servidores Aposentados Exercendo Cargo em Comissão	-----	01	0	0
6. Total (1+2+3+4+5)	-----	276	02	03

Fonte: Cadastro/SGP/DAD/SFA/PA

OBS:o quantitativo de Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão inclui os servidores efetivos em exercício na UJ, os cedidos e os nomeados para exercer cargo em comissão.

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12**(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)**

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	04
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	02
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	02
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	01
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	01
3.3. A Pedido, independentemente do Interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do Interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0

6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	não há
7. Total de Servidores Afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	05

Fonte: SGP/DAD/SF/PA

b) Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento Estrutural de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – Situação em 31/12

(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-----	-----	-----	-----
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	não há	não há	não há
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	não há	14	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	12	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	não há	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	não há	0	0	0
1.2.5. Aposentados	não há	01	0	0
1.2.6. Empregados Públicos	não há	01	0	0
2. Funções Gratificadas	-----	21	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	não há	21	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	não há	35	0	0

Fonte: Cadastro/SGP/DAD

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

(Anexo II da IN TCU 127/2012 e Portaria TCU 175/2013)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	-----	-----	-----	-----	-----
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	não há	não há	não há	não há	não há
1.2. Servidores de Carreira	01	23	25	126	74
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Empregados Públicos	0	0	0	09	09
2. Provimento de Cargo em Comissão	-----	-----	-----	-----	-----
2.1. Cargos de Natureza Especial	não há	não há	não há	não há	não há
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	01
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	01	23	25	135	83

Fonte: Cadastro/SGP

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de Servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação apurada em 31/12**(Anexo II da DN TCU 127/2012 e Portaria TCU 175/2013)**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
1.2. Servidores de Carreira	0	02	12	18	93	83	21	17	01
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Empregados Públicos	0	0	0	01	07	10	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	01	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	02	12	19	100	94	21	17	01

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

c) Custos associados à manutenção de Recursos Humanos

**Quadro A.5.1.3 – Quadro de Custo de Pessoal no exercício de referencia e nos dois anos anteriores
(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)**

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Públicos										
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam Cargo de Provimento em Comissão-										
2013	13.565.667,04	-	13.764.304,04	2.427.835,66	2.427.835,66	208.522,87	148.972,11	11.759,68	280.412,18	32.835.509,24
2012	13.451.130,73	-	13.648.293,55	2.407.373,99	2.407.379,99	206.765,37	147.716,52	1.854,25	18.515,99	32.289.030,39
2011	12.699.519,20	-	12.885.473,52	2.272.821,94	935.234,12	195.209,00	134.739,92	-	1.410,16	29.124.407,86
Servidores com Contratos Temporários										
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
2013	82.791,00	82.708,90	8.289,79	4.741,79	10.225,28	3.865,03	-	-	-	192.621,79
2012	82.093,21	308.500,72	8.219,93	4.701,83	10.139,10	3.832,46	-	-	-	417.487,25
2011	77.504,92	-	7.760,51	4.439,04	9.572,42	3.618,26	-	-	-	102.895,15
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior										
2013	1.153.233,08	311.122,97	1.114.732,18	180.259,73	63.224,52	32.413,30	-	32.483,20	98.746,35	2.986.215,33
2012	82.093,21	308.500,72	1.105.336,82	178.740,44	62.691,65	32.140,11	-	-	15.799,56	1.785.302,51
2011	77.504,92	291.258,24	1.043.558,18	168.750,42	59.187,74	30.343,76	-	-	14.799,56	1.685.402,82
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
2013	2.147.770,44	303.280,99	959.234,81	170.759,26	222.487,47	68.740,90	-	24.386,12	92.746,38	3.989.397,37
2012	2.111.661,04	298.182,08	951.150,04	169.320,04	220.603,35	68.161,53	20.207,27	-	13.176,01	3.852.461,36
2011	1.993.637,69	281.516,32	897.989,09	159.856,54	208.237,56	64.351,90	19.077,87	-	12.439,59	3.637.106,56

	ANOS	TOTAL	MÉDIA MÊS
EXERCÍCIOS	2013	40.003.543,73	3.333.628,64
	2012	38.344.281,51	3.195.356,79
	2011	34.549.812,39	2.879.151,03

Análise Crítica: Não há na Unidade Gestora Membros de Poder e Agentes Políticos, Servidores com Contratos Temporários, Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial.

d) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.

Quadro A.5.1.4.1 – Composição do quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31 de dezembro.

(Anexo II da DN TCU 127/2012 e Portaria TCU 175/2013)

Regime de Provento/ Regime Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadoria no exercício em Referência
1. Integral	-	15
1.1. Voluntária	-	13
1.2. Compulsória	-	0
1.3. Invalidez	-	02
1.4. Outros	-	0
2. Proporcional	-	0
2.1. Voluntária	-	0
2.2. Compulsória	-	0
2.3. Invalidez Permanente	-	0
2.4. Outros	-	0
3. Total (1+2)	581	15

Fonte: SGP/DAD

Quadro A.5.1.4.2 – Instituidores de Pensão

(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Regime de Provento do Servidor Instituidor	Quantidade	
	Acumulado até 31/12	Iniciada no Exercício em Referência
1. Aposentado	-	20
1.1. Integral	-	19
1.2. Proporcional	-	01
2. Em atividade	-	0
3. Total (1+2)	1625	20

Fonte: SGP/DAD

e) Informações sobre os atos de Pessoal sujeitos a Registro e Comunicação.

Quadro A.5.1.5.1 – Atos sujeitos ao registro do TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)

(Anexo II da DN TCU 127/2012 e Portaria TCU 175/2013)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	15	09	15	09
Concessão de pensão civil	20	33	20	33
Alteração do fundamento legal de ato concessório	01	0	01	0
Total	36	42	36	42

Fonte: PENSÃO/SGP/DAD

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC**(Anexo II da DN TCU 127/2012 e Portaria 175/2013)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)				
Concessão de aposentadoria	09	04	01	01
Concessão de pensão civil	17	05	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	01
Total	26	09	01	02
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

Fonte: PENSÃO/SGP/DAD

f) Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos

Índice	Percentual
1. Índice de Dias de Afastamento por Licença Médica dos Servidores – Ialimed	43,4 %
2. Índice de Servidores Afastados por Licença Médica – Ialimed	10,41 %

Fonte: MAPA

$$\text{Ialimed} = \frac{\text{SALM} \times \text{DA}}{\text{QP} \times 365} \times 100$$

Servidores afastados por licença médica = SALM=28

Dias de afastamento = DA=1522

Quantitativo de pessoal = QP= 269

$$\text{Ialimedn} : \frac{\text{SALM}}{\text{QP}} \times 100$$

5.2 – Terceirização de Mão de Obra empregada e Contratação de Estagiários

Quadro A.5.2.3- Contratos de Prestações de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva.

(Anexo II da DN TCU 127/2012 e Portaria TCU 175/2013)

Unidade													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará – SFA/PA													
UG/Gestão: 130094							CNPJ:00.396.895/0016-01						
Informações sobre os													
Anodo Contrato	Área	Natu- reza	Identifica- ção do Con- trato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigidos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	04/2009	02.589.131/0001-81	01/01/13	31/12/2013	5	5	21	21	-	-	
2012	V	O	07/2012	05.742.568/0001-00	10/05/12	09/05/2014	-	-	10	10	-	-	A

Observações:O contrato de vigilância foi feito com cinco postos, sendo cada posto composto por dois vigilantes. Para atender a sede foi destinado oito vigilantes equivalente a quatro postos e dois vigilantes para a unidade de Santarém/PA. O mesmo foi aditivado até 09/05/2014.

LEGENDA
Área:(L)Limpeza e Higiene;(V) Vigilância Ostensiva.
Natureza:(O) Ordinária;(E)Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M)Ensino Médio;(S) Ensino Superior.
Situação do Contrato:(A)Ativo Normal;(P) Ativo Prorrogado;(E) Encerrado.

Fonte: DAD/SF/PA

Quadro A.5.2.4 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Unidade													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará – SFA/PA													
UG/Gestão: 130094							CNPJ: 00.396.895/0016-01						
Informações sobre os													
Anodo Contrato	Área	Natu- reza	Identifica- ção do Con- trato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	11	O	03/2010	02.589.131/0001-81	1.01.13	01/01/13	-	-	14	14	-	-	P
2012	11	O	01/2012	02.589.131/0001-81	20/01/13	19/01/14	-	-	13	13	-	-	P

Observações:O contrato nº 03/2010 refere-se ao contrato de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional no qual sendo recepcionista, motoristas, técnico de informática e telefonista. O contrato nº 01/2012 refere-se ao contrato de digitador, sendo um total de treze distribuídos nas áreas meio (apoio) e fim.

LEGENDA**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;

Natureza:(O)Ordinária;(E)Emergencial.**Nível de Escolaridade:**(F)Ensino Fundamental;(M)Ensino Médio;(S)Ensino Superior.**Situação do Contrato:**(A)Ativo Normal;(P)Ativo Prorrogado;(E)Encerrado.**Quantidade de trabalhadores:**(P)Previsto no contrato;(C)Efetivamente contratada.**Quadro A.5.2.6 – Composição do quadro de Estagiários****(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	22	21	15	14	104.418,40
1.1 Área Fim	19	16	11	10	77.068,40
1.2 Área Meio	03	05	04	04	27.350
2. Nível Médio	15	07	06	06	28.157
2.1 Área Fim	07	01	0	0	5.402
2.2 Área Meio	08	06	06	06	22.755
3. Total (1+2)	37	28	21	20	132.575,40

Fonte: CADASTRO/SGP/DAD

6 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO**6.1 – Gestão de frota de veículos próprios e locados de terceiros**

A frota da SFA/PA está demonstrada conforme quadro abaixo:

Quadro I : Frota apta para uso

Ordem	Tipo	Classificação Transporte	Ano	Combustível	Estado	Localização
01	Ford/Ranger XLT 13P	Institucional	2011	Diesel	Ativo-Bom	SAG/DAD – Sede
02	Nissan/Frontier	Institucional	2005	Diesel	Ativo-Bom	Sede
03	Nissan/Frontier	Institucional	2005	Diesel	Ativo-Bom	UTRA/Stm
04	Toyota Hilux	Institucional	1998	Diesel	Ativo-Bom	Cedido
05	Caminhão Chevrolet	Institucional	2001	Diesel	Ativo-Médio	SAG/DAD/SFA
06	Gol/Volkswagen 1.0	Institucional	2005	Flex	Ativo-Ruim	SAG/DAD/SFA
07	Nissan-Frontier 4x4 XE	Institucional	2005	Diesel	Ativo-Médio	SEFAG/DDA/SFA
08	Nissan-Frontier 4x4 XE	Institucional	2005	Diesel	Inativo-Médio	SEFAG/DDA/
09	Nissan-Frontier 4x4 XE	Institucional	2005	Diesel	Ativo-Médio	SAG/DAD/SFA
10	Gol/Volkswagen 1.6	Institucional	2004	Gasolina	Ativo-Ruim	SAG/DAD/SFA
11	Caminhão/KIA	Institucional	2006	Diesel	Ativo-Bom	UVGPVDC/PA
12	Fiat Pálio HLX Flex	Institucional	2007	Gasolina/Álcool	Ativo-Médio	SAG/DAD/SFA
13	Fiat Pálio HLX Flex	Institucional	2007	Gasolina/Álcool	Ativo-Médio	SAG/DAD/SFA
14	Fiat Pálio HLX Flex	Institucional	2007	Gasolina/Álcool	Ativo-Médio	SFA/PA – Sede
15	Fiat Pálio HLX Flex	Institucional	2007	Gasolina	Ativo-Médio	UVGABEL

16	Fiat Pálio HLX Flex	Institucional	2007	Gasolina	Ativo-Médio	DDA/SFA/PA
17	Fiat Pálio HLX Flex	Institucional	2007	Gasolina/Álcool	Ativo-Médio	UVGPBEL
18	Fiat Pálio HLX Flex	Institucional	2007	Gasolina/álcool	Ativo-Médio	UTRA/Stm.
19	Ford/Ranger Cab. Dupla	Institucional	2008	Diesel	Ativo-Bom	DDA/SFA/PA
20	Ford/Ranger Cab. Dupla	Institucional	2008	Diesel	Ativo-Bom	DDA/SFA/PA
21	Ford/Ranger Cab. Dupla	Institucional	2009	Diesel	Ativo-Bom	UTRA/Stm.
22	Ford/Ranger	Institucional	2009	Diesel	Ativo-Bom	UVGPVDC/PA
23	Nissan/Frontier 4x4 XE	Institucional	2007	Diesel	Ativo-Médio	SAG/DAD/SFA
24	Nissan/Frontier 4X4 XE	Institucional	2007	Diesel	Inativo-Médio	SFA/PA
25	Nissan Frontier 4x4 XE	Institucional	2007	Diesel	Ativo-Médio	UTRA/Stm
26	Fiat Pálio HLX Flex	Institucional	2007	Gasolina/Álcool	Ativo-Médio	UVGABEL
27	Ford/Ranger	Institucional	2009	Diesel	Ativo-Bom	DIV/SFA/PA
28	Ford/Fiesta	Institucional	2010	Gasolina/Álcool	Ativo-Bom	SISA/PA
29	Ford/Ranger	Institucional	2009	Diesel	Ativo-Bom	UTRA/Stm
30	Ford/Ranger XLT	Institucional	2009	Diesel	Ativo-Bom	SFA/PA
31	Ford/Ranger XLT	Institucional	2009	Diesel	Ativo-Bom	UTRA/Stm
32	Ford/fiesta	Institucional	2010	Gasolina/Álcool	Ativo-Bom	UTRA/Stm.
33	Fiat/Pálio WK 1.4	Institucional	2011	Gasolina/Álcool	Ativo-Bom	UTRA/Stm.
34	Fiat/Pálio WK 1.4	Institucional	2011	Gasolina/Álcool	Ativo-Bom	SISA/PA
35	Ford/Ranger XLT	Institucional	2011	Diesel	Ativo-Bom	DDA/SFA/PA
36	Ford/Ranger XLT 13P	Institucional	2011	Diesel	Ativo-Bom	SAG/DAD/SFA
37	Mitsubishi/L-200	Institucional	2010	Diesel	Ativo-Bom	DPDAG/SFA
38	Barco Regional de Madeira	Institucional	2000	Diesel	Ativo-Bom	UTRA/Stm
39	Agrale/13000TCA	Institucional	2000	Diesel	SAG/DAD/	Cedido
40	Trator-Valtra	Institucional	2000	Diesel	Ativo-Médio	DIV/SFA/PA

Análise Crítica: O quadro acima mostra a frota da SFA/PA que atende as áreas meio (apoio) e fim (fiscalizações), bem como as Unidades.

Registra-se que os carros que se encontram em estado “ativo-ruim” e “inativo-médio”, estão em vias de serem descartados, haja vista a impossibilidade de atendimento em viagens de fiscalizações no estado. O reflexo deste descarte será prejudicial para a área finalística, vez que suas ações demandam viagens de fiscalizações em todo estado.

A média da frota da UG é de dez anos. Ainda assim, não há projeto de melhoria visando a renovação da mesma. Houve apenas, nos últimos três exercícios, pleitos para aquisição, tendo sido os mesmos infrutíferos em razão do órgão central não ter disponibilizado orçamento.

Relativo ao controle dos veículos, o mesmo é feito por meio do SCVA – Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA.

Quadro II - Frota sem condições de uso

Ordem	Tipo	Classificação Transporte	Ano	Combustível	Estado	Localização
01	Chevrolet/GM 4x4	Institucional	2001	Diesel	Inativo-Ruim	DDA/SFA/PA
02	Ford/Ranger	Institucional	2001	Diesel	Inativo-Ruim	UTRA/Stm
03	Ford/Ranger	Institucional	2001	Diesel	Inativo-Ruim	UTRA/DT
04	Santana/Volkswagen	Institucional	2001	Álcool	Sucata	UTRA/Stm.
05	Fiat Fiorino Pick-Up	Institucional	1998	Gasolina	Inativo-Ruim	SAG/DAD/SFA/
06	Santana/Volkswagen	Institucional	2001	Álcool	Inativo-Ruim	UTRA/Stm
07	Fiat/Pálio ELX	Institucional	1999	Gasolina	Inativo-Ruim	SAG/DAD/SFA

08	Fiat/Pick-up Strada	Institucional	1999	Gasolina	Inativo-Ruim	AMP/SFA/PA
09	Chevrolet/GM/Astra	Institucional	2001	Álcool	Inativo-Ruim	SAG/DAD/SFA
10	Chevrolet/GM/S 4X4	Institucional	2001	Diesel	Inativo-Ruim	SFA/PA
11	Chevrolet/GM/S 4x4	Institucional	2001	Diesel	Inativo-Ruim	SAG/SFA/PA
12	Chevrolet/GM/S 4x4	Institucional	2001	Diesel	Inativo-Ruim	DDA/SFA/PA
13	Chevrolet/GM/S 4X4	Institucional	2001	Diesel	Inativo/Ruim	DDA/SFA/PA
14	Yamaha/Ciclomoto	Institucional	2001	Gasolina	Inativo/Ruim	SFA/PA
15	Yamaha/Motociclo	Institucional	2001	Gasolina	Inativo/Ruim	UTRA/Stm
16	Gol/Volkswagen	Institucional	2005	Gasolina	Inativo/Ruim	SAG/DAD/SFA
17	Gol Power/Volkswagen	Institucional	2004	Gasolina	Inativo-Ruim	SAG/DAD/SFA/
18	Gol/Volkswagen	Institucional	2004	Gasolina	Inativo-Ruim	SAG/DAD/SFA

Análise Crítica: Os carros listados no quadro acima já estão em processo de desfazimento por meio de leilão.

6.2 – Gestão de Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob responsabilidade da Unidade

Quadro A.6.2.1 – Distribuição espacial do Bens Imóveis de uso especial de propriedade da União

(Anexo II da DN TCU 127/2013 E Portaria 175/2013)

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	Belém	03	03
	Aveiro	01	01
	Santarém	01	01
	Igarapé- Açu – (um imóvel)	01	01
	Alenquer/PA	02	02
	UF “n”		
	município 1	-	-
	município 2	-	-
município “n”	-	-	
Subtotal Brasil		08	08
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		08	08

Fonte: Setor de Patrimônio/SAG/DAD/SFA/PA

Análise Crítica: Dos imóveis acima, sob responsabilidade da UG, apenas três são destinados ao atendimento do MAPA, quais sejam: o imóvel localizado na Av. Almirante Barros, 5384 – Castanheira, Belém/PA onde funciona a Superintendência Federal de Agricultura no Pará – SFA/PA (sede), o localizado na Av. Almirante Barros, 1234 – Marco Belém/PA onde funciona o

LANAGRO e o imóvel localizado na Travessa Barão do Rio Branco, 789 – Santa Clara, Santarém/PA onde funciona a Unidade de Apoio e UTRA/Stm. Os demais por não serem utilizados em prol desta SFA/PA/MAPA serão repassados à Secretaria de Patrimônio da União – SPU, cujo processo está em andamento.

Quadro A.6.2.2–Discriminação dos Bens Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

UG	RIP	Regime	Estado Conser- vação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício	
				Valor Histórico	Data Avaliação	Valor Reavaliado	Com reformas	Com Manutenção
130094	0407.00012.500-0	Sem uso	Regular	3.600,00	2004	13.119,05	-	-
130094	0407.00014.500-1	Sem uso	Regular	1.749,84	2004	80.059,73	-	-
130094	0419.00012.500-4	Sem uso	Regular	10.662,77	2004	139.258,44	-	-
130094	0427.00642.500-0	Sede UG	Regular	362.250,00	2004	27.118.597,41	-	-
130094	0427.00666.500-1	Cedido	Bom	34.472,02	2004	133.802,26	-	-
130094	0427.00667.500-7	LANAGRO	Bom	830.709,00	2004	3.444.858,32	-	-
130094	0463.00007.500-4	UFRA	Regular	78.000,00	2004	464.339,69	-	-
130094	0535.00097.500-6	Unidade Santarém	Bom	5.676,00	2004	72.389,71	-	-
Total							Σ	31.466.424,61

Fonte: Setor de Patrimônio/SAG/DAD/SFA/PA

Análise Crítica: O quadro acima mostra os imóveis sob responsabilidade da UJ devidamente identificados. Registra-se que o valor constante como reavaliado é o somatório do terreno e da benfeitoria. O controle dos mesmos é feito por meio do sistema SPIUnet (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União) do MPOG/SPU.

7 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da UJ

O quadro A.7.1 trata-se da gestão da tecnologia da informação da UJ. Relativo a este item, a responsabilidade de criar normas, definir planos estratégicos, definir objetivos de gestão é da alta administração ou seja, do órgão central. Entretanto, a manutenção do item no presente relatório, deve-se ao fato das Unidades Gestoras, por meio da sua equipe de informática, executarem as normas advindas do órgão central.

8 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 – Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
	Veículos menos poluentes				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
	Redução no consumo de energia por meio de lâmpada e centrais de ar mais econômicas				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
	Papel reciclado				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
	Papel Reciclado				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			X		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.		X			
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia,					

possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 – Política de separação de resíduos reciclados descartados

A SFA/PA aderiu a política de separação de resíduos reciclados descartados desde 2005. Porém, desde este período não houve aumento de lixeiras para este fim em razão da pouca demanda.

8.3 – Medidas para redução do consumo de papel, energia elétrica e água.

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água
(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados	
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	495	654	594	4.242,84	4.682,00	3.409,00
Água	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica	668.122 kwh	642945 kwh	485120kwh	304.345,50	227.674,82	171.786,00
			Total	308.588,34	232.356,82	175.195,00

Análise Crítica: O quadro mostra que no exercício de 2013 houve um aumento de energia (kwh) e, conseqüentemente do valor gasto decorrente do aumento por parte da concessionária. Ainda assim, para o próximo exercício permanece a necessidade de se reduzir em função do limite estabelecido para a SFA/PA ter se mantido nos últimos três anos. Acrescente-se que no quadro acima está inserido o gasto com a Unidade de Apoio (Santarém). Relativo a água, a Unidade é mantida por meio de poço artesiano. Sobre o papel, na quantidade especificada acima estão inclusos o papel reciclado e o papel marchê. Ainda a Unidade não aderiu a nenhum programa de sustentabilidade.

9 – CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 – Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei 8.730 de 10/11/1993 relacionadas à entrega da DBR

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

(Anexo II da DN TCU 127/2013 e Portaria TCU 175/2013)

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento de Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a Obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a Obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas	Obrigados a entregar a DBR	35	35	35
	Entregaram a DBR	34	34	34
	Não cumpriram a Obrigação	01	01	01

9.2 – Declaração de dados no SIASG e SICONV

Quadro A.9.6 – Declaração de inserção e atualização dos dados no SIASG e SICONV (Anexos II da DN - TCU/2012)

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Abilmar Ferreira da Silva, CPF nº 177.306.433-91, Agente Administrativo, **gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas**, SIASG/SICONV, exercido na Superintendência Federal de Agricultura no Pará, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

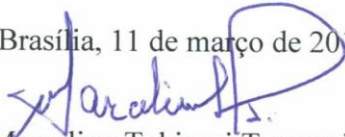
Brasília, 11 de março de 2014.


Abilmar Ferreira da Silva

177.306.433-91

Agente Administrativo/SFA/PA

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

<p>DECLARAÇÃO</p> <p>Eu, Marcelino Tokinori Tsunemitisu, CPF nº 117.397.972-72, Agente Administrativo, <u>gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas</u>, SIASG/SICONV, exercido na Superintendência Federal de Agricultura no Pará, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: center;">Brasília, 11 de março de 2014.</p> <p style="text-align: center;">  Marcelino Tokinori Tsunemitisu <u>117.397.972-72</u> <u>Agente Administrativo/SFA/PA</u> </p>

10- RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1- Descrição dos canais de acesso ao cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA é responsável pela gestão de políticas públicas de estímulos à agropecuária, agronegócio, regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. Dentro deste contexto, busca integrar sob sua gestão todos os aspectos atuantes por meio de canais ao cidadão, possibilitando a informação e interação ao público, quais sejam:

- Ouvidoria do MAPA para fins de reclamação e denúncias
- Site para fins de consultas abrangentes.
- Carta de Serviços ao Cidadão que mostra todos os serviços técnicos disponíveis e sua finalidade.

10.2 – Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos – usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da Unidade.

A Unidade Gestora não procedeu nos últimos três anos nenhuma pesquisa de opinião relativo aos serviços prestados a sociedade. Entretanto, há a ouvidoria que, em havendo alguma denuncia ou manifestação por parte do cidadão, a mesma é direcionada e atendida por meio e do Serviço e/ ou Setor competente.

10.3 – Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

Em razão da falta de pesquisa, não houve a demonstração de resultados

11 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 – Declaração do contador responsável por UJ que tenha executado sua contabilidade no SIAFI.

DECLARAÇÃO PLENA

QUADRO A.11.2.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC. E ABASTECIMENTO NO PARA – SFA/PA			130094
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

00 396 895/0012-88

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Coordenação Geral de Administração
de Pessoas
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D
ANEXO 1º ANDAR ALA A
CEP 70043-900

BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor, Alberto Jerônimo Pereira CPF nº 135.037.821-68, apresentou autorização de acesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme prevê a Instrução Normativa do TCU 65/2011 de 28/04/2011.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Carlos Antônio Portugal de Assunção
Chefe de Divisão de Cadastro - CGAP

Ministério da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento - MAPA

Carlos Antônio Portugal de Assunção
Confere com o Original
Data: 12/02/14

12 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.

Os Programas Finalísticos desenvolvidos pela SFA/PA têm conseguido dar respostas as demandas crescentes do agronegócio do estado do Pará, que hoje detém anível do Brasil o 3º maior rebanho bovino e o primeiro de bubalino. Sendo ainda o 1º produtor de óleo de palma, de abacaxi, de mandioca, de pimenta-do-reino e de açaí, ocupando a posição de 2º maior produtor de coco e cacau, o 4º de banana, o 5º de citrus, 6º de arroz, 10º de milho e 14º de soja. A SFA/PA tem um papel fundamental no desenvolvimento da cadeia produtiva do agronegócio do Estado seja no apoio à produção, na fiscalização dos insumos, dos produtos agropecuários para exportação e vigilância da importação, com vistas a se resguardar o interesse público e o patrimônio econômico e ambiental do nosso estado e do nosso País.

Sendo assim, e considerando que, por demanda de trabalho, as ações finalísticas aumentam a cada ano, entendemos que há a necessidade de criar mecanismos que viabilizem o apoio por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que garantam a reposição de mão de obra, principalmente na área técnica pois existem perspectivas de aposentadorias a curto e médio prazo, bem como sejam disponibilizados recursos para atender o incremento nas despesas de custeio decorrentes do aumento das demandas de trabalho.

As demandas da sociedade ou do setor agropecuário são constantes, no sentido da participação dos técnicos em eventos e fóruns técnicos ou de políticas públicas, a exemplo das reuniões do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, ou do grupo de trabalho para elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó. entretanto em decorrência das limitações de pessoal e financeira inúmeras demandas deixaram de ser atendidas, dentre elas a participação em colegiados formais como o Comitê Técnico Gestor do Cooperativismo, participação em Seminário Nacional do Abacaxi.

Além de atividades coordenadas pela Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo a Divisão também desenvolve atividades de outras Secretarias, a exemplo de participação em reuniões de planejamento para aplicação de recursos do FNO e recursos do Crédito Rural .

- PALESTRA SOBRE CULTIVO DE PIRARUCU
- CURSO DE CAPACITAÇÃO DO SICONV
- CAPACITE SICONV – CAPACITAÇÃO SERVIDORES PM JURUTI
- REUNIÃO LÍDERES SINDICAIS/ASSOCIAÇÕES SOBRE SICONV

Belém, 26 de março de 2014.

Renato César Navarro de Sousa
Superintendente Federal de Agricultura no Pará-Substituto